

COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

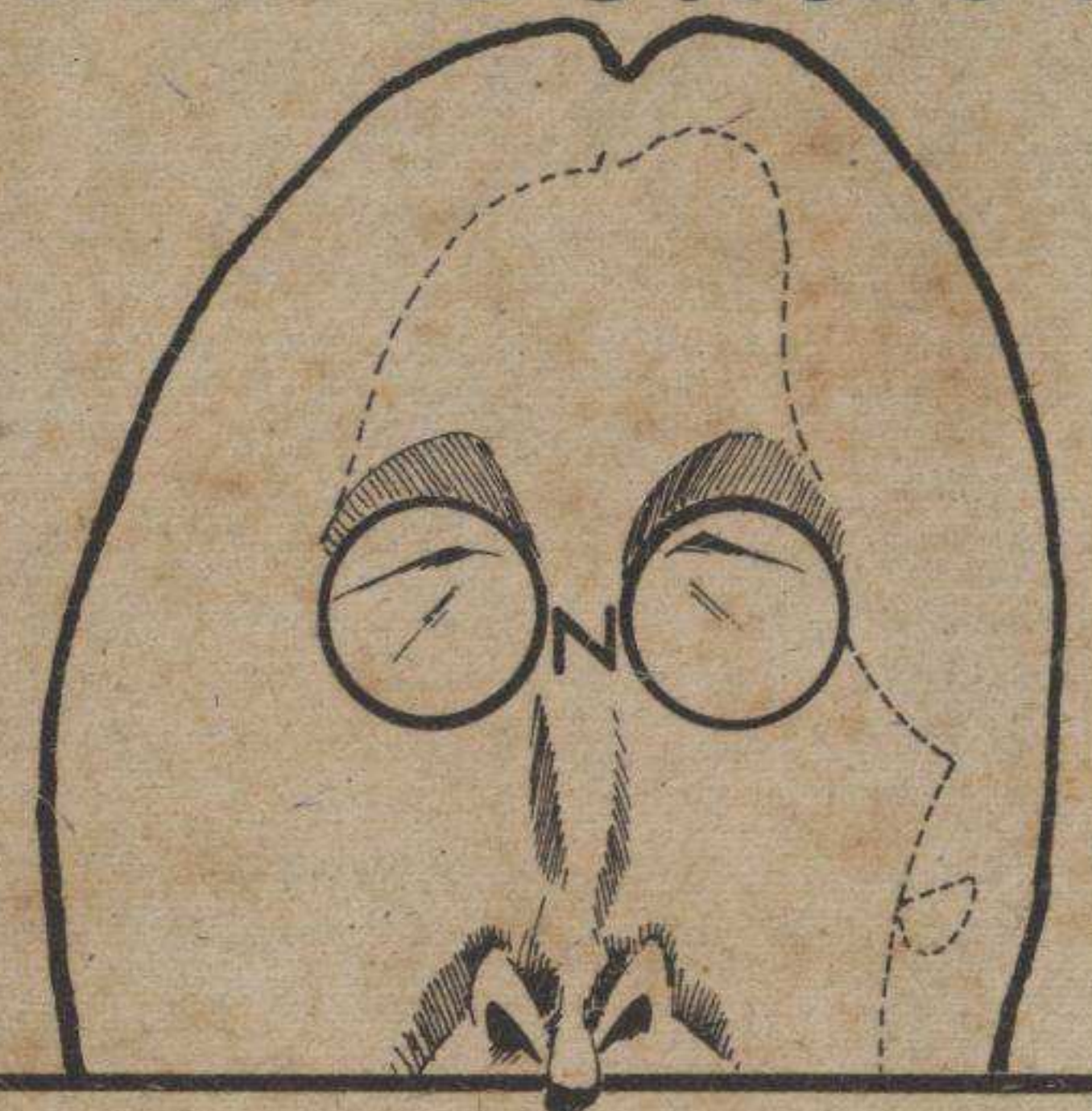
O EXÉRCITO DE 25 MILHÕES

A situação do menor brasileiro, uma vergonha nacional



ULYSSES:
"Amanhã posso ser governo"

LENNON:
"Quem precisa de um beatle?"



FICÇÃO



A explosão da central nuclear de Angra

O movimento dos intelectuais gaúchos

Caro leitor,

O Brasil é um país de jovens, comenta-se frequentemente, com orgulho. É nessa juventude que algumas elites brasileiras apostam para promover o desenvolvimento nacional. Em nossa primeira edição de 1981, tratamos também deste assunto — só que mostramos o outro lado da questão, a juventude brasileira desamparada, carente e marginal. São 25 milhões de jovens tecnicamente classificados como carentes, ou seja, que não têm acesso às mínimas condições de habitação, educação, alimentação, transporte, saneamento básico, etc.

Continuando assim, esses jovens carentes serão 70 milhões no ano dois mil, quase o dobro da população de São Paulo e Rio de Janeiro juntas — as duas maiores cidades do País — daqui a 20 anos. É nestas duas cidades, aliás, que o problema do menor aparece em sua forma mais dramática e violenta: os trombadinhas, as prostitutas da Boca do Lixo, os menores explorados em serviços de biscate e outras formas de subemprego, longe das escolas e de suas famílias.

O Governo brasileiro dedica escassos Cr\$ 5 bilhões por ano aos programas de assistência direta ao menor carente, apenas Cr\$ 200,00 anuais para cada criança. "É uma vergonha nacional", diz o jornalista Carlos Alberto Luppi, autor da reportagem de capa desta edição, que pesquisou o tema durante oito anos e vai lançar, no final de janeiro, o livro *Agora na Hora da Nossa Morte*. Em seu livro, Luppi projeta um dramático final, que segundo ele, realmente acontecerá caso não mudem as coisas: uma revolta de dois mil garotos armados, que tomam a sede do Governo de São Paulo, condenam as principais autoridades, e instauram uma República totalmente controlada pelos jovens. Leia a partir da página 22.

O EDITOR

Tiragem desta edição: 27.500 exemplares

COOJORNAL

ORGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A cooperativa tem 385 sócios e é uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral para um mandato de dois anos. Cada associado, independente de sua participação no capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a cooperativa tem um Conselho de Edição para orientar a linha e a qualidade de suas publicações.

Editor
José A. Vieira da Cunha

Secretário
Manoel Canabarro

Redação
Rafael Guimarães, Daniel de Andrade, Jorge Gallina, Elaine Lerner, Osmar Trindade, Eduardo Bueno, Luis Afonso Franz, Valdir da Silva, Tomás Pereira, Eloisa Enck, Victor Hugo Sperb, Antonio Oliveira, Edgar Vasques, Eugênio Neves, Luis Carlos Ferré, Ariosto Teixeira (Brasília), Geraldo Hasse (São Paulo), Marcelo Pontes (Rio de Janeiro), Paolo Marconi (Salvador), Zélia Leal (França) e Eva Dürr (Alemanha).

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90000 — Porto Alegre — RJ
Fone 33-5099 (PABX) Telex (051)1605

Distribuição Exclusiva em todo o território nacional:
FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S.A.
Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro — RJ — CEP 20563

Assinatura no País: Cr\$ 550,00 por 12 edições
Assinatura no Exterior: 35 dólares por 12 edições
Números atrasados: à venda somente a partir da edição nº 13

Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Os pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA ASSOCIADOS:

Osmar Trindade (Presidente), Antonio Oliveira (Vice-Presidente), Rafael Guimarães (Secretário), Afonso Ritter, Carlos Dornelles, Danilo Ucha, Luis Afonso Franz, Marcelo Lopes, Clarice Aquistapace, Jorge Polydoro, José A. Vieira da Cunha, Manoel Canabarro e Tomás Pereira (Conselheiros de Administração).

Elaine Lerner, Sérgio Batsow, Vladimir Ungaretti, Eugênio Neves, Francisco Daniel e Mauro Toralles (Conselheiros Fiscais).

Daniel de Andrade, Edgar Vasques, Fernando Goulart, João B. Aveline, João Borges de Souza, Jorge Gallina, José A. Pinheiro Machado, Juarez Fonseca, Luiz Carlos Merten e Valdir da Silva (Conselheiros de Edição).

Acari Amorim, Adélia Porto da Silva, Ademir Vargas de Freitas, Ademir Fontoura, Adroaldo Correa, Afonso Licks, Agnese Schifino, Alberto André, Alberto Filgueiras, Alberto Blum, Alda Souza, Alfonso Abrahan, Alfredo Fedrizzi, Alice Urbim, Amauri Melo, Amilton Vieira, Ana Amélia Lemos, Ana Maria L. Riviello, Ana Maria Smidt, Ana Maria Magalhães, Anibal Bendati, André Jockyman, Ângela B. Ricordi, Antonio Brito Filho, Antonio Carlos Esteves, Antonio Firmo Gonzalez, Antonio Dreon Peres, Antonio Vargas, Ariosto Teixeira, Armando A. Ranzolin, Artur Monteiro, Arthur Oliveira Filho, Atalides Miranda, Avani Maenfeld, Ayrton Centeno, Ayrton Kanitz, Beatriz Polydoro, Bernardete Viana, Cândido Cruz, Carla Irigaray, Carlos Alberto Fruet, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Alexandre Castro, Carlos Alfredo Simch, Carlos Alves Muller, Carlos Athanazio, Carlos Karnas, Carlos Mentz, Carlos Gerbase, Carlos Bastos, Carlos Fehlberg, Carlos Urbim, Carlos Mossmann, Carlos Rafael Guimarães, Carlos R. Silveira, Carlos Salzano V. da Cunha, Carmen Silveira, Carmen Rita Cagno, Celso Rosa, Celso Schroder, Cintia Leal, Claudio Barcelos, Cláudio Levitan, Clayton Selistre, Clea Motti, Cid Pinheiro Cabral, Cinara Lima, Clóvis Heberle, Clóvis Malta, Cristina Batista Pereira, Cyro Canabarro, Delmar Marques, Divino Fonseca

Edelberto Behs, Edgar Lisboa, Edna Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kozminski, Eduardo Tavares, Eduardo Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo Guimarães, Eleonora Canto de Lucena, Elio Falcão Vieira, Eloisa Enck, Elmar Bonas da Costa, Elser Quintana, Enio Rocha, Ercy Torma, Erni Qua-

resma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Evilázio Oliveira, Fernando Lindote, Fernando Saes, Fernando Guedes, Fichel Davit Chargel, Flávio Porcello, Flávio Dutra, Flávio Schubert, Floriano Correa, Francisco D. Lopes, Francisco Karam, Francisco Juska, F. Paulo Santana, Gabriel Matias, Geanoni Peixoto, Gecy Belmonte, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Gilberto Leal, Glauco Cruz Brandão, Comercindo Coitinho, Guisleno Baru Derquim

Heidy Gerhardt, Hélcio Pereira, Hélio Gama Filho, Helton Ricardo Barreto, Hermelindo Macedo, Higino Barros, Humberto Andreatta, Lara Bendatt, Lara Schilling Pereira, Iaraporan Muller, Ilgo Wink, Ilza Girardi, Imara Stallbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Egon Stigger

Jandira D'Ávila Feijó, Jandira César, Jayme Copstein, Jayme Klintowitz, João B. Scalco, João C.F. da Silva, João Paulo Lacerda, Jorge Meditsch, Jorge Escosteguy, Jorge O. Carvalho Leite, Jorge Freitas, José Antonio Ribeiro, José Antonio Severo, José A. Simch da Silva, José A. Pinto Netto, José Emanuel Mattos, José Eneid Francisco, José E. Nascentes, José Félix Valente, José G. Fraga, José Lauro Dieckman, José Luiz Chiarelli, José L. Prévici, José Marcelo Pontes, José Onofre, José Reduzino de Araújo, José R. Fontes, José Roberto de Alencar e Silva, José Roberto Garcez, José Abu Jamra, Judith Costa, Julieta Nunes, Julio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara Coelho

Laerte de Franceschi, Laerte Martins, Laila Pinheiro, Lauro Quadros, Lea Aragon, Lenora Vargas, Leo Tavejanski, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Lício Azevedo, Lillian Bem David, Lotário Neuberger, Lucila Camargo, Luiz Alberto Arteche, Luiz Americano Vidal, Luiz Antonio Duarte, Luiz Kozminski, Luiz A. Pinheiro, Luiz Carlos Miranda, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Claudio Cunha, Luiz Achutti, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Flores, Luiz Fernando L. da Silva, Luiz Fernando Veríssimo, Luiz F. Terra Junior, Luiz Fonseca, Luiz Gonzaga, Luiz Humberto Pereira, Luiz Matzenbacher, Luiz P. de Pilla Vares, Luiz P. Ruschel Daudt, Luiz Vitello, Luiz Recena Grassi, Luiz Lanzetta

Manuel J. Lourenço, Mara Bernardes, Marco Antonio Schuster, Marcos Antonio Baggio, Marco T. de Rose, Maria Angélica de Moraes, Maria Elaine Borges, Maria da Graça Se-

ligman, Maria da Graça Silva, Maria Helena Brancher, Maria Lara Rech, Maria Luiza Teixeira, Maria Regina Ferreira, Marina Wodtke, Marinória Osório, Mário Alberto Nascimento, Mário Arias Perez, Mário Rocha, Mário L. Madureira, Mário Marcos de Souza, Marise Fetter, Maristela Bairos, Maroni da Silva, Marques Leonam Cunha, Mary Mezari, Maureci Santos, Mauro C. Silveira, Milton Wels, Milton R. da Silva, Milton Saldanha Machado, Miriam Costa Correa, Miriam T. Timponi, Mirta Coelho Maron, Najar Tubino, Nelson M. Ferrão, Neltair R. Abreu, Nestor C. Fedrizzi, Neusa M. Ribeiro, Newton Peter, Nilson Figueiredo, Nilson Guimarães, Nirce Levin, Octacílio Griovot, Odilon Abreu, Olides Canton, Olivio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar de Barros Filho, Orlando C. Brasil, Otília Rieth

Paolo Marconi, Patrício Bentes, Paulo A. Fogaça, Paulo Burd, Paulo Pereira, Paulo Macedo, Paulo G. de Oliveira, Paulo Martimbianco, Paulo Cancian, Paulo de Tarso Ricordi, Paulo Vasconcellos, Pedro Macedo, Pedro Rosa, Pedro V. Maciel, Plínio J. Dotto, Porfírio Borba Netto, Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasquez, Rejane Lempek, Remi Baldasso, Renan A. Oliveira, Renato Kern, Renato P. Silva, Renato Canini, Ricardo I. Bolsoni, Ricardo Chaves, Ricardo Schmitt, Riomar Trindade, Roberto Alves de Azevedo, Roberto Appel, Roberto A. Thomé, Roberto Franco, Roberto Manera, Rogério Fróes Monteiro, Rogério R. Ruschel, Rômulo Krafta, Ronaldo Westermann, Rosvita Saueressig, Rui Jorge Bender, Ruy Carlos Ostermann, Sérgio Caparelli, Sérgio Becker, Sérgio Moita, Sérgio Toniello, Severino de A. Góes, Sílbia Rocha, Silmar Müller, Sílvio Costa, Sílvio Ferreira, Sílvio S. Correa

Tânia Carvalho, Tânia Kruttscka, Tânia Failacce, Telmo Zanini, Terezinha Figueiredo, Ubirajara Silva Prates, Vera Daisy Barcelos, Vera Bosak, Vera Monteiro, Vera Kern, Vera Costa, Victor Hugo Sperb, Virson Holderbaum, Valdoar Teixeira, Walter Firmo da Silva, Whalmir Anna von Koenig, Wilmar Marques, Zélia D. Leal

Associado à **AJOCOOP**
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Cumprimentos à conquista do Prêmio Esso

"A conquista do Prêmio Esso demonstra que, apesar de todas as investidas contra a liberdade de informação, jornalistas brasileiros insistem no cumprimento de seu dever, investigando e trazendo a verdade ao conhecimento do povo. Parabéns, companheiros."

Audálio Dantas,
Brasília, DF.

"Formulamos os cumprimentos da Associação Riograndense de Imprensa pelo recebimento, pelo Coojornal, do Prêmio Esso de Jornalismo — Regional Sul, com o trabalho *Os Relatórios do Exército sobre a Guerrilha*."

Destacando o esforço jornalístico representado por seu trabalho e a sua qualidade profissional, reiteramos-lhe os melhores votos de novos sucessos e os protestos de elevado apreço."

Alberto André, presidente, e Enio Rockenbach, secretário, Associação Riograndense de Imprensa,
Porto Alegre, RS.

"Pelo recebimento do Prêmio Esso Regional Sul envio-lhes, com meus cumprimentos, atenciosas saudações."

Deputado federal Victor Faccioni,
Porto Alegre, RS.

"Temos o prazer de cumprimentá-lo pela conquista do Prêmio Esso de Jor-

nalismo Regional Sul, com o trabalho *Os Relatórios do Exército sobre a Guerrilha*. A escolha foi sobremaneira justa e oportuna. Recaiu, de fato, numa das mais belas florações da cultura jornalística do País. Parabéns, pois. E, com eles, a afirmativa de nossa estima e admiração."

Francisco Amaral, prefeito,
Campinas, SP

"Em nome da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo e Conselhos Regionais do Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), entidades que tenho a honra de presidir, e, em meu nome pessoal, aceite os cumprimentos pelo Prêmio Esso."

José Papa Júnior,
São Paulo, SP

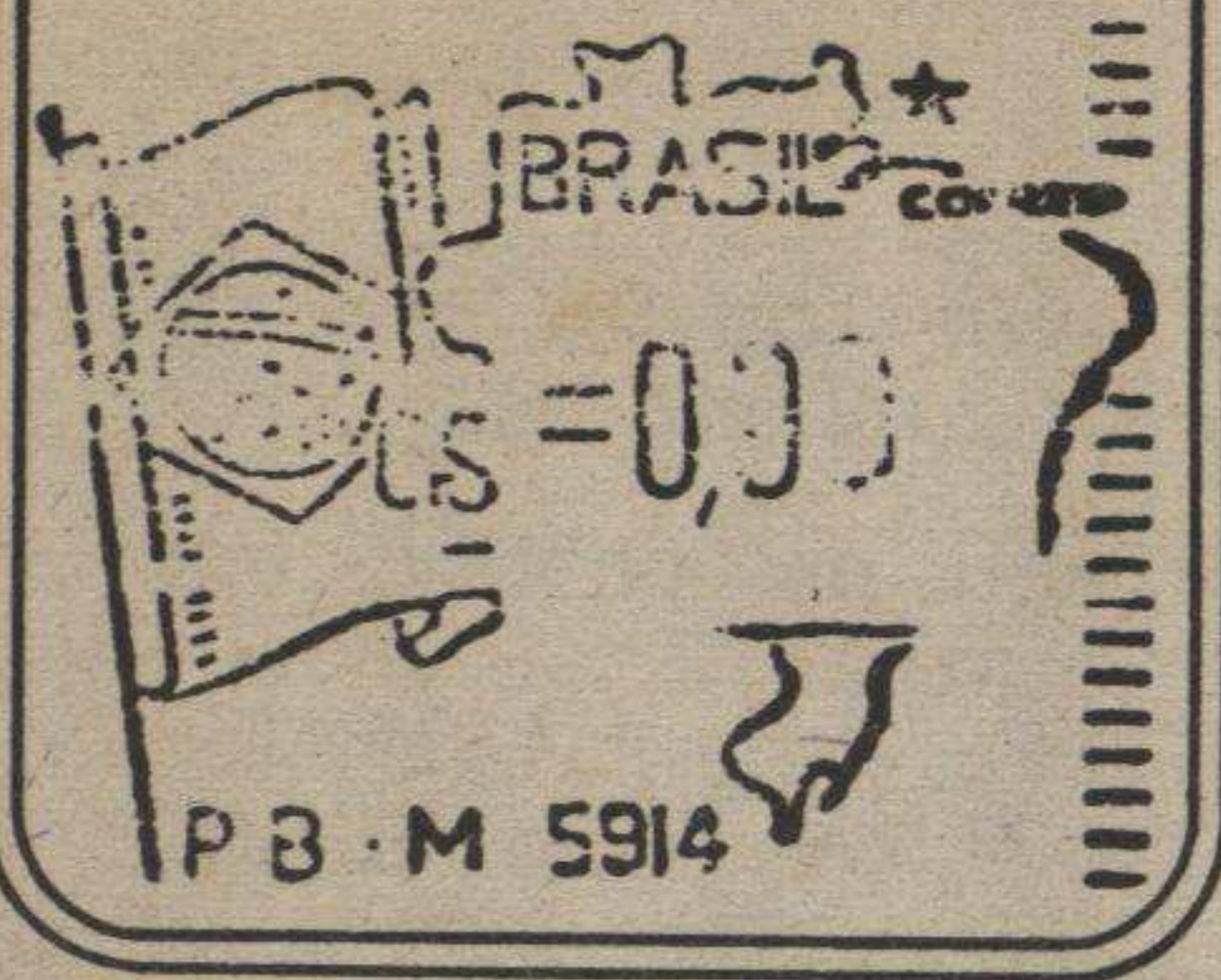
"A Assessoria de Imprensa da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo cumprimenta os colegas pelo Prêmio Esso."

Antonio Fernando Rocha Moreira,
São Paulo, SP

"Congratulo-me com os prezados confrades pela conquista do Prêmio Esso Regional."

Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa,
Rio de Janeiro, RJ.





Nova ameaça à sobrevivência dos índios Yanomani

"Há notícias de que, recentemente, milhares de garimpeiros chegaram às margens do Rio Coimin, afluente do Rio Urucicã, no Território Federal de Roraima. A notícia é alarmante, pois o rio delimita uma das 21 áreas reconhecidas como área indígena pela Portaria 505/N de 29 de abril de 78, da Funai. Os garimpeiros teriam chegado à região usando uma pista de pouso da Funai. Surtos de malária e hepatite já foram, inclusive, detectados entre os garimpeiros, conforme reportagem da TV Globo, em 15 de novembro de 1980.

Nessa mesma área, entre 1965 e 1977, numerosas epidemias contraídas de garimpeiros dizimaram índios Yanomani, de acordo com publicação do lingüista Ernesto Migliazza (1978). O fato foi, aliás, relatado na proposta de criação do Parque Indígena Yanomani da Funai, de março de 1980.

São conhecidas as conseqüências de um contato indiscriminado entre índios e a sociedade envolvente. É imprescindível uma ação urgente por parte da Funai, Ministério do Interior e demais órgãos competentes, determinando a saída dos garimpeiros, a fim de evitar a dizimação em massa dos yanomani, não apenas daqueles imediatamente vizinhos à área do garimpo, mas, através de eventual contágio, de toda a população Yanomani. É vital, também, que a criação do Parque Yanomani seja efetivada com urgência para prevenir novas invasões e resguardar os Yanomani.

Em uma época em que o ministro do Interior promete uma solução para os Yanomani, em que a própria Funai apresenta proposta de criação de um Parque Indígena Yanomani (Março de 1980), é inconcebível tal retrocesso. Voltamos a ver os Yanomani ameaçados novamente de extinção."

Claudia Andujar,
São Paulo, SP.

Agora é o povo de El Salvador que pede ajuda

"No ano passado nos dirigimos aos brasileiros democráticos no sentido de expressarem uma solidariedade efetiva ao povo nicaraguense, que então lutava pela derrota da ditadura somozista. Esta vitória é agora uma realidade.

Hoje conclamamos os companheiros a solidarizarem-se com outro povo centro-americano, o povo salvadoreño. Por vivermos num país latino-americano, no qual vive grande parte dos exilados do nosso continente, sentimos de perto as lutas de resistência destes povos contra a



opressão e exploração. E assim é como nos sentimos agora, como no ano passado, bastante sensibilizados com as lutas dos salvadoreños contra a violência da Junta de Gobierno de El Salvador, que atualmente encarna os interesses da reduzida oligarquia local.

Em El Salvador a violenta repressão exercida pelas forças governamentais e por grupos para-militares, desde o golpe de 15 de outubro do ano passado, leva a que, continuamente, vários funcionários, como forma de protesto, renunciem a seus cargos e passem a apoiar declaradamente as forças opositoras, o que expressa o isolamento da Junta com relação aos interesses populares.

Conclamamos os companheiros brasileiros a aprofundarem e tornarem mais efetiva a solidariedade do povo brasileiro ao povo irmão de El Salvador, como fizemos antes para o povo nicaraguense. Nossa comunidade, na medida de suas possibilidades, tem adotado uma série de medidas solidárias, tais como expressões públicas de apoio, remessa de dinheiro e outras.

Para maiores detalhes sobre as formas de promover a solidariedade brasileira, os companheiros devem manter contato diretamente com os salvadoreños através de Teresa dos Santos — Apartado Postal 21-814, México 21, DF, México."

Comissão Executiva da Comunidad de Brasileños en Mexico por la Amnistia Amplia, General, Irrestricta y por las Libertades Democraticas en Brasil.

México, México.

Quem se lembra do homem em Itaipu?

"Deus deve estar triste. Vão destruir uma das maiores maravilhas que Ele criou.

Na divisa do Paraná com o Mato Grosso e o Paraguai, junto à Ilha Grande,

o Salto do Guaira, mundialmente conhecido como Sete Quedas, vai dar lugar ao 'progresso'. Antes de chegar a esta que é uma das maiores maravilhas do mundo, o Rio Paraná chega a ter mais de quatro quilômetros de largura, lançando, então, todo o espetacular volume de suas águas por um canal de apenas 60 metros, mergulhando numa inclinação de quase 50 graus.

Itaipu, a hidrelétrica que será a maior do mundo, é uma nova Torre de Babel. Chamada de 'progresso amaldiçoado' no livro *Sangue da Terra*, de Murilo Carvalho, ela vai levar energia para as indústrias de Curitiba, São Paulo, Rio Grande do Sul, enrijecendo o dito 'água corre para o mar'. Vai para onde já existe água, ao invés de eliminar a seca dos rincões empobrecidos.

Não se deve ter pensado um só instante no intenso drama humano dos oito mil agricultores desapropriados. Sou um homem do asfalto, mas já desenvolvi grande sensibilidade quanto ao amor que devotam à terra os que nela trabalham. Os proprietários dos minifúndios, ao contrário dos latifundiários, muitas vezes arriscaram a própria vida para defender sua família e propriedade. Não é fato, porventura, que 'negociantes vendiam o mesmo pedaço duas, três vezes, passavam escritura e depois os colonos é que tinham que resolver, muitas vezes à bala? Assim contou Júlio, proprietário de sete alqueires em Itacorá.

Itaipu é coisa para presidente da República, para grandes industriais, para o poder econômico. O ser humano, que é o que mais importa, foi esquecido em Itaipu. Só não está sendo roubado escancaradamente porque há uma Pastoral da Terra de olho grudado, marcando em cima. Mas o que lhe estão roubando são seus valores mais altos: o amor à terra, ao Brasil e ao Paraná, onde quer ficar mas não pode."

Roberto Vicente T. Lessa,
São Paulo, SP

A leitora pergunta: "Ainda existem penitências cruéis?"

"Não sei se o Coojornal, ou melhor, se os leitores do Coojornal, poderiam me esclarecer uma grande dúvida. É que como saiu uma matéria sobre Dom Vicente Scherer, achei que o Coojornal era o caminho certo. De uns tempos para cá, meu receio de me tornar freira — que sempre foi meu ideal — aumentou. É que na última Feira do Livro comprei um livro chamado *Buscando* — a autora é ex-freira, se chama Carmem Mota e é carioca.

Na página 10 deste livro diz: 'Todavia as penitências desse convento eram cruéis' (ela fala do Convento Jardim do Bom Pastor, em Juiz de Fora, Minas Gerais). 'Por muitas vezes nos levantamos à uma hora da manhã, indo para a capela às duas e ali continuando até às oito. Nessas ocasiões nos entregávamos a uma penitência conhecida por Maria Antiga, quase desconhecida aqui fora. Tão violenta é a penitência da Maria Antiga que quem sai do convento é proibida de comentar a respeito, sob pena de pecado mortal.

Começa com uma oração. Em seguida a superiora diz: — Jesus levou bofetadas no rosto; portanto, todas devem receber uma bofetada no rosto. E cada uma de nós recebia uma bofetada, dada por outra freira. Ajunta a superiora: — Jesus foi açoitado; todas devem ser açoitadas. E cada uma de nós recebia uma chibatada com um chicote apelidado *Chiquinho*. Tratava-se de uma corda de um quarto de polegada, com muitos nós em seu comprimento. E acrescenta a superiora: — Jesus andou de joelhos; por isso todas devem andar de joelhos, arrastando-se em volta da capela, até 'que saia sangue dos joelhos. E assim fazíamos. E finalmente a superiora ordena: — Jesus ficou de braços abertos na cruz durante seis horas. Todas devem ficar de braços abertos por uma hora, sem se mexer, rezando o rosário.

Essas penitências supostamente buscam a conversão dos pecadores e o alívio das almas do purgatório. Por isso é que nos jogávamos com amor nessas práticas, imaginando que as almas do purgatório precisassem de algo assim'.

É esse trecho aí acima que me horroriza. Gostaria de saber se essas práticas ainda existem. Pois, pelo que eu sei, a Bíblia não exige nada disso. Tudo que a gente precisava pagar pelos pecados, Jesus já pagou na cruz. Pois foram coisas como essa que fizeram com que Lutero se rebelasse. E com razão, creio eu."

M. A. G.
Porto Alegre, RS



As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente. Enviar para: Rua Comendador Coruja, 372, Porto Alegre — 90.000, RS.

Mario Chaves
Carlos Franklin Araújo
Vera Lucia Kolling

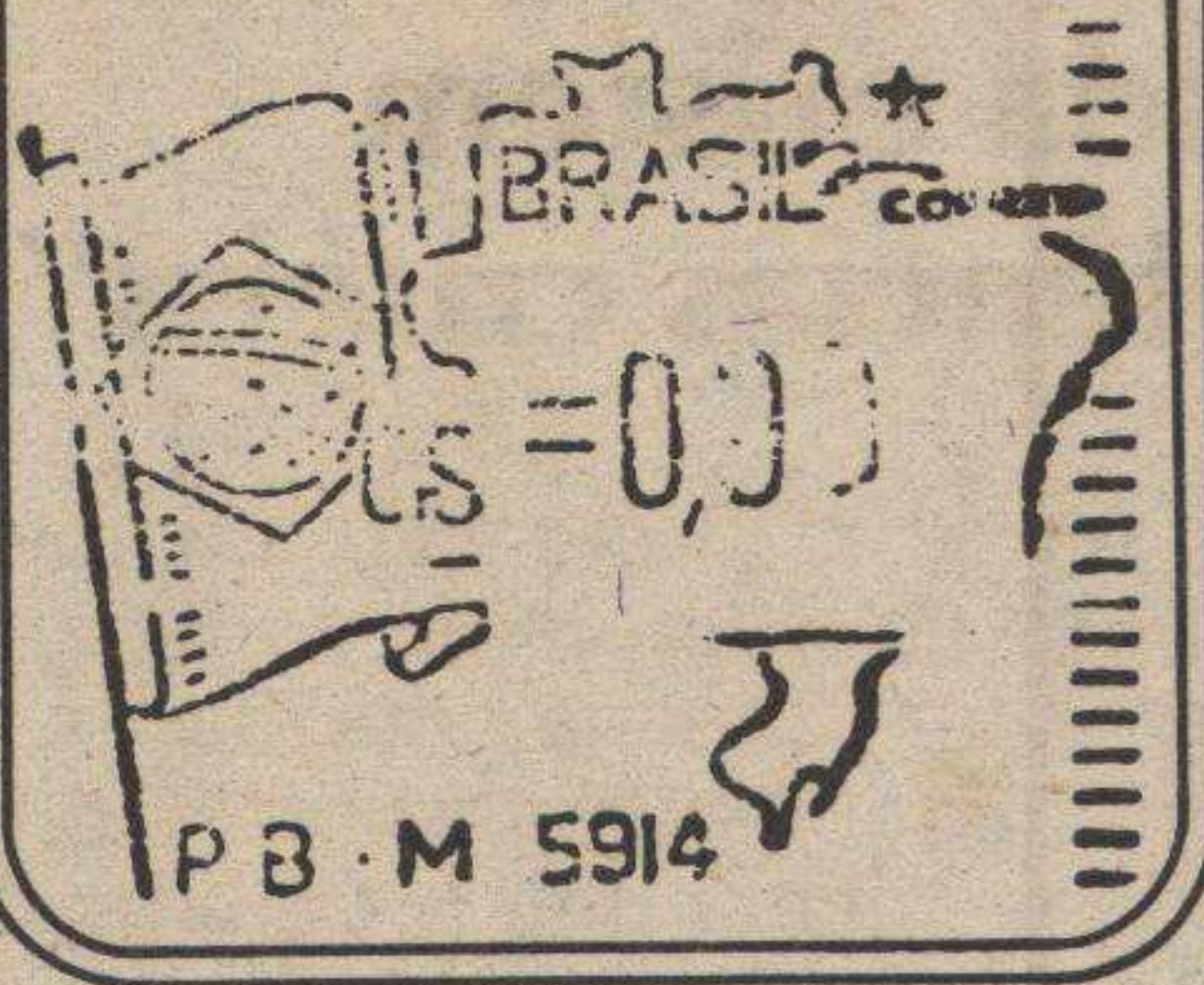
ADVOCACIA DE EMPREGADOS

Andrade Neves, 155 conj. 35/36
fone: 24-3159 Porto Alegre

advogados

HELIO ALVES RODRIGUES
oab 3975 cpf 001520800/15
JULIO CÉSAR ALVES RODRIGUES
oab 3408 cpf 001520990/34

RUA ANDRADE NEVES, 155
conjs. 71 e 72
fones: 24-8616 e 8035



A grande vitória de todos os professores

Senti-me gratificado, recompensado, como professor, ao ler no **Coojornal** (nº 60, dezembro de 80) a reportagem sobre a greve que fizemos. Só acho que o jornal foi muito generoso ao dizer que demos uma lição de greve. Outros trabalhadores também fizeram greves justificadas e bem sucedidas, não sei se tanto quanto a nossa, mas de qualquer forma também foram vitoriosos.

O importante foi destacado pelo **Coojornal**: o movimento só foi vitorioso devido à união ampla de todos os professores, fossem eles da capital ou do interior. Realmente, nunca se vira antes uma mobilização tão grande. Foi um movimento coeso e organizado, e o tempo todo esteve sob o controle dos professores, sem a influência ou interferência de partidos ou grupos políticos.

Mesmo a vitória representou muito porque, também, não houve nenhuma afronta ao Governo nem este, ao nosso ver, saiu perdedor. Aconteceu que o Governo se mostrou sensível aos nossos argumentos e, no final, cedeu à nossa reivindicação. Não havia, mesmo, como ficar cego à nossa dura realidade, com nosso salário defasadíssimo em relação à inflação destes últimos anos. Basta ver que, antes do aumento motivado por esta greve, 70% dos professores (leia-se professoras...) ganhavam, líquido, menos de Cr\$ 7 mil mensais.

Francisco Maria Cunha,
Porto Alegre, RS.

A nova direção da **Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.**, empossada no final de outubro, recebeu cumprimentos das seguintes pessoas e entidades:

Ruy Ferreira Borba Filho, diretor-presidente do BRDE; maj. av. Alfredo Malan D'Angrogne, secretário do ministro da Aeronáutica; Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, ministro da Marinha; Festa Nacional da Uva Turismo e Empreendimentos S.A.; Hélio Scherer Paladino Serrano, de Sobradinho, RS; Hécio Rubens L. Almeida, chefe do Gabinete do ministro do Trabalho; Henrique Augusto Milagre, diretor-superintendente da Companhia Industrial Rio Guahyba; Ronaldo Paixão e Paulo Motta, Editores da Revista OCB; Roberto Eduardo Xavier, secretário extraordinário do Estado do Rio Grande do Sul; Tasso de Carvalho, da Usiminas; Tarso Dutra, senador; João Gilberto Lucas Coelho, deputado federal; Dorvalino Pozza, diretor-presidente de Pozza Móveis S.A.; Bento Gonçalves; Alcione Burin, coordenador regional do Incra-RS; Dalto Franchini, presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil — ADVB-RS; Jesus Iglesias, Ampla Propaganda; Joel Melo, assessoria de imprensa da Siemens S.A., São Paulo.

Gilson Grazziotin, vice-presidente da Comercial Grazziotin, Passo Fundo, RS; José Menezes Senna, chefe de Gabinete do ministro dos Transportes; Audálio Dantas, deputado federal; Angelo Amaury Stabile, ministro da Agricultura; Flavio Vriche Passos, coordenador de Comunicação Social do Ministério da Indústria e Comércio; Fichel Davit, presidente da Cooperativa dos Profissionais de Imprensa do Rio de Janeiro; Sérgio Faria Lemos da Fonseca, chefe do Gabinete do ministro-chefe da Seplan; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre; Carlos Falkenberg, do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre; Luiz Carlos de Urquiza Nóbrega, chefe de Gabinete do ministro do Interior; Paulo Brossard, senador; Sérgio S. Saraiva, Distribuidora de Petróleos Ipiranga S.A.;

Parabéns de todos

Waldyr Mendes Arcoverde, ministro da Saúde; Clodomir Santos de Moraes, de Manáguas, Nicarágua; Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda.

Carlos Giacomazzi, deputado, presidente da Assembléia Legislativa do RS; Dante Cracogna, presidente da Intercoop — Editora Cooperativa Limitada, de Buenos Aires; Guido Mário D'Arrigo, diretor-superintendente da Intral S.A. Indústria de Materiais Elétricos; Ito Ferrari, Marca Propaganda; Ibrahim Abi-Ackel, ministro da Justiça, Benedicto de Miranda, superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras; Marli da Silva Brasil, presidente da Cooperativa dos Jornalistas de Goiás; eng. Rubem da Silva Gay, vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul; Walter Otto Bing, presidente do Sindicato da Indústria do Trigo no RS; Augusto Berthier, chefe da Casa Civil do Governo do Estado; Balthazar de Bem e Canto, secretário da Agricultura; Frederico Eduardo Sobbe, diretor do Departamento de Polícia Metropolitana; Leonora Geiss Lund, do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas; Álvaro Lemos dos Passos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minério e Derivados de Petróleo no RS.

Leodegar Jost, diretor-presidente da Banrisul Corretora; José Fúlvio Amaral, presidente da Unimed-Centro Sul; Cooperativa Agro-Pecuária Alto Uruguai Ltda.; José da Paula Dorneles, Sindicato dos Músicos Profissionais de Porto Alegre; Lenardo Silva de Souza, Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos Fluviais do RS; Mendes Gendemann, presidente do Sindicato dos Professores do Estado do RS; J. Fernando Luce, diretor-executivo do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do RS; Henrique Gerchmann, presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre; Paulo Monteiro Freitas, presidente do Sindicato dos Odontologistas do RS; Roberto Pires Pacheco, diretor-presidente da Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados; Nelson Fernando Prestes da Silva, secretário do Sindicato das Indús-

trias de Carnes do RS; Hécio Ferreira, Rádio Jornal do Brasil Ltda., RJ.

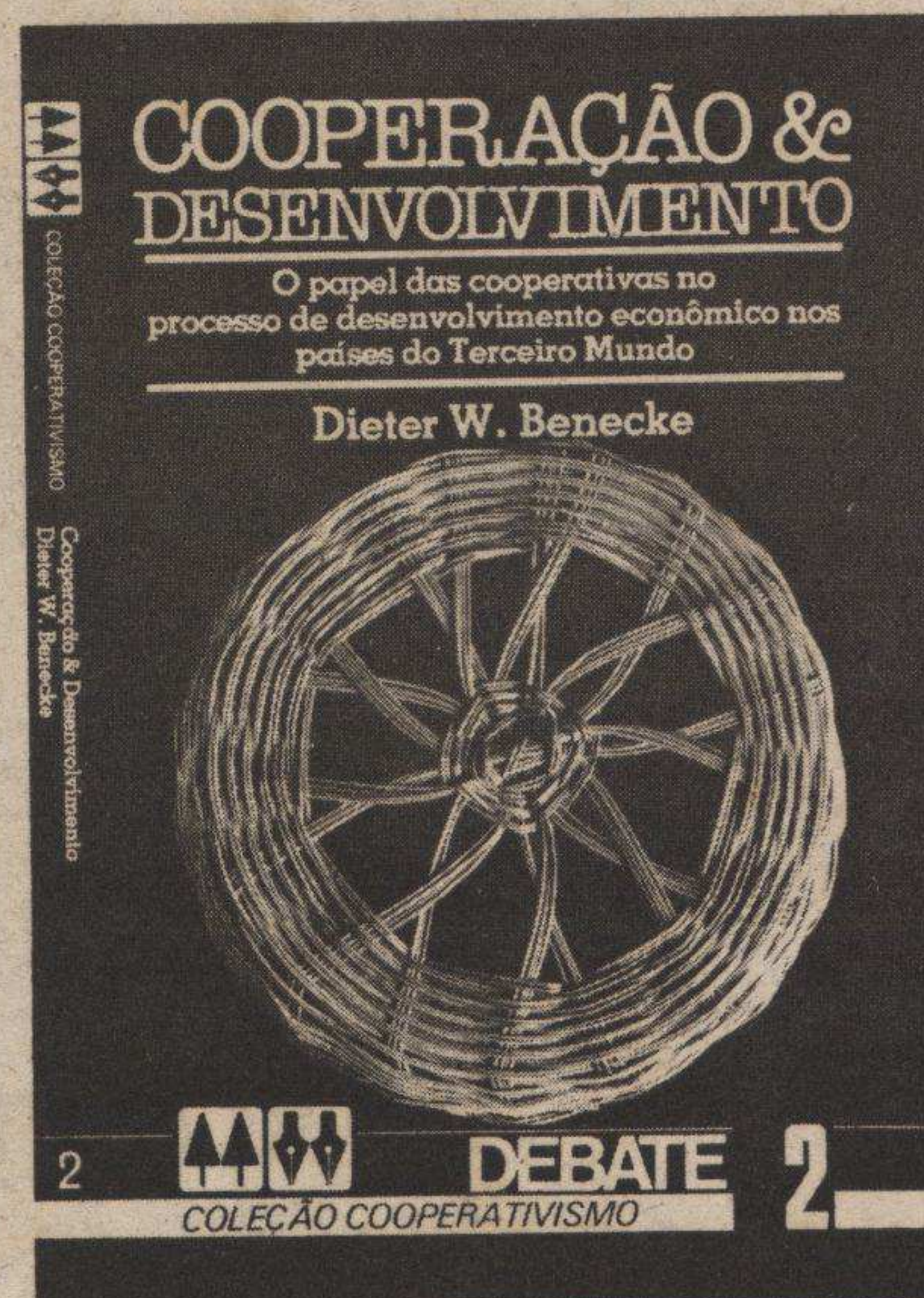
Alexis Setti, presidente da Cooperativa Triticola Carazinho Ltda.; Luiz Diógenes Chaves Couto, cel. PM, chefe da Casa Militar do Governo do Estado; Nestor Braz de Oliveira, superintendente da Organização das Cooperativas do Estado do RS; Alberto André, presidente da Associação Riograndense de Imprensa; Miguel Junqueira Pereira, secretário-geral do Sindicato das Empresas de Seguros Privados no RS; Nicolás Rubio, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário, Primário e Comercial no RS; Firmino Dias Lopes, presidente da Cooperativa dos Jornalistas de Curitiba.

João Henrique Galló, diretor-gerente da Rádio Sociedade Difusora A Voz de Bagé; José Luiz Eloi Pilotto, diretor-presidente do Badesul; Ruben Ilgenfritz da Silva; João Batista Pinzom; Jorge Babot Miranda, presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul; Pedro Simon, senador; Alfredo E. Mello, vice-presidente no exercício da Presidência da Federação das Associações Comerciais do RS; Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda., Ijuí; Adalberto Emilio Stein, da Universidade Federal de Santa Maria; Holmes de Campos Lopes, superintendente da Cosulati, Pelotas; Alvin Melquides Brugalli, coordenador-geral da Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul; Tallis Rudá Palma, chefe do Departamento de Engenharia de Tráfego e Comercial da CRT; Martins J. O. Filhos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Porto Alegre; Paulo Afonso Frizzo, presidente da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, Fidene, Ijuí; Isaac Mendonça Rodrigues, presidente da Cooperativa de Lãs de Santa Vitória do Palmar Ltda.; e Oriovaldo Grecceller, vereador líder da bancada do PMDB, Livramento.

Com este registro, a direção da **Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre** agradece todos os cumprimentos recebidos.

As cooperativas nos países subdesenvolvidos

O que uma cooperativa pode fazer na economia de um país do Terceiro Mundo? As cooperativas podem realmente contribuir para a mudança de estruturas econômicas? "Cooperação e Desenvolvimento" é um raro livro sobre o papel das cooperativas, analisando estes assuntos em profundidade. São 240 páginas de informação e análise sobre a importância deste sistema econômico para a estratégia de crescimento de um país como o Brasil.



Uma co-edição **COOJORNAL** e **ASSOCENE**

O autor, Dieter W. Benecke, aprofunda estudos sobre a economia dos países em desenvolvimento; o que se pode esperar das cooperativas neste processo; os fatores positivos e negativos da atividade cooperativa; o Estado controlador da atividade cooperativa; a busca de novos caminhos para superar o fracasso da política de desenvolvimento nos países capitalistas e socialistas.

Preencha o cupom anexo e remeta-o, junto com vale-postal ou cheque, para a **Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre** — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — 90000 — RS

Solicito enviar.....exemplar (es) do livro "Cooperação e Desenvolvimento", ao preço unitário de Cr\$ 350,00 cada.

Nome:.....
Endereço:.....
Cidade:.....Estado:.....CEP:.....

Tudo pela cultura gaúcha

Num movimento inédito, artistas e intelectuais se unem

Descontentes com a orientação da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, os artistas e intelectuais gaúchos decidiram deixar de lado os desabaços isolados e partir para a ação. Formaram o Movimento de Defesa da Cultura Gaúcha, que, no entender de seu presidente, Luiz Paulo Vasconcellos, "é a consolidação de uma comunidade cultural coletiva", e já apresenta propostas concretas para o desenvolvimento das manifestações artísticas no estado. Estas propostas têm como maior obstáculo os magros recursos oficiais: o orçamento estadual de 1981 prevê apenas 0,47% para a Secretaria e só 0,01%, ou seja, Cr\$ 14 milhões e 900 mil, para a cultura, contra Cr\$ 47 milhões e 750 mil em 1980.

— Estamos exigindo do Governo uma maior atenção para a cultura, mas este não é o principal aspecto do nosso movimento — ressalta Vasconcellos. — Queremos responsabilizar o cidadão para zelar pela sua cultura e cobrar o que é feito com o dinheiro público.

O descontentamento dos artistas com a Secretaria é antigo. Em 1978, o Governo anunciou o desmembramento da Secretaria de Educação e Cultura. Os intelectuais receberam com desconfianças a criação de uma secretaria englobando cultura, turismo e desporto, chegando a esboçar um protesto. Mas, afinal, deram um voto de confiança ao Governo.

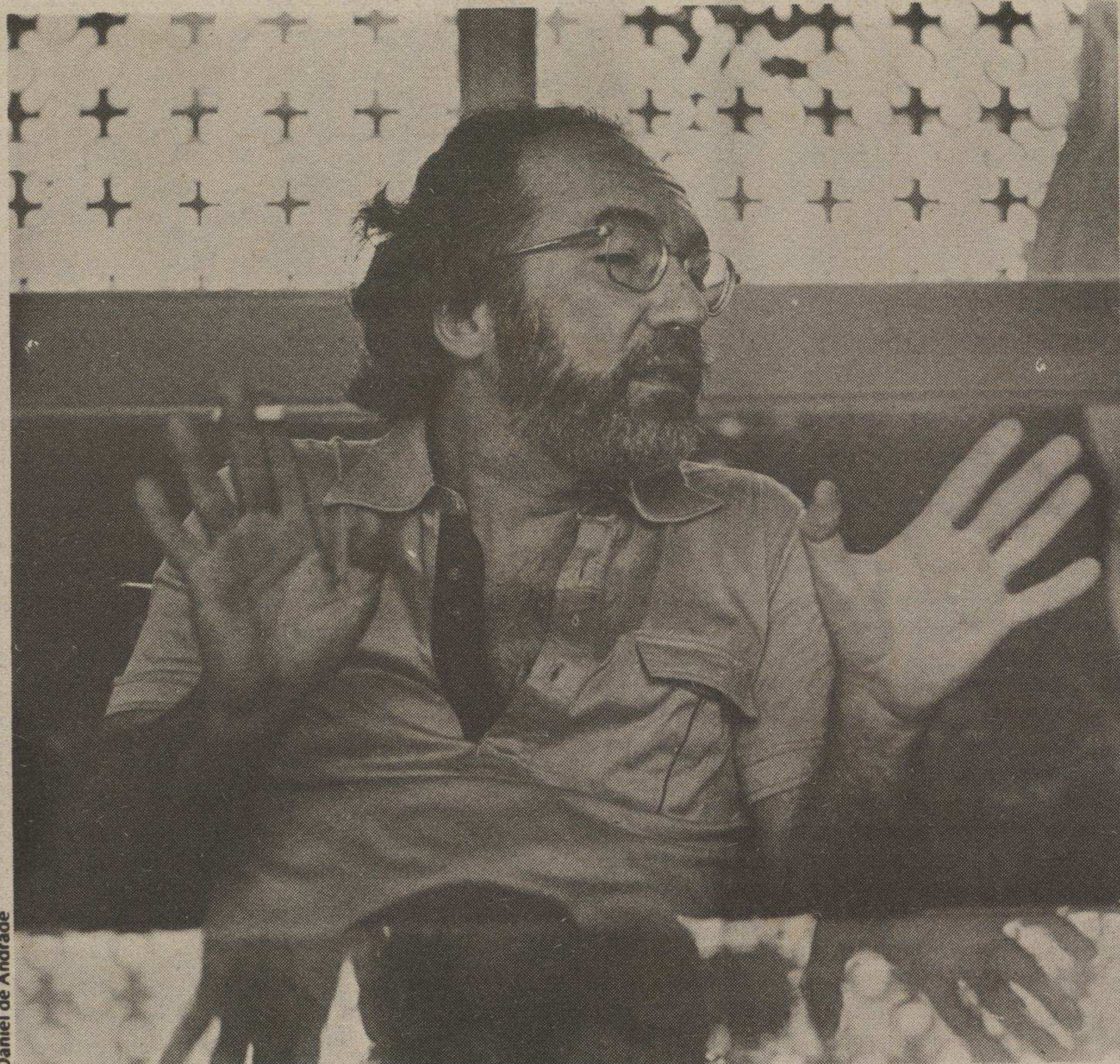
Os dois primeiros anos confirmaram o receio do meio cultural. Na ordem de prioridades do órgão, a cultura ficou em terceiro plano. A gota d'água que desencadeou o movimento foi o pedido de demissão do professor Jäder Siqueira do Museu de Arte do Rio Grande do Sul. Ele estava acertando uma escala, em Porto Alegre, do Projeto Hilton de Pintura, patrocinado pela Companhia de Cigarros Souza Cruz, que reunia os 10 melhores pintores da década de 70, entre eles um gaúcho, Clauco Pinto de Moraes.

CASTELO KAFKIANO

Às vésperas da exposição, foi surpreendido por um telefonema do secretário Lauro Guimarães suspendendo a promoção por falta de recursos. Uma das alegações é que a mostra era organizada por uma firma de cigarros e que, portanto, teria caráter comercial. O que não se explica, uma vez que a Secretaria promove o concurso Apesul de Revelação Literária, patrocinado pela Caderneta de Poupança Apesul.

Logo após desencadeado o movimento, choveram adesões de praticamente todos os setores ligados à cultura (*).

— Os artistas nunca se negaram a colaborar — diz a artista plástica Zorávia Bettiol —, mas as sugestões morriam na emperrada estrutura burocrática da Secretaria, que eu comparo a um Castelo Kafkiano. Além disso, cada segmento levou suas lutas de um modo muito isolado.



Vasconcellos: o cidadão deve zelar pela cultura

Uma das queixas dos artistas se deve à extinção do Departamento Artístico e Cultural (DAC) da extinta SEC. Apesar de muito discutido, devido principalmente aos critérios que utilizava na promoção de mostras e espetáculos teatrais, o DAC era o ponto de ligação entre a SEC e a intelectualidade. Tanto assim que a primeira proposição contida na Carta de Princípios é a "criação de um canal de comunicação permanente entre o Poder Constituído e a comunidade cultural, através de um sistema de representatividade legítima".

Embora dirigidas a toda a estrutura da Secretaria de Cultura Desporto e Turismo, as críticas mais ácidas dos artistas tinham como alvo principal o ex-secretário Lauro Guimarães, o mesmo que durante o Festival de Cinema de Gramado, no começo de 1980, retirou-se bruscamente da sala onde era exibido o filme *Os Sete Gatinhos* por considerá-lo "imoral e contra a família".

NADA AGRADOU

Justamente no momento em que os artistas organizavam seu movimento, Lauro Guimarães foi promovido a diretor de Planejamento da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). "Ele foi um péssimo secretário, mas não creio que sua saída tenha a ver com o nosso movimento", afirma Vasconcellos. "Ligar uma coisa a outra seria superestimar a nossa força".

A verdade é que, em dois anos, Guimarães nunca conseguiu bom relacionamento com qualquer dos ramos culturais. Ele mudou, por exemplo, a orientação do Instituto Estadual do Livro (IEL), ao afastar a antiga diretora, Lygia Averbuck. "O IEL, sob a dinâmica atuação da professora Lygia, realizou inúmeros en-

contros, seminários e concursos", recorda o escritor Carlos Carvalho. "E publicou obras clássicas da literatura gaúcha e livros de autores contemporâneos como Moacyr Scliar, Luiz de Miranda e Mário Quintana. Há poucos dias li que o plano editorial do IEL para o próximo ano incluiu algumas coleções de história local e concursos de ficção. Entendo que literatura não é só isto".

Em relação à música, havia um projeto de lançar uma coleção de 10 discos contando a história da música gaúcha, da qual nunca mais se ouviu falar. Recentemente, foi demitido o diretor artístico e regente titular da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa), David Machado, que, pela primeira vez, incluiu músicas de compositores gaúchos contemporâneos, como Celso Loureiro Chaves e Bruno Kiefer, nas execuções da orquestra.

A demissão de Machado foi assim explicada pelo secretário: "Às vezes, é preciso fazer opções entre manter uma pessoa qualificada mas dissonante ou perder um elemento de valor em favor da harmonia". Machado respondeu: "Enquanto os Secretários de Cultura derem mais ouvidos às administrações burocráticas e não aos técnicos que constituem os próprios órgãos, a arte estará sempre em crise".

POR OMISSÃO

A Associação Brasileira de Documentaristas (ABD), com sede em Porto Alegre, deseja a implantação de um pólo cinematográfico no estado ou, pelo menos, a definição de um programa para o cinema. E a Associação Riograndense de Artes Plásticas Francisco Lisboa, a mais antiga do país, com 43 anos de existência, cobra do Governo a falta de verbas para a realização de exposições, a aquisição de obras e publicação de monografias sobre artes e desenho.

Durante os dias em que ficou vago o cargo de secretário, o movimento traçou um perfil da pessoa ideal para ocupá-lo. Segundo os artistas, ele deveria ter as seguintes características: capacidade administrativa, real interesse pelo desenvolvimento cultural do estado, ser acessível à comunidade cultural, se abster de decisões ditadas por interesses político-partidários, ter visão da potencialidade criadora das diversas regiões e que mantenha o fato folclórico em sua espontaneidade.

O movimento dos artistas pode ter influenciado na escolha do novo secretário, que, quebrando a tradição, não é propriamente um político. Trata-se de Luiz Carlos Barbosa Lessa, escritor e folclorista, cuja escolha causou protestos dentro do PDS. Alguns deputados achavam que o cargo deveria ser ocupado por um militante do partido. Os artistas, por sua vez, receberam-no com reservas: "É um homem inteligente, culto e escritor destacado, mas não podemos esquecer que foi diretor do Departamento Cultural na época do Lauro Guimarães e pecou por omissão", observa Luiz Paulo Vasconcellos. "Além do mais, terá que alterar todo sistema de funcionamento da Secretaria ou será engolido por ele".

De parte da Secretaria, o movimento pede a reativação do Conselho Estadual de Cultura, de maneira que seja constituído em sua maioria por membros indicados pelas entidades representativas dos diversos segmentos, a quem competirá a definição da política cultural do estado. Mas os planos dos artistas são mais ambiciosos. Mesmo reconhecendo que seu trabalho é elitista, eles já estão falando em ampliar as bases da cultura, através de promoções conjuntas com as associações de bairro e comunidades de base, ou seja, "fazer a real democratização da cultura", como define Zorávia Bettiol.

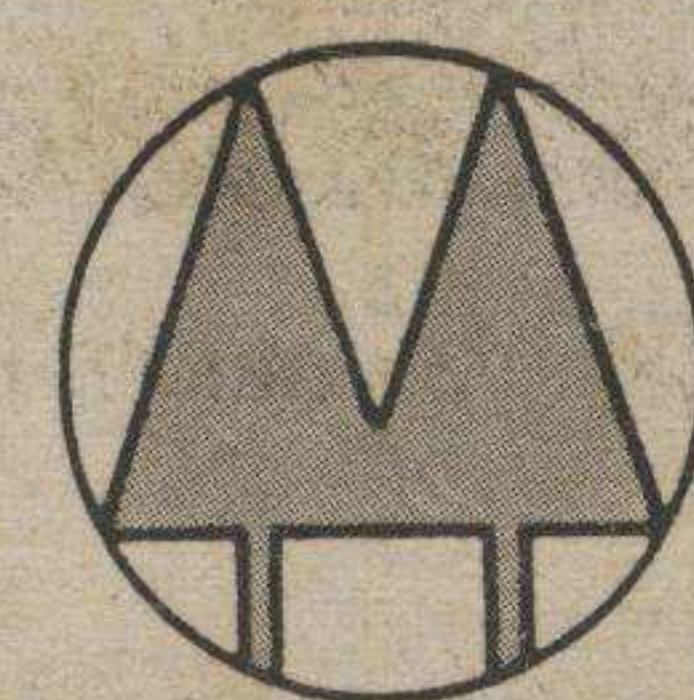
RAFAEL GUIMARÃES

(* As entidades que integram o movimento são a Associação Riograndense de Artes Plásticas Francisco Lisboa, a Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do RS (Apetergs), a Associação Profissional dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do RS (Apatedergs), a Associação Brasileira de Documentaristas (ABD), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) - seção RS, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre e outras.

Agora, a assistência odontológica também pelo sistema cooperativo.

Isto significa que você pode ter consulta e tratamento odontológico com hora marcada e por um custo mais baixo.

Procure a UNIDONTO Porto Alegre e conheça seu plano de assistência familiar.



unidonto
PORTO ALEGRE

sociedade cooperativa de serviços odontológicos Ltda.

Unidonto Porto Alegre Fone 24-5380
Av. Borges de Medeiros, 596 4º andar G. 42

Lia Colossi
Advogada

CAUSAS CÍVEIS

OAB 11.505 Seção RS
Dr. Flores, 106 Conj. 812
F. 25.0509

RONALDO MOREIRA BRUM
PSIQUIATRA

CREMERS 2773
CPF 004705460/34

Dr. Flores, 106 Conj. 812
F. 25.0509

O perto e o longe

Ex-líder camponês faz autocrítica da luta armada no Maranhão rural

Quem perguntar ao ex-líder camponês maranhense Manoel da Conceição o que ele acha da luta armada no Maranhão dos anos 60, ouvirá uma curta, seca resposta: "Não tinha nada a ver com o Brasil". Súbita conversão deste ativo organizador sindical, ferido em combate com tropas policiais do Maranhão e com uma perna amputada por absoluta falta de tratamento?

Aos 45 anos de idade, chegado de um exílio de cinco anos na Suíça e na França, o ex-ferreiro, ex-camponês, hoje integrante da comissão nacional do PT, tem a mesma proposta marxista para a revolução brasileira que defendia em seus tempos de líder sindical nos vales maranhenses do Itapecuru e do Pindaré-Mirim. Com uma diferença: "É preciso saber muito bem articular as lutas imediatas do povo, do dia-a-dia, com a tomada do poder a longo prazo. É preciso ver o perto e o longe, porque senão não se vê coisa nenhuma". Noutras palavras, é preciso conhecer a realidade.

Foi isto o que faltou, por exemplo, no Maranhão. A necessidade maior, a grande



luta dos camponeses da região, eram a defesa das roças contra o gado invasor, e a garantia pelo menos dos preços de mercado para seu arroz. Mas as assembléias para a organização da luta contra o gado e atravessadores fracassaram por causa da teoria da guerra popular, dos estudos teóricos de táticas de guerrilha. "Trocouse a defesa real do camponês pela teoria e propaganda da guerra popular", recorda Conceição.

Este olímpico distanciamento da realidade, que comprometia, de princípio, o êxito de qualquer programa, era sobremaneira agravado pelo dogmatismo dos militantes, que não admitiam sequer discutir, muito menos reformular, sua linha programática.

— Sempre que iam discutir a revolução brasileira, ao invés de pesquisar o Brasil, buscavam ensinamentos e pensamentos de Mao — relembra Conceição. — Enquanto a palavra de ordem era a guerra popular, os problemas concretos ficavam de lado.

Não é de admirar, assim, uma natural rejeição do povo a todas as iniciativas da guerrilha armada — ele próprio terminou sendo denunciado como tendo participado da única ação conhecida, a expropriação de um armazém de arroz. Os denunciantes foram pescadores da própria região.

OS POSSEIROS VOLANTES

Esta vigorosa avaliação crítica do processo de mobilização de massas, no Maranhão, encontra-se no livro de Manoel da Conceição, *Essa Terra É Nossa*, lançado no Recife no dia 19 de dezembro. Não se pense, contudo, em capitulação — as 212 páginas do livro de Conceição, na verdade resultado de 20 horas de depoimento que gravou para a socióloga Ana Maria Galano, são uma candente defesa de uma revolução estrutural do País. Sequer se altera a proposta marxista de outros tempos, as mudanças por que se bate o ex-líder camponês são metodológicas. "Até por uma questão de coerência tenho de me basear nesta realidade bem concreta, do contrário não serei nem materialista nem marxista", defende Conceição.

E a realidade do Maranhão rural que ele mobilizou até 1972 é espantosamente peculiar, única até mesmo em relação ao restante do Nordeste miserável. Que outra área, por exemplo, teria a singularíssima categoria rural dos *posseiros*

R.F.

volantes, um grupo de camponeses sem terra que iam desbravando e cultivando sempre novas terras devolutas? Parar em qualquer chão seria o fim: com seus primitivíssimos métodos agrícolas, o solo se exaure na terceira colheita. Para estes, então, mais importante que a luta pela terra é a questão imediatista da defesa da roça contra o boi, ou de mecanismos decentes de comercialização da produção.

Onde mais existiriam relações de dominação calcadas não apenas em dominação econômica, como em superstições e inofensivas instituições como o compadrio? Compadre e comadre, no Maranhão rural, não podem brigar, porque senão, após a morte, vão ter de se bater como duas pedras no inferno. Como os comerciantes e fazendeiros são compadres de todo mundo, a própria religião lhes garante a impunidade de sua exploração.

Mas nem esta arraigada religiosidade, que emerge com toda a crueza do relato de Conceição, pode ser desconhecida pelo processo revolucionário — ou principalmente ela — do contrário, se cometerão os mesmos equívocos dos militantes armados de 69, que defendiam a acumulação de reservas alimentícias para a época da guerra. Mas acumular o que, se nem a própria subsistência estava garantida? Compreende-se de resto o deslocamento, alienação até, das teorias revolucionárias para aquele Maranhão. Afinal, lá não prevaleciam sequer regras estabelecidas da economia clássica. Excedente de produção, por exemplo, lá é o que fica com a família para sua alimentação — o objetivo maior da produção familiar é pagar as contas de açúcar, sal e querosene, na bodega do lugar.

A análise de Conceição se enriquece com seu distanciamento no tempo e no espaço — seu depoimento, gravado no ano passado, foi feito em Paris. Isto lhe dá seguramente uma mais acentuada perspectiva crítica, sem o envolvimento emocional das lutas cotidianas. Não consegue ainda, todavia, explicar direito algumas de suas colocações. Por exemplo, a solução marxista para uma sociedade que ele não apenas reconhece, mas aceita, como profundamente religiosa. Como conciliar visões e comportamentos antagônicos do marxismo materialista com uma religião mais do que mística, supersticiosa?

— Na prática, a gente sabe como fazer — diz Conceição. É verdade que ele não tem voltado ao seu Pindaré-Mirim, onde seria mais intensamente solicitado a exercitar tal prática — só em maio vindouro viajará ao Maranhão. Mas no Recife, onde vive hoje, já está pelo menos aplicando uma das lições que aprendeu nas matas maranhenses: ouvir e conversar muito. "O PT em Pernambuco parece fraco, quase inexistente", ele reconhece. "Mas é que não interessa fazer partido no grito".

WALTER MORAES

Quem julga os salários dos juizes?

Por lei, cabe aos juizes do trabalho julgar as questões salariais. Agora, são eles que entram na Justiça contra a União, pedindo um reajuste de 108%, ao invés dos 73% fixados pelo Decreto-Lei nº 1821. Eles se baseiam na Constituição, que assegura a irredutibilidade dos vencimentos dos juizes.

— Este decreto é inconstitucional, pois admite que a inflação foi de 108%, mas estabelece um reajuste escalonado de apenas 73% — diz o presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, Ronaldo Leal. — Com isto, os juizes, que devem ficar independentes, acabam tendo que recorrer a empréstimos e papagaios e, portanto, ficam nas mãos dos banqueiros, que constituem a categoria empresarial que mais explora seus empregados.

Além das medidas cautelares, pedindo que o reajuste seja equiparado aos níveis de inflação e reposição retroativa aos últimos cinco anos, os juizes anunciam outras providências:

— Iremos restringir nossa atuação aos níveis da lei — diz Leal. — Por exemplo, a lei rege que cada juiz deve julgar, no máximo, 300 processos por ano, mas estamos julgando até 600. Há que levar em conta que o ano de 1981 será cheio de disputas salariais.

R.F.

Os generais falam, Delfim atira na lua

Enquanto o antigo ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, e seu sucessor, Antonio Delfim Netto, parecem divertir-se com sua acadêmica discussão sobre as origens da inflação que corrói as energias do País, o povo brasileiro, literalmente com a canga no pescoço, faz um derradeiro e nem sempre bem sucedido esforço para livrar a carreta nacional do atoleiro em que a sólida incapacidade do sistema a meteu.

De discussão em discussão, de brilhareco em brilhareco, a Nação cada vez mais se afunda e não estará longe o dia em que a nossa dívida externa ultrapassará o próprio orçamento nacional, se alguma coisa não for feita para impedir esta idiotice. Desde 1973, quando teve início a crise do petróleo — hoje explicação preferida de todas as incompetências bem instaladas — nenhuma medida de caráter realmente econômico foi tomada para resolver o problema. Mexe-se no câmbio, na correção monetária, nos juros, esfria-se este ou aquele papel imundo, em tentativas meramente financeiras que não dão o menor resultado porque não existem para isso. É como dar um tiro na lua.

E as providências de caráter econômico estão aí: falta até feijão preto. Para que, então, falar na supersafra com a qual o ministro Delfim Netto venceria a pressão inflacionária?

Tudo isso se compreende, porque os responsáveis pela condução da economia nacional são mesmo farsantes. O que não se concebe é que certos generais, desses que falam a salvo do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), insistam em repassar para o petróleo a culpa pelo crime que se comete contra um País que normalmente teria um futuro glorioso, mas que, nas atuais circunstâncias, o máximo que pode fazer é uma tentativa de sobrevivência.

É preciso, portanto, que se afaste esse argumento pernicioso. E não é difícil:

Alemanha, França, Itália, Portugal, Espanha e Japão, por exemplo, têm menos petróleo do que o Brasil. O exemplo português é particularmente ilustrativo.

À PROVA DO RDE

No dia 25 de abril de 1974, Portugal perdia as colônias da África, das quais vivia, e ao mesmo tempo em que enfrentava a desorganização e indisciplina social e política de uma democracia em processo de afirmação, o pequeno país, já com uma população acima de suas possibilidades geográficas e agrícolas, foi forçado a receber mais de um milhão de retornados das antigas colônias, que introduziram os assaltos e a prostituição no Rossio e nos hotéis de Lisboa. Nessa época, com apenas um cruzeiro, era possível comprar-se três escudos e meio.

Passados seis anos, Portugal não descobriu um único pinga de petróleo em seu território. E sabe-se que mais de 90% do seu sistema de geração de energia é alimentado pelo — vá lá — ouro negro, pois o Tejo, maior rio do país, não passa na verdade de um fio d'água paradoxalmente cheio de história.

Hoje em dia, com um escudo subdesenvolvido, compra-se um cruzeiro e meio produzido na ilha de tranquilidade ou na potência em ascensão, seja como queiram.

Mas, pelo que esses generais à prova de RDE afirmam, parece que os preços do petróleo só subiram para o Brasil, país que segundo eles tem sido vítima de uma conspiração internacional, que encontra respaldo na cripta da Igreja, por meio das comunidades de base, e na sua própria cúpula, a CNBB de dom Ivo Lorscheider, um homem que apesar de tudo precisa falar cada vez mais.

E que calemos os generais, de um lado e de outro.

ALUIZIO FLORES

ADVOGADOS

Antônio Pinheiro Machado Netto
OAB 1471 CIC 000646960/49

Márcia Pinheiro Machado Buchabqui
OAB 11748 CIC 221456300/82

Jorge Santos Buchabqui
OAB 11516 CIC 238923900/53

José Antonio Gomes Pinheiro Machado
OAB 11979 CIC 125012630/49

Rua Riachuelo, 1098 cj. 603
telefones: 24-3855 24-3860
Porto Alegre

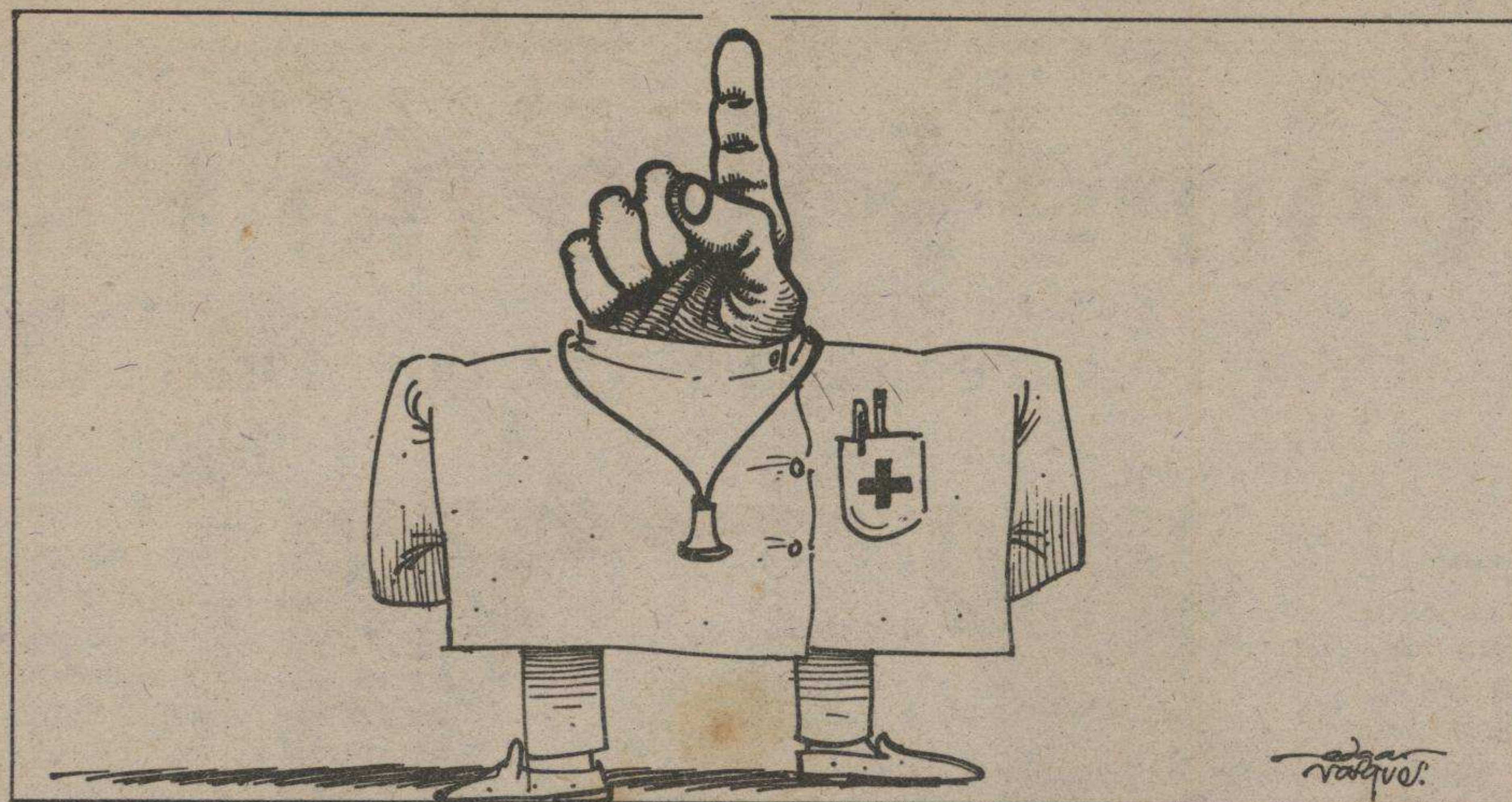
Delação nas eleições dos médicos

O Sindicato Médico do Rio Grande do Sul existe há 50 anos, mas só começou a ganhar expressão nos últimos anos, com o cirurgião vascular Carlos Sá na presidência. Cumpriu dois mandatos e agora, no começo de dezembro, enfrentou, pela primeira vez na história da entidade, uma chapa de oposição. Terminou vencendo, por 1.997 votos contra 824. Mas os dois meses de campanha que antecederam as eleições significaram uma aguda experiência política para a classe médica.

A disputa eleitoral não se limitou a críticas às plataformas de cada uma das chapas. Foi bem mais além. Poucos dias antes das eleições, o médico Newton Musa, cardiologista, da chapa da situação, fazia circular entre médicos um documento com a relação de sete dos 20 nomes da chapa de oposição. Junto a cada um dos nomes, o documento trazia informações sobre suas ações políticas anteriores, algumas tão antigas que o médico Fernando do Canto é lembrado, entre outras coisas, por ter assinado, em 1952, um certo "manifesto contra o acordo Brasil-EEUU".

Entre essas informações constam números de processos em auditorias militares, codinomes, organizações políticas a que se vincularam no passado os médicos relacionados no documento. E, estranho, numa linguagem igual à usada por órgãos policiais.

O documento só chegou às mãos da chapa de oposição quando a apuração já começara. E sua difusão entre os médicos foi considerada pelo obstetra Franklin Cunha, candidato à presidência pela chapa 2, de oposição, como decisiva para



o resultado da eleição. Mas não foi a única influência, segundo Cunha. Ao tomar conhecimento de que a superintendência regional do Inamps recomendava aos médicos gaúchos o apoio à chapa da situação, ele procurou Adélio Dornelles, que substituiu na ocasião o superintendente, e dele ouviu a confirmação: o Ministério da Previdência Social estudara nome por nome da chapa 2 e concluíra que ela "não merecia apoio". Dornelles sequer pediu segredo a este respeito.

Carlos Sá, 40 anos, que inicia agora sua terceira gestão à frente do sindicato, não admite que tenha feito campanha com base em denúncias políticas. Mas seu companheiro de chapa, o médico Newton Musa, não tem qualquer constrangimento em falar sobre isso: acusa a chapa 2 de ter feito "aliança com um grande grupo de esquerda". Ele acha que o sindicato deve ficar alheio a influências de grupos políticos ou ideológicos e considera a entidade a única alternativa para a categoria médica, já que a Associação Médica "foi dominada por um grupo que desvirtuou os objetivos da associação, transformando-a em empresa".

Ele se refere à intermediação da

Amrigs nos pagamentos do Funrural à rede hospitalar. "A Amrigs ganha 2% por essa intermediação e quer trazer o sistema para o restante da previdência". Ao contrário disso, diz ele, "o presidente do nosso sindicato pensa no médico e no paciente".

Carlos Sá, o presidente reeleito, se define como seguidor da doutrina sindical neocorporativista, fundamentada na defesa dos interesses profissionais como meio de produzir benefícios sociais. "Cuidar da doença e do doente", diz, "e preservar nossas condições de trabalho: este é o nosso campo de ação sindical".

A chapa 2, vencida nas eleições, tinha em sua plataforma outras preocupações mais amplas, além da defesa do direito ao trabalho. Propunha-se a "lutar pela conquista dos fatores determinantes da saúde (melhor distribuição de renda, habitação, alimentação, escolarização, remuneração condigna, participação política) e não basear-se simplesmente na cura; ou prevenção de doenças específicas, assim como lutar pelo ensino médico gratuito, voltado para as reais necessidades da população".

RAFAEL GUIMARÃES

O jornalismo, sem liberdade e em crise

O tema era liberdade de imprensa, mas mercado de trabalho, condições de emprego e até concessões de rádio e televisão foram considerados assuntos paralelos ao tema principal e, por isto, bastante discutidos. Foi em Belém, de 11 a 13 de dezembro, quando se realizou o III Encontro Nacional pela Liberdade de Imprensa.

A conclusão básica pode ter surpreendido: não existe liberdade de imprensa no Brasil, afirmou o documento final, ao considerar que hoje a liberdade de informação existe somente para os donos das empresas jornalísticas que, segundo Hélio Doyle, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Brasília, "só divulgam o que lhes interessa, mesmo que o fato oculto seja do maior interesse da sociedade".

A Carta de Belém, nome do documento final, afirma que o "completo aviltamento salarial da profissão é um dos elementos inibidores de sua completa libertação". Em geral, as delegações de todo o País se manifestaram preocupadas com a situação do mercado de trabalho. De acordo com seus relatos, devem existir hoje mais de dois mil jornalistas desempregados, isto sem contar os diplomados nos últimos dois anos, que ainda não conseguiram o primeiro emprego. A Carta diz que o estreitamento acelerado do mercado reflete o clima de recessão econômica vigente e adverte que esta situação poderá atingir a estrutura das empresas do setor.

ARIOSTO TEIXEIRA

Quando se trata a terra com carinho, ela retribui.



Policultura. Bom senso dá bons frutos.

O pau come solto no Planalto

O Governo joga tudo por Marchezan e pensa em 82: quem não está a seu lado é inimigo

O ex-ministro Said Farhat pode ser considerado como a primeira vítima da candidatura Djalma Marinho à presidência da Câmara dos Deputados. Talvez por ingenuidade, talvez por não ter muita prática nas coisas da política, o ex-ministro deu sua grande escorregada no dia 15 de dezembro, uma segunda-feira, quando admitiu, em entrevista coletiva, que se o candidato dissidente vencesse nas eleições da Câmara, assumiria e sua vitória seria absorvida.

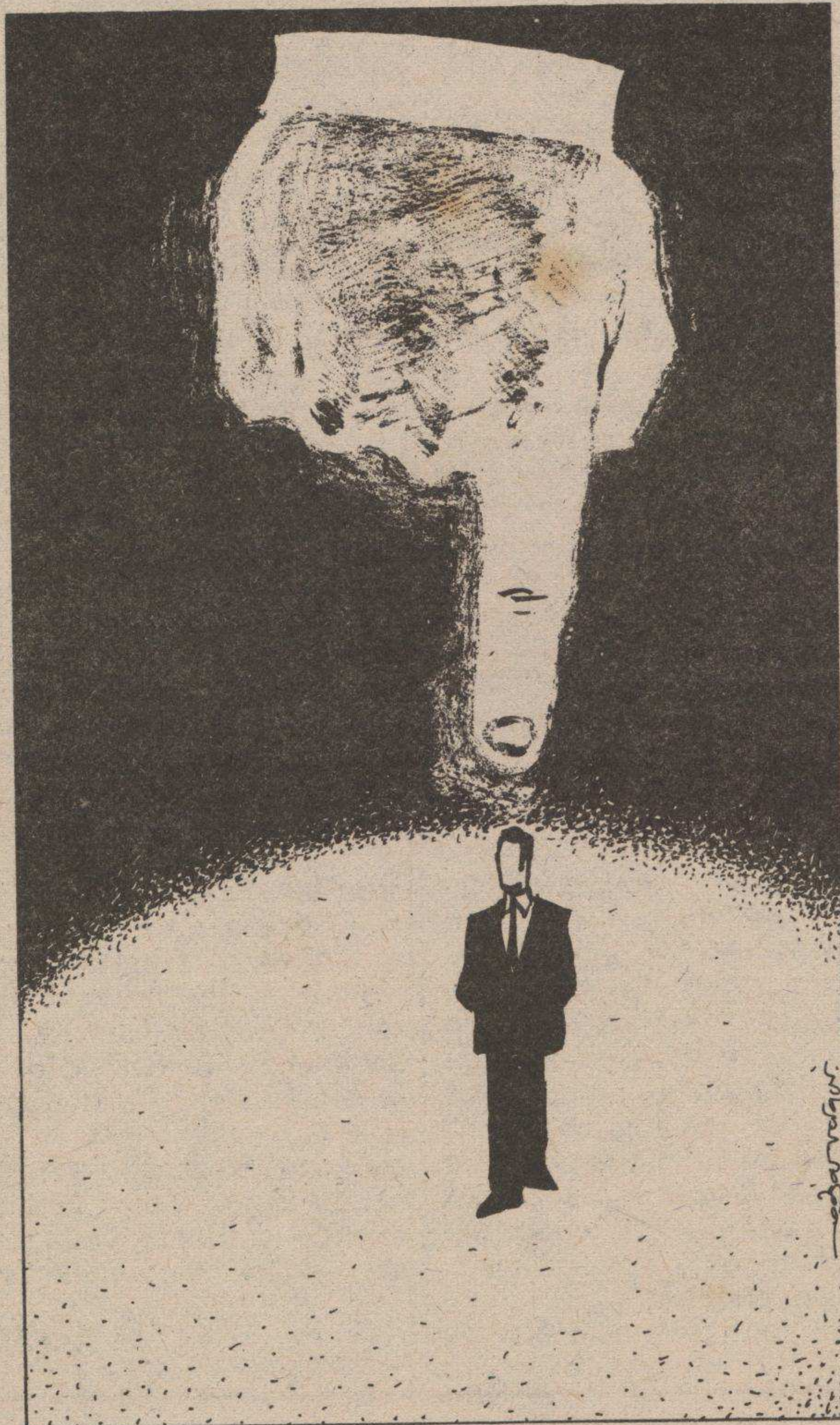
Disse o óbvio, principalmente em se tratando de um tempo de abertura. Esqueceu, no entanto, que, falando como ministro, ajudou a dissipar temores nos deputados governistas indecisos entre Marinho e Nelson Marchezan, o candidato do Governo. O erro fatal custou-lhe o cargo três dias depois.

Não que esta tenha sido a causa única. Ao contrário, desde que entrou, ele recebeu torpedos dentro do Palácio do Planalto, vindos, em sua maioria, da Casa Civil (Golbery e Heitor de Aquino) e do SNI (Otávio Medeiros). Uns davam informações importantes sem o auxílio da Secom, outros vetavam o credenciamento de jornalistas e dificultavam, alegando razões de segurança, a cobertura dos trabalhos presidenciais.

Farhat resistiu o que pôde. Até que, no final, entregou os pontos e rendeu-se ao grupo palaciano, que, ao engolir mais um, fica mais forte, mas também mais isolado da Nação, na exata proporção em que são expurgados do setor decisório as vozes menos autoritárias do regime. A distância entre o Governo e a Nação aumenta a cada dia, de forma inquietante. Em Brasília, uma corte republicana onde os boatos se reproduzem com incrível rapidez, já há quem se preocupe com a eventual perda do poder de mando do próprio Presidente da República.

De outro ângulo, a demissão de Said Farhat pode igualmente ser vista no contexto *profissional* que está sendo imprimido pelo hoje já conhecido grupo das nove horas, ou seja, os ministros que têm reuniões diárias com o Presidente da República. A tese é a de que o Governo, para ganhar as eleições de 1982, não pode mais brincar em serviço. Então, tem que utilizar, a seu favor, todos os mecanismos disponíveis.

A Secom, no entender deste grupo, não estaria cumprindo a contento planos feitos para ela, de reforçar a imagem do Governo, de servir ao Governo e ao seu partido. O trabalho da Secom estava liberal demais para o gosto do Planalto. Liberal como o ministro que a dirige. Extinta a Secretaria, a Empresa Brasileira de Notícias passa para a Casa Civil, a Radiobrás volta para o Ministério das Comunicações. Em termos filosóficos, o esquema vai ser utilizado pelo Governo, para o Governo, sem liberalismos. As eleições de 1982



serão uma grande batalha e, é sempre bom lembrar, guerra é guerra, não há lugar para romantismos ou quaisquer outros tipos de facilidades.

A primeira escaramuça importante deste conflito maior será travada no final de fevereiro, início do carnaval. É a escolha do presidente da Câmara dos Deputados, onde o Governo tem seu candidato e a Instituição tem outro, como define o candidato dissidente. O Governo indicou Nelson Marchezan, os dissidentes do PDS e os partidos de oposição apoiaram Djalma Marinho, do PDS mas independente, um homem que não gosta de submissões.

Quando surgiu, a candidatura de Marinho apareceu

sem maior força, marcada pelo ceticismo dos observadores políticos de Brasília, que não acreditavam em maiores adesões por parte dos demais deputados pedessistas ou mesmo dos partidos de oposição, tradicionalmente observadores dos acordos táticos existentes nas duas casas do Congresso.

A candidatura, no entanto, foi crescendo e ganhando apoio nessas duas áreas. Hoje é uma candidatura forte, com chances de vitória. Contribuíram decisivamente para isso o comportamento de deputados governistas na eleição interna da bancada, onde Marchezan ganhou, mas cerca de 60 deputados ou não votaram nele ou não compareceram à reunião; o apoio oficial dos partidos oposicionistas, pelo menos os principais, PMDB e PP; e o comportamento do Palácio do Planalto, através do secretário Heitor de Aquino, que lançou-se a fundo no trabalho pró-Marchezan, a ponto de estar prestes a cancelar sua presença na comitiva presidencial que vai à França e Portugal no início do ano, o que não deixará de ser inusitado, em se tratando de personagem de um Governo que não dispensa mordomias.

O secretário particular do Presidente da República entrou para valer na campanha em favor de Marchezan. Está disposto a empregar toda a sua habilidade — bem como o que aprendeu com o mestre Golbery — a fim de que o candidato indicado pelo Governo obtenha a presidência da Câmara. Considera inimigos Djalma Marinho e os eventuais dissidentes do PDS que o acompanhem, com seu voto. E já desenhou um sistema de pressões contra esses. Para os deputados da oposição, o Governo acena com benesses, tentando a infidelidade que combate nos seus parlamentares. Por trás do pano, desce o nível do discurso, o clima é tenso, o cenário é de decisão de campeonato entre times de várzea. Em outras palavras: o pau está comendo solto, sem dó nem piedade.

Entre outras incógnitas para esta eleição da Câmara, o índice de comparecimento dos parlamentares é que mais dificuldades apresenta em qualquer tentativa de previsão. A eleição será em pleno carnaval e teme-se pela expressividade do quórum. Além disso, a época se presta para desculpas por parte dos que não estiverem a fim de vir a Brasília ou não julgarem oportuna a definição entre Marinho ou Marchezan.

Poderá ser desculpa, também, para eventuais demarcações de votos, reservas e coisas do gênero, por parte de companhias aéreas, que no carnaval sempre têm problemas de vagas, grande número de turistas, etc. Portanto, devem precaver-se os deputados que têm voto definido e não querem deixar de comparecer: devem garantir mesmo seus votos. Especialmente se estiverem voando por companhias onde os governos estaduais possam ter alguma força. Guerra é guerra, é preciso estar prevenido para as artimanhas e golpes do inimigo.

Com eleições por aí, 81 será difícil...

A exoneração de Said Farhat e a extinção da Secom demonstram que o Governo Federal terminou o ano de 1980 extremamente preocupado com 1982. Existem diversos motivos que conduziram o presidente João Figueiredo à atitude extremada de encerrar as atividades de um Ministério, mas o maior deles será, sem qualquer dúvida, a necessidade de unificar a retórica governamental no correr de um ano particularmente difícil, agravado pela peculiaridade de ser um período pré-eleitoral.

O ex-ministro chefe da Secom poderá ser responsabilizado pelo gigantismo do organismo por ele criado, mas o fator determinante de sua exoneração, e conseqüente extinção do órgão, foi o não-engajamento nas políticas fundamentais da Presidência da República. O Palácio do Planalto deseja eleger o deputado Nelson Marchezan para a presidência da Câmara e para isto pretende recorrer a todos os meios disponíveis. Diante dessa disposição, a postura de um liberal difuso não era

compatível com o objetivo palaciano.

A aprovação da emenda Abi-Ackel, que instituiu eleições diretas para governadores, modificou profundamente o panorama político nacional. O Governo está decidido a ganhar eleições em diversos estados e sabe que vai perder em alguns deles, sobretudo naqueles situados no Centro-Sul do País. mas, a preparação para a batalha eleitoral exige que o poder central estructure-se de maneira a explicitar uma retórica uniformizada e um objetivo político comum. Os ministros que, a exemplo de Said Farhat, perderam seus lugares em confortáveis gabinetes, infringiram essas normas fundamentais de atual convivência política do Governo.

A consciência de que vai perder e ganhar nas próximas eleições leva o Governo Federal a organizar-se de maneira partidária. A luta pela manutenção da maioria absoluta e a vontade de vencer com Nelson Marchezan empurram o Governo no sentido de apertar as cravelhas de seu dispositivo político, ajustando a retórica, unifor-

mizando o discurso e tornando o objetivo comum uma exigência comum de todos os membros de primeiro escalão do Governo Federal.

O ano de 1981 será marcado por essa ação do Governo. Não é impossível que modificações no setor econômico venham a acontecer como conseqüência daquela diretriz — afinal, o Presidente da República vem tornando explícito a seus assessores que deseja ter um pleno controle da ação do Governo, o que significa ter controle sobre a atuação política dos ministros ligados às searas técnicas. Há problemas que embaraçam essa disposição: a inflação e os crônicos obstáculos das contas externas estão inibindo a ação governista no campo social.

Nesse 1981 marcado pelos problemas, e caracterizado pela promessa presidencial de realizar eleições gerais no próximo ano, o Presidente da República optou pela concentração de esforços dentro do Governo Federal. Não são apenas os dissidentes que estão sendo expelidos, mas também aqueles

que se recusam a vestir a camisa palaciana, em nome de qualquer postura ideológica. A falta de tempo e a montanha de obstáculos colocados à frente da ação oficial colocou o Governo na posição extrema: quem está dentro dele está a favor da política oficial. Se não for assim, está em posição contrária.

Os próximos meses vão demonstrar a capacidade de o Governo Federal administrar o gigantesco contencioso em que se transformou o País, seja na área política, seja no setor econômico. A economia está entregue aos cuidados de Antônio Delfim Netto — juiz supremo das decisões naquela seara —, enquanto a política, com uma linha de ação mais definida, está entregue ao ministro Golbery do Couto e Silva. O desafio colocado diante do Palácio do Planalto é o de vencer as eleições de 82 que se tornaram uma imposição natural do processo de abertura, conduzido pelos mesmos articuladores políticos que hoje querem ganhar o pleito.

ANDRÉ GUSTAVO STUMPF

O Brasil vai ao FMI, sim

O poder de compra dos assalariados este ano será maior ou menor do que no ano passado? A resposta a esta questão não dependerá do grau de mobilização do movimento sindical, como se poderia imaginar — e muito menos de uma análise técnica dos dispositivos e efeitos da lei de política salarial. Ela depende apenas de uma decisão do governo: aceitar os dinheiros que o Fundo Monetário Internacional (FMI) costuma emprestar aos países com dificuldades econômicas.

A discussão deste assunto, abertamente estimulada pelas autoridades econômicas durante 1980 (ir ou não ir ao Fundo) foi praticamente encerrada pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Após jantar com os repórteres credenciados em seu gabinete, na casa de um deles, no Lago Sul, em Brasília, o ministro confidenciou: o governo recorrerá ao FMI até o final do primeiro trimestre do ano.

Ao contrário do que se chegou a dizer pela grande imprensa, o FMI tem dinheiro para emprestar ao Brasil, e para quem mais quiser. Mas só o faz se os governos comprometerem-se a atender certas exigências, as quais incluem a redução drástica da atividade econômica (recessão e desemprego) e rigoroso controle da folha salarial do País.

O governo brasileiro mantém o controle dos salários, há muito tempo. Isso não é novidade. Só foi um pouco mais generoso, no ano passado, ao instituir o sistema de reajustes semestrais automático. O Fundo não gostou disso, todos sabem. Contudo, as autoridades recuaram e o FMI aplaudiu a modificação aprovada no Congresso Nacional, por decurso de prazo, cinco dias antes do recesso parlamentar, reduzindo os índices de correção dos salários situados acima de 15 salários mínimos (cerca de Cr\$ 86 mil). Gostou também das restrições impostas aos salários nas empresas estatais. Evidentemente, o FMI ainda não se satisfaz. Deseja um forte e amplo arrocho salarial.

As outras medidas que reformaram a política econômica, anunciadas pelo ministro Antônio Delfim Netto, do Planejamento, em novembro e dezembro, atenderam só em parte o receituário do Fundo. Tudo certo com a política cambial. A desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar não será mais limitada, como em 1980, mas acompanhará a inflação interna. Tudo certo com a liberação das taxas de juros bancários e a contenção dos créditos. Falta apenas acabar com os empréstimos a juros subsidiados. O Fundo talvez tenha compreendido que o Governo não podia fazer isso sem prejudicar sua prioridade econômica número um, a agricultura, e por isso decidiu escalonar esses empréstimos. Os pequenos produtores vão recebê-los com juros totalmente subsidiados. Os médios e os grandes só terão juros subsidiados para parte dos financiamentos.

Os senhores do FMI estão analisando rigidamente essas providências. Disseram isso aos assessores do ministro Delfim

Netto, enviados em missão a Washington, no começo de dezembro, com um relatório sobre a situação econômica do País. O grupo saiu do primeiro time de Delfim. Integravam-no o Assessor Especial Para Assuntos Econômicos da Seplan, Akihiro Ikeda, o chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, Mailson Nóbrega, o consultor do Banco Central, Antônio Caetano Filho, e os economistas Luis Paulo Rosemberg e José Augusto Savasani, da Seplan.

As exigências do Fundo serão integralmente atendidas? Bom, o governo pelo menos está tentando negociar, seguido de entender o ministro Galvêas. No caso dos salários, os missionários de Delfim disseram ter tudo nas mãos a partir de janeiro. De fato, se quiser, Delfim convencerá o Presidente da República a utilizar o Artigo 17, da Lei 6.708 (política salarial), que lhe faculta mudar o prazo dos reajustes semestrais, que podem passar, por exemplo, a ser anual. Com uma inflação superior a 113%, isso significará pura e simplesmente o arrocho nu e cru. A correção anual obviamente reduzirá a metade o poder médio de compra dos assalariados.

Se esta for a opção governamental, afirma-se teremos o recrutamento do movimento grevistas, talvez com intensidade maior do que a de 1979. Pode até ser. Porém com uma política econômica recessiva abertamente implantada, e todas as suas conseqüências, o movimento sindical certamente estará mais preocupado com os níveis de desemprego.

Esta parece ser, pelo menos, a aposta do governo. Não foi à toa, afinal, que o Ministério do Trabalho já anunciou a elaboração e execução de uma política Nacional de Emprego, em 81, recheada de programas "anticíclicos" de geração de emprego. As autoridades se preparam para combater, com panos quentes, desempregos que elas mesmas vão criar. Para o ministro do trabalho, Murillo Macedo, essa política será fundamental para os trabalhadores de baixa renda. Estes, ao irem perdendo o emprego, poderão trabalhar em obras inventadas pelo governo, ganhando menos, mas ganhando, ou em projetos agrícolas, como as frentes de trabalho, abertos nos tempos de seca nordestina.

ARIOSTO TEIXEIRA

Todas as dúvidas para 1981

A política econômica do ministro Delfim Netto está conseguindo a convergência de expectativas entre empresários e assalariados para 1981: nenhum dos dois grupos tem clareza das dificuldades que lhes aguardam no segundo ano da década nem, também, que armas devem empunhar para enfrentar inflação, poder aquisitivo, emprego e balanço de pagamentos.

Os homens de negócios estão atentos e mobilizam-se com presteza em busca de luzes que indiquem o caminho para 1981. Relatórios e seminários projetando o ano seguinte jamais estiveram tão prestigiados. Os assalariados, em contrapartida, confirmam seu menor poder de manobra enquanto ganha força a disposição de Delfim de, neste ano, aumentar a remuneração do capital como forma de aumentar a poupança interna, o que em outras palavras quer dizer que os salários em seu conjunto crescerão menos do que em 80.

Se as expectativas para os dois grupos são de imprevisão, no entanto, já ficou claro de que lado deve rebentar a corda em 1981, fazendo com que muito assalariado tenha saudades de 80 ao comemorar as festas daqui há um ano. Serão, não parece haver dúvidas, doze meses apertadíssimos. E as coisas já não andam boas. No início de dezembro, o Ministério do Trabalho divulgou os dados da pesquisa Relação Anual de Informações Sociais — RAIS —, um documento que mostra as relações da renda assalariada do Brasil. Algumas das informações conhecidas agora: a população economicamente ativa (trabalhadores) do Brasil é de 45 milhões de pessoas, das quais apenas 24,5 milhões trabalham. Isso significa que as restantes 20,5 milhões ou são desempregadas ou estão subem-

pregadas. e das que estão empregadas, cerca de 1,8 milhão ganham menos de um salário-mínimo.

A maioria dos empresários parece preocupada com o andamento da atividade econômica, o desempenho de sua empresa ou o nível dos juros. A imprevisão quanto ao desempenho econômico, entretanto, começa a despertar um outro tipo de inquietação, que nasce exatamente de informações sociais algo terríveis como as divulgadas pela RAIS.

— A preocupação do empresário em 81 deve ser menos com os juros e mais com o seu posicionamento diante da sociedade, numa visão a longo prazo. O empresário precisa ser atuante na sociedade para impedir a deterioração que aos poucos vai-se observando — disse o banqueiro Daniel Iochpe no seminário Projeção Econômica 81 promovido dia 11 de dezembro pela ADVB — Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, seção Porto Alegre.

Daniel foi bastante aplaudido e, também discutido. O tom de chamamento político de seu pronunciamento, num encontro em que 18 outros palestrantes preocuparam-se durante o dia todo mais com a economia e negócios, parece ter caído bem, especialmente por ele ser apenas empresário e não político. Pois nesse encontro, que reuniu em Porto Alegre cerca de 259 homens de empresa, o mais aplaudido foi realmente o ex-ministro da Agricultura e hoje líder do Partido Popular no Rio Grande do Sul, Luis Fernando Cirne Lima. No tom sempre inflamado dos bons políticos, Cirne Lima arrancou aplausos insistentes dos empresários com esta frase:

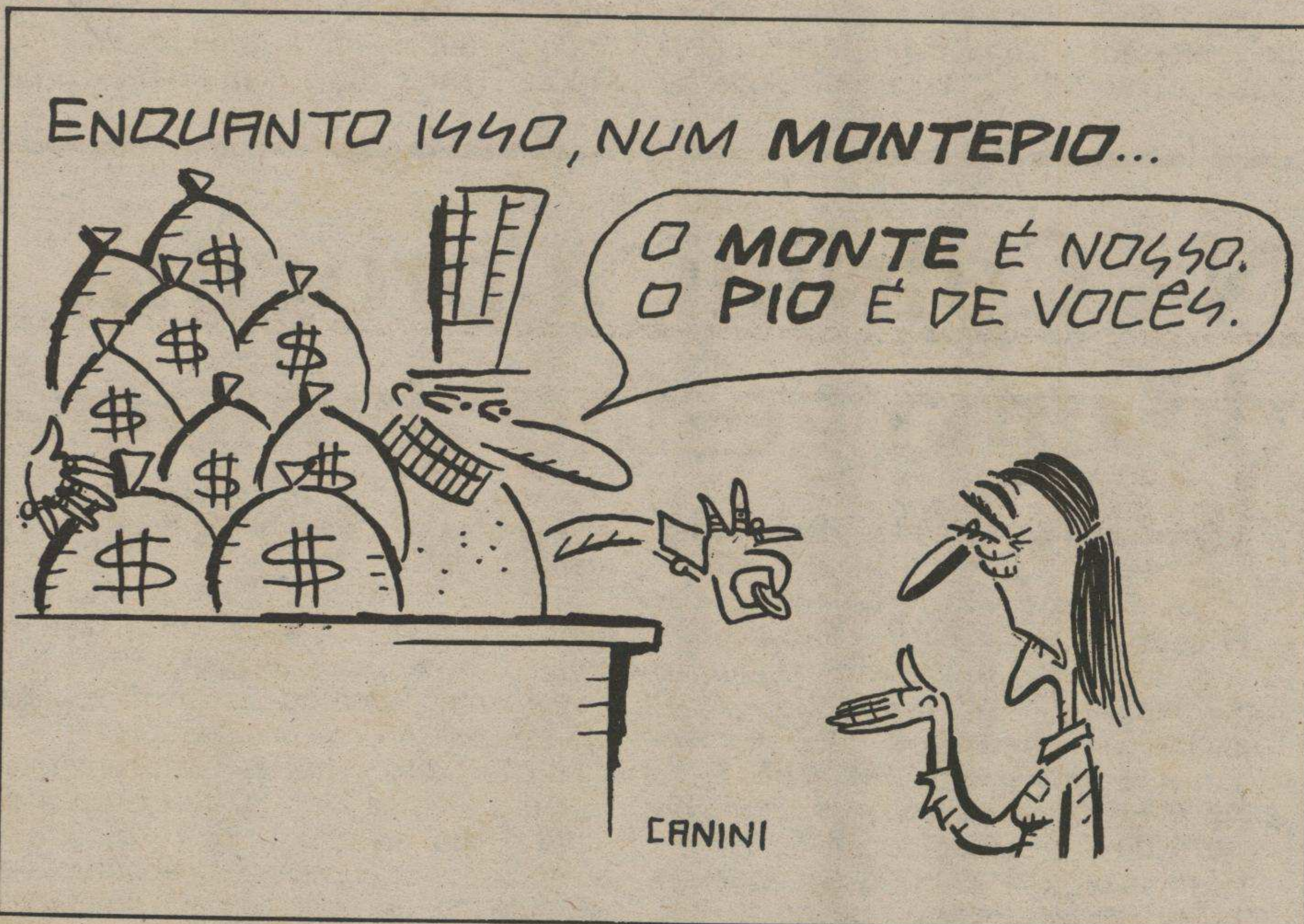
— O grande problema nacional é de credibilidade. A sociedade brasileira não participou da decisão de endividar o País a 55 bilhões de dólares, nem a levar a inflação a 110%. E agora nos chamam para pagar a conta. Como cidadão, protestei na hora certa, e agora protesto de novo.

Este seminário da ADVB gaúcha, aliás, teve o mérito de reunir para debates todas as grandes estrelas do empresariado do Rio Grande, de Rubens Ilgenfritz da Silva a Jorge Gerdau. Foram 19 palestrantes durante dez horas, incluindo o almoço. e a palavra de ordem foi só uma: é impossível prever 1981. Alguns arriscaram previsões. Martinho Faria, da Oliveira, previu um consumo menor em conseqüência da elevação dos custos financeiros; Sérgio Schapke, da Fiergs, entende que os grandes desafios do ano serão exportação, inflação e taxa de emprego; Jorge Gerdau pediu a todos que, ao levantarem pela manhã, refaçam as previsões do dia anterior; Cláudio Strassburger, que é também deputado federal pelo PDS, teme que Ronald Reagan, transfira o desemprego dos Estados Unidos para o Brasil; Fábio Araújo Santos, da JH Santos, espera um bilhão de dólares dos argentinos.

Previsão com alguma exatidão não saiu nenhuma. Mas ficou a lembrança de Gilson Grazziotin, dono da terceira maior cadeia de lojas do Rio Grande do Sul, com filiais até no Paraná: momentos de rápidas transformações econômicas são até mesmo bons, pois despertam a criatividade do empresário. E se ele é realmente criativo, sabe tirar proveito da crise. Com o que concorda, até certo ponto, o banqueiro Daniel Iochpe. Disse ele aos empresários: "No final, esta situação pode até ser boa para o Brasil. Minha vó já dizia: um grande susto às vezes é melhor que um conselho". Pode ser, se não levar à morte

TOMAS PEREIRA

CANINI



Gomercindo Lins Coitinho
Ana Maria Funck Scherer
ADVOGADOS

OAB/RS 2743 CPF 000.420.480

Rua Gen. Andrade Neves, 155
sala 131 telefone:
24-2889 e 24-2300 Porto Alegre

João Carlos Gastal OAB 599
Newton Domingues Kalil OAB 7061
Milton Machado Rosa OAB 8550

Falências e Concordatas

Inventários — Separações — Divórcios
Rua Ramiro Barcelos, 330
2º and. fone: 24-9846

O descanso do guerreiro

Em Vida, o novo disco, um Chico lírico e amoroso

Foram muitos, muitos anos, em que a garganta de Chico precisou estar sempre engatilhada. Um discurso aqui, um manifesto acolá, um protesto ali, um show beneficente alhures. E músicas de ira, de revolta, de ridicularização, de deboche e acusação. A garganta engatilhada e, desfraldada, a bandeira opcionista. Ele próprio se sentia responsável por esse tipo de manifestação, dividindo seu desempenho em três frentes: a política, a música e as peladas de futebol, válvulas. Foram muitos anos assim, tensos, até que veio a anistia, a descompressão. Os encargos políticos diminuíram. Chico pode respirar mais aliviado, declarando recentemente: "Não fui compelido a nada, mas fiz muita coisa sem o prazer de fazer. Fiz muita coisa por compromisso".

Ainda que em 80 tenha trabalhado muito, se desdobrado para atender às dezenas de solicitações de cantoras querendo novas músicas, diretores de cinema querendo trilhas sonoras, diretores de teatro querendo músicas também, e além de precisar pensar em seu próprio disco, Chico acabou o ano aparentemente em paz, com a vantagem de que em 81 ele poderá pensar bem mais em si e em sua música. *Vida*, o último disco, lançado em dezembro, indica que o guerreiro já começou a repousar e que, pelo menos por algum tempo, sua música e sua vida pessoal trilharão um caminho mais frouxo e menos nervoso. Isso não significa que o guerreiro se tenha aposentado; simplesmente ele agora pode descansar um pouco, destilar as angústias e as tensões, desengatilhar a garganta.

O VELHO CHICO

Vida é o último disco que Chico grava para a Philips/Polygram, à qual estava ligado desde 1969 (o próximo já sairá pela gravadora Ariola, que o contratou no final de 79 por cerca de Cr\$ 40 milhões). E o curioso, é que *Vida* nos remete a um Chico dos velhos, primeiros tempos; tempos de *Carolina* e *Olé Olá*; de *Sabiá* e de *Chorinho*.

Claro que isso não é absoluto, mas as tonalidades, o clima básico do disco, vão por aí, com o Chico lírico e amoroso, cantando de uma forma doce-amarga, simples e clara. E é bom dizer, para enfatizar isso e eliminar equívocos, que apenas cinco das 12 músicas do disco são inéditas: *Vida*, onde Chico anuncia seu caminho individual ("Mais, quero mais/Nem que todos os barcos recolham ao cais/E os faróis lancem alucinantes sinais/Estala, vida/Estufa, vela/Me leva, leva longe, leva mais"); *Deixe a Menina*, um samba típico da cabeça lírica do

compositor, de seu popularismo ("Por trás de um homem triste/Há sempre uma mulher feliz/E atrás dessa mulher/Mil homens sempre tão gentis/Por isso, para o seu bem/Ou tire ela da cabeça/Ou mereça a moça que você tem"); *Já Passou*, outro samba, este mais numa linha bossanovista, em que ele fala de seu novo tempo ("Já passou, já passou/Se você quer saber, eu já sarei/Já curou/Me pegou de mau jeito mas não foi nada/Já estou bom"); *Qualquer Canção*, também lírica ao melhor estilo, sobre a necessidade de compor ("Porém ainda é melhor sofrer em dó menor/Do que sofrer calado") e *Eu Te Amo* parceria brilhante com Tom Jobim, com o próprio ao piano e a presença vocal da cantora Telma Costa, uma das canções de amor — terminado — mais belas do disco ("Meu sangue errou de veia e se perdeu/Como se na desordem do armário embutido/Meu paletó enlaça o teu vestido/E o meu sapato ainda pisa no teu").

RECOMEÇANDO

É um fascinante músico, que como letrista continua insuperado. E a julgar por este disco, o de 81 será transbordante de maravilhas nesse sentido, na explosão do lirismo do Chico homem e mulher, amigo e amante, terno e duro. As demais sete faixas de *Vida* são *Mar e Lua*, lindíssima canção já gravada por Simone e mil vezes melhor com o autor; *Bastidores*, obra-prima de letra e música gravada antes por Cauby e por Cristina (Buarque de Hollanda); *De Todas as Maneiras*, bolero, super-sucesso de Bethânia em 79; *Morena de Angola*, sucesso recente de Clara Nunes, também revitalizada por Chico e a faixa mais "pra cima" de *Vida*, *Bye Bye Brasil*, com outro arranjo bem pro lado do bolero; *Não Sonho Mais*, gravada por Simone e por Elba Ramalho, uma letra fortíssima ("Foi um sonho medonho/Desse que às vezes a gente sonha/E baba na fronha/E se urina toda/E quer sufocar"), a única faixa ligada ao Chico dos tempos de repressão; e, finalmente, *Fantasia*, já gravada pelo MPB-4, cuja letra pode ser

Chico: desengatilhando a garganta

vista como uma síntese dos novos tempos de Chico: "Canta, canta uma esperança/Canta, dando uma alegria, canta mais/Revirando a noite, revelando o dia/Noite, dia, noite, dia/Canta a canção do homem/Canta a canção da vida, canta mais/Trabalhando a terra/Entornando o vinho/Canta, canta, canta, canta/Canta a canção do gozo/Canta a canção da graça, canta mais".

Vida foi produzido por Sérgio Carvalho, que acompanha Chico há oito anos. Os arranjos, sóbrios, contidos, vestindo perfeitamente a intenção do disco, são de Francis Hime com duas exceções:

Tom Jobim em *Eu Te Amo* e Roberto Menescal em *Bye Bye Brasil*. A capa é assinada pelo maior capista brasileiro, Elifas Andreato. E não por coincidência, para encerrar tudo e marcar o clima e a tonalidade do disco, há na contracapa uma foto do garoto Chico em 1961, ao lado de sua impressão digital. *Vida* bem poderia se chamar *De Volta ao Começo*, ou *Começar de Novo*, ou *Starting Over*, se Gonzaguinha, Ivan Lins e John Lennon, respectivamente, não tivessem usado esses títulos antes.

JUAREZ FONSECA

Na Cotrijuí, a procura de uma gestão democrática

Como pode existir gestão democrática numa cooperativa que reúne 19 mil associados e atua em regiões diferenciadas e distantes umas das outras? Esta pergunta era feita com insistência no quadro social da Cotrijuí — Cooperativa Regional Tríticola Serrana Ltda — desde o momento em que iniciou a sua expansão para outras áreas que não a do minifúndio do noroeste do Rio Grande do Sul.

A preocupação aparecia em todas as reuniões realizadas com o quadro social, nos encontros de núcleos, nos seminários de produtores. A cooperativa estava crescendo e já se mostrava impossível, por exemplo, fazer uma assembleia onde todos os 19 mil associados tivessem oportunidade de pedir esclarecimentos, debater algum assunto importante, tomar alguma decisão.

Faz mais ou menos três anos que este processo foi iniciado, procurando definir de uma forma clara como seria a estrutura do poder dentro da Cotrijuí. O consenso do quadro social foi a criação da figura de representantes eleitos, que desempenhariam, como função principal, o papel de elementos de contato entre os associados e a administração da cooperativa. A escolha destes representantes aconteceu pela primeira vez em maio do ano passado, através de eleição direta,

onde todos os membros do quadro social eram candidatos.

Em dezembro deste ano os associados da Cotrijuí voltaram às urnas para escolher novos representantes. O número de votantes superou as previsões mais otimistas: 60,54% dos associados com direito a voto (aqueles que comercializaram produtos com a cooperativa durante o ano). A eleição deste ano trouxe novidades em relação ao processo adotado no ano passado. O número de representantes dobrou. Em lugar de escolher um representante para cada grupo de 300 associados, como aconteceu na eleição anterior, a proporção foi agora de um para cada 150 associados. As mulheres também podiam ser votadas, já que não é apenas o homem o associado na cooperativa, mas também sua família.

O processo de votação durou uma semana, de seis a 14 de dezembro, e teve tudo o que caracteriza um período eleitoral: reuniões, campanhas na base de *santinho* (propaganda) e até mesmo comícios. Afinal, todos eram candidatos. As urnas percorreram todos os municípios onde atua a cooperativa, no Rio Grande e no Mato Grosso do Sul.

Inicialmente, a função dos eleitos era a de representar os demais associados nas assembleias, mas, com o aprofundamento

da discussão sobre seu papel, os representantes transformaram-se também em porta-vozes dos associados junto à cooperativa, apresentando críticas, discordâncias e sugestões dos agricultores. Os eleitos, em número de 128, escolherão ainda os nomes que comporão uma ou mais chapas concorrentes à direção da cooperativa, submetendo-as à aprovação, ou não, dos associados, examinarão o balanço (depois de discutir os números com os demais cooperativados); e tomarão decisões administrativas.

O sistema de representação adotado na Cotrijuí ainda não tem o amparo da lei, existindo, desta forma, apenas em caráter experimental. A cooperativa, porém, já realizou alguns contatos com o Inbra para apurar a possibilidade de uma alteração na legislação, como já foi proposto inclusive ao Conselho Nacional de Cooperativismo, o órgão normativo de todo o sistema. Em princípio não existe impedimento. De qualquer forma, a estrutura do poder dentro da Cotrijuí já sofreu suas primeiras mudanças, possibilitando uma participação mais efetiva do quadro social na tomada das decisões políticas e administrativas dentro da cooperativa.

CRISTINA BRENTANO

Dr. Carlos Salzano Vieira da Cunha

Rua Riachuelo, 1521 — Conj. 5 e 6
Fone: 21.8282

OAB — 2927
CPF — 007648680-04

Em vez dos químicos, minhocas na lavoura

Maltratado pela lavoura química e pelo desmatamento, o solo gaúcho acaba de ganhar um curioso aliado na briga contra a erosão e a baixa produtividade: a minhoca. Depois de estudar a função do verme na manutenção da bio-estrutura do solo durante cinco anos, a bióloga Christa Knapper, da Unisinos, partiu da teoria para a prática: ela está inoculando minhocas em pequenas lavouras, antes com solo esgotado, de Viamão, Taquara e Novo Hamburgo — cidades próximas a Porto Alegre — e Carazinho. E os resultados até agora têm sido ótimos. "Sem usar fertilizantes químicos ou pesticidas é possível duplicar a produtividade de qualquer lavoura", garante.

"Plantei um cateiro de cenoura e colhi o dobro da média", diz o agricultor Pedro Roese, conhecido na região como Pedro Verde, parceiro de Christa Knapper na experiência de Novo Hamburgo. Há seis meses, Roese e Christa começaram a trabalhar a terra que ele arrenda na periferia de Novo Hamburgo "esse lugar era um deserto", conta Roese. Hoje ele mostra os resultados: da primeira vez, com o chão esturricado, foi necessário usar um arado. Agora, isto é dispensável. Úmida, a terra pode ser revolvida até com as mãos. Roese planta um hectare e meio com abóbora, milho, pepino, morango e cenoura e não tem qualquer preocupação com pragas. "Fizemos uma análise fitopatológica e nenhuma doença foi constatada. Sobre um solo vivo, a planta cresce com mais vigor e por isso mesmo resiste tranqüilamente às doenças".

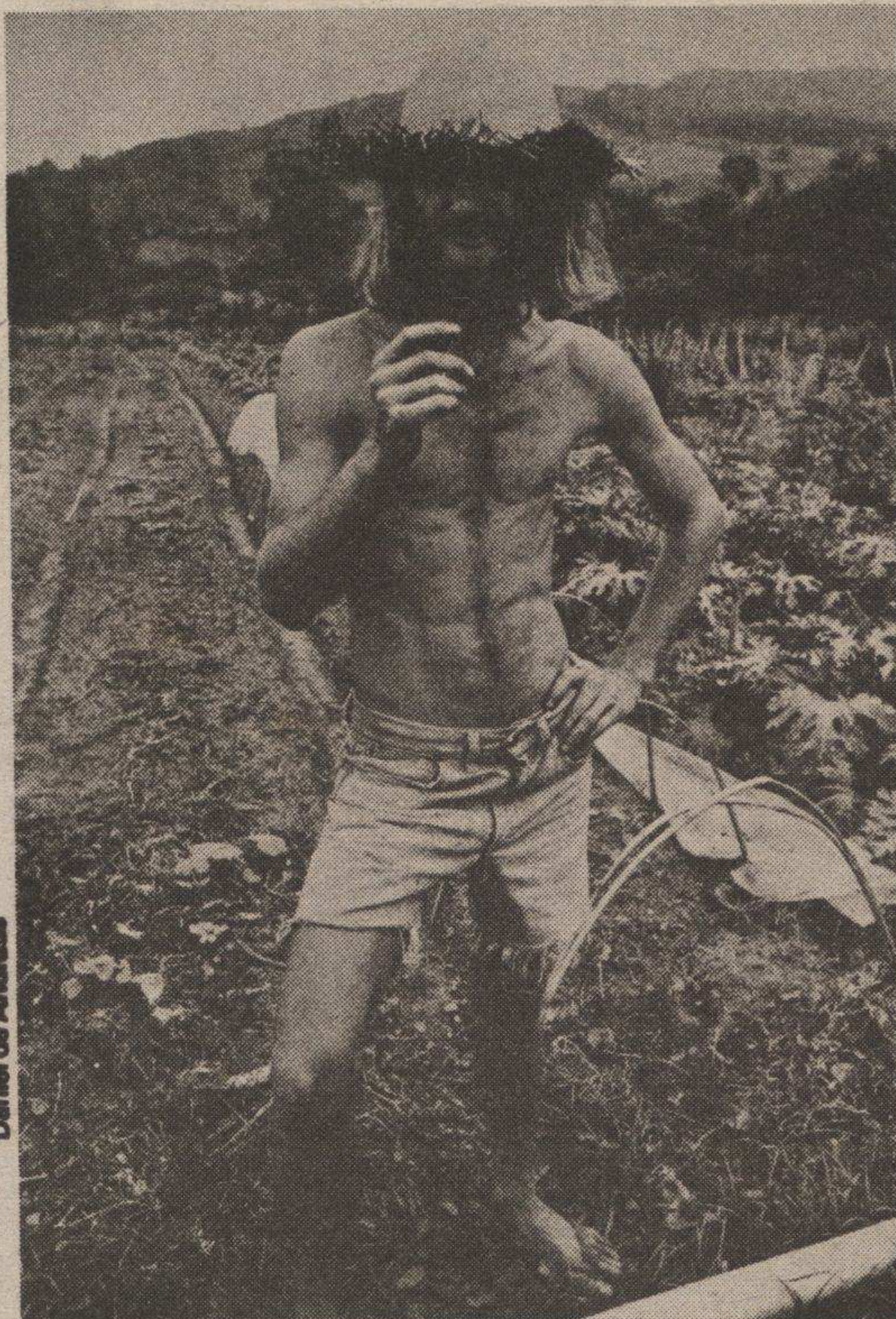
Descoberto simultaneamente, por biólogos de diversas partes do mundo, o método é extremamente simples. O primeiro passo consiste num exame do solo para ver qual tipo de oligoqueta — o nome científico da minhoca — adapta-se melhor às suas condições. Feito isso, junta-se algumas minhocas, em terra ainda não contaminada pela química agrícola, misturando-as a dois terços de esterco. Acrescenta-se um terço da terra a ser inoculada. Cinco dias depois, a lavoura recebe a mistura já homogeneizada.

Saída ecológica e econômica para a crise da agricultura, a proposta porém não fica nisto. "Os americanos já estão fazendo farinha de minhoca para criação de aves e rãs, pois, além, de ser bem mais barata que a ração comum, tem um valor protéico muito maior. Uma galinha alimentada com minhocas põe ovos com quatro vezes mais proteína que os comuns", explica Christa Knapper.

Uma utilização que já está chegando aqui. Sabe-se que a Emater, órgão do Ministério da Agricultura, está com um projeto de abastecimento de canários a base de minhoca. Para o minifundiário, fertilizar a terra usando minhocas parece um bom negócio, fechando um ciclo biológico de agricultura e pequena criação. Acontece que um solo vivo contém a erosão (as minhocas fazem canais que retêm a água), e propicia mais cobertura vegetal (o que evita o ressecamento). É este mesmo solo que dará



Christa desenvolveu o método que Pedro Verde aplica com sucesso perto de Porto Alegre



Daniel de Andrade

alimentação para a pequena criação do minifundiário, recebendo esterco e recomeçando o ciclo.

Embora considere muito difícil generalizar o método "simplesmente não há divulgação junto ao produtor, faltam recursos enquanto o pessoal da química está ali, do lado, oferecendo novos produtos e crédito fácil" — Christa Knapper entende que o Brasil, a nível de campo, está bastante adiantado. Tanto é assim, que até exporta know-how. "Em Moscou, durante um congresso sobre bio-estrutura do solo, fez sucesso um viveiro para minhocas projetado aqui no Rio Grande do Sul. A Nigéria vai usá-lo e a própria URSS, mais a Alemanha Federal, mostraram interesse.

Mas, ao nível do minifundiário, o viveiro (de alvenaria) é uma solução sofisticada demais. "Aqui — explica a bióloga — temos que partir para algo mais barato mas que também funciona: criar minhocas em caixas de madeira, como as de maçãs". E quem se dispuser a desintoxicar sua lavoura, transformando-a numa experiência de agricultura orgânica, provavelmente escolherá uma minhoca de nome difícil mas de fácil reprodução, a "Eisenia foetida", que os norte-americanos chamam de "superminhoca". Não é para menos. A "Eisenia foetida" chega a viver cinco anos, durante os quais se reproduz sem parar. Numa temperatura de 28 graus, ela põe um ovo cada cinco dias, gerando até 80 indivíduos por mês e quase cinco mil descendentes durante sua vida.

Para a bióloga, o método poderia salvar a agricultura gaúcha, principalmente através de sua implantação nos minifúndios, reduzindo custos e aumentando a produtividade. "É um investimento no próprio solo, que está degradado. Claro que é mais rápido usar a química. Mas e o solo? É preciso problematizar esta questão e isto o pessoal da química não faz".

Aliás, Christa Knapper garante que foi a situação do minifundiário a motivação principal de seu trabalho. "Deixei uma pesquisa acadêmica, desvinculada da realidade, em favor disto. Eu conheci a angústia do minifundiário, sem aquela idéia que a gente tem que a vida no campo é muito boa, todo mundo contente sorrindo em volta da mesa. O minifun-

diário é um homem tenso. Anda pra lá e pra cá com aquela pastinha, debaixo do braço correndo os bancos e às vezes não tem uma bergamota para comer. Para mim a situação é esta: solo degradado, homem estressado."

Outro golpe contra a natureza

Para as diversas entidades que há sete anos batem-se pela oficialização do receituário agrônomo como forma de reduzir os freqüentes casos de intoxicações e mortes provocadas pelo uso excessivo de pesticidas agrícolas, a Portaria nº 347, assinada em novembro pelo ministro da Agricultura Amaury Stabile, teve o impacto de uma ducha fria. Ela não apenas desautoriza o receituário como também cria a figura do Projeto Técnico Fitossanitário, através do qual os defensivos podem ser comprados mesmo antes do aparecimento de pragas e doenças na lavoura.

"Esta portaria insere-se na tradição dos decretos e recomendações do Ministério da Agricultura, que, em grande parte, são concebidos de acordo com os interesses da indústria química e não com os interesses do povo", protestou o presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, agrônomo José Lutzenberger. "É um golpe contra a preservação do meio ambiente e a saúde humana", emendou o presidente da Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, João Giugliani Filho. São justamente estas duas entidades que lideram a luta pelo receituário.

A portaria foi publicada no Diário Oficial do dia 11 de novembro, na véspera do depoimento de Lutzenberger no Ministério da Agricultura, quando denunciou uma série de irregularidades contidas nos catálogos do próprio Ministério. A redação da portaria repleta de erros, denuncia que o texto foi precipitado e

não revisto. Em vez de "receituário", termo tradicionalmente consagrado, a portaria fala em "receita". No primeiro considerando há erro de concordância e excesso de preposições. No segundo artigo, está escrito "publicação" referindo-se a "aplicação" e existe um 5º parágrafo, sem que haja sinal dos outros quatro anteriores.

O receituário nunca chegou a ser oficializado, mas, na prática, já funcionou. Em fevereiro de 1978, o Banco do Brasil baixou uma norma para suas agências gaúchas, segundo a qual os financiamentos para compra de pesticidas só seriam liberados mediante a apresentação do receituário assinado por um agrônomo, que não poderia estar ligado a nenhuma empresa fornecedora, exceto no caso de cooperativas.

CR\$ 47 BILHÕES

No ano seguinte, o deputado Augusto Trein apresentou um projeto instituindo o receituário agrônomo e veterinário, que deu lugar a um substitutivo do deputado Victor Fontana, bem menos rígido. Com isto, o Banco do Brasil relaxou a exigência do receituário.

Em agosto deste ano, 18 entidades gaúchas (*) assinaram um documento criticando o substitutivo e exigindo o receituário. Ao final do V Encontro dos Engenheiros Agrônomos, que apoiou o documento o Banco do Brasil voltou a exigir o receituário, ampliando a medida para todo o país, mas sua intenção foi sepultada pela Portaria nº 347.

Para Lutzenberger, "as distorções e irregularidades na questão dos defensivos devem-se às pressões das multinacionais, já que o Brasil é o primeiro mercado mundial de agrotóxicos e o terceiro maior consumidor de pesticidas". O delegado regional do Ministério da Agricultura no Rio Grande do Sul, Cleber Canabarro Lucas, responde que o Brasil nunca aceitou pressões das multinacionais, "prova disto é que o Ministério baixou uma portaria proibindo a comercialização dos defensivos mercuriais".

Mas os males do excesso de pesticidas na lavoura não se restringem às intoxicações de produtores e consumidores, segundo o presidente da Sociedade de Agronomia Gaúcha, João Giugliani Filho. Em seu depoimento na Comissão de Saúde e Bem-Estar Social da Assembléia, ele afirmou: "O Brasil gasta anualmente Cr\$ 47 bilhões com a importação de pesticidas e nem por isto nossa produção agrícola está aumentando".

Giugliani foi mais longe: "Os agrotóxicos são, também, responsáveis pelo êxodo rural, pois cada litro ou galão de herbicida que usamos equivale a menos uma família no campo e mais uma família engrossando os cinturões de miséria que rodeiam as cidades no país". Ele lembrou do caso de dois meninos que morreram envenenados no ano passado, no interior do estado, e acrescentou que nem as crianças urbanas estão livres da ação das pesticidas: "o temik é vendido para passar nas samambaias e as donas-de-casa o compram sem saber que ele é 180 vezes mais tóxico que o arsênico e que um pequenino grânulo pode matar um bebê!".

ILZA MARIA GIRARDI

(*) Entre as entidades que assinaram o documento estão a Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, Agapan, Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, Associação Médica do Rio Grande do Sul, Ação Democrática Feminina Gaúcha e Centro de Informações Toxicológicas.

Luiz Lopes BURMEISTER OAB 2334
REJANE Souza Pedra OAB 11.893
Celso HAGEMANN OAB 65E47
ROGÉRIO Mendonça OAB 66E17

Advocacia trabalhista de empregados

Andrade Neves, 159 cj. 105
tel. 25-5866 P. Alegre
Rua Cândido Machado,
373 s/608 Canoas

DILMA DE SOUZA

OAB 4045

CPF 077642350/91

Direito de Família
Sucessões
Direito do Trabalho

R. Andrade Neves, 155/92
F. 25.3408

Omar Ferri

Advogado

OAB 2406 CPF 004117520
Uruguai, 155 cj. 1306
fone: 25-4119
Horário: 10 — 12hs
16,30 — 18,30 hs.
Porto Alegre RS

HERMES ZANETI

ADVOGADO
OAB/RS 6669

RUA DOS ANDRADAS, 1234
CONJ. 2309
F. 24.36.73

Gigante, mas longe dos sócios

A maior cooperativa de consumo está sob intervenção

Com 101 mil associados — o que a torna a maior cooperativa de consumo de material escolar na América Latina — a Cooperativa dos Estudantes de Porto Alegre (Cepal) está vivendo uma situação insólita: com suas finanças em ordem, faturando em média Cr\$ 400 mil diariamente e caso raro de cooperativa de consumo bem sucedida no país, a Cepal completou seu terceiro mês sob a intervenção do Inkra. "Até agora nada encontramos de irregular", explica o interventor João Batista Pinzon. E antecipa: "Não acredito que tenha havido qualquer coisa de maior gravidade".

A intervenção, segundo Pinzon, foi o último recurso: ele foi deslocado de seu cargo de assessor técnico do Inkra — ao qual estão vinculadas todas as cooperativas de produção e consumo — depois

que um quebra-quebra entre partidários da situação e da oposição impediu a eleição da nova diretoria. O Conselho Fiscal deixou de convocar novas eleições e a cooperativa ficou acéfala. "Nenhuma autoridade do sistema cooperativista quis assumir a interventoria e o Inkra teve de fazê-lo", garante Pinzon.

Fundada em 1944 por um grupo de 100 estudantes assustados com o preço de livros e cadernos, a Cepal cresceu muito. Hoje a cooperativa vende também artigos de esporte, calçados, vestuários e brinquedos. São três lojas e um atacado que comercializam sete mil artigos. Com um capital de Cr\$ 130 milhões, a Cepal deverá ter um faturamento bruto no exercício 1980/81 de Cr\$ 211 milhões. Os 101 mil associados são explicados pela pequena taxa de inscrição, nada além de Cr\$ 10,00, e pelo fato de ser uma cooperativa aberta, admitindo também pais de alunos, profissionais liberais e professores.

Em contrapartida, a Cepal paga um preço pesado pelo gigantismo: a falta de integração com o associado, que ficou

clara no próprio episódio de suspensão das eleições. Os sócios, sem a manifestação da diretoria e do Conselho Fiscal, poderiam convocar uma assembleia. Isto não foi feito. Ocorre que a convocação teria de ser assinada por 20% dos associados, ou seja, mais de 20 mil pessoas. "Até a correspondência com o corpo social é impraticável. Se a direção enviasse uma circular aos sócios isto custaria cerca de Cr\$ 400 mil", conta Pinzon.

Mas há outras razões que ajudam a compreender a boa performance da Cepal, enquanto as demais cooperativas de consumo espalhadas pelo país — somente no Rio Grande do Sul existem 80 passando maus momentos — fracassam. "Nós também compramos bastante a prazo e não nos afastamos das principais necessidades dos associados", comenta o interventor. Para ele, as cooperativas de consumo fazem muitas compras a vista e diversificadas.

Com preços em geral 20% inferiores aos do comércio, a Cepal presta um serviço indireto ao consumidor, mesmo aos não-associados. "Nós seguramos os preços da praça", assegura Pinzon. Com o fim de sua gestão marcado para maio de 1981, ele pretende comprometer a nova diretoria com a execução de vários projetos, entre eles uma fórmula para maior representatividade dos associados, a divulgação da doutrina cooperativista e, principalmente, a expansão da Cepal pela Grande Porto Alegre.

AYRTON CENTENO

Nas mãos dos funcionários

Muda de dono uma das maiores agências de propaganda do Sul

Dezessete clientes fiéis, Cr\$ 260 milhões de faturamento no último ano, uma inegável fama de bom atendimento e criatividade — só em 80 foram quatro medalhas, de ouro e três de prata, entre prêmios nacionais e regionais. Uma das cinco maiores agências de propaganda do Rio Grande do Sul, a Escala — Assessoria Mercadológica —, desde novembro passado pertence a três ex-funcionários, os publicitários Antônio Marcus Paim, de 31 anos, Celso Lopes Bernardes, de 40, e Cesar Augusto Paim, de 26.

Criada em novembro de 1973, através de uma associação entre a Lema (empresa holding que controla ainda a MPM, maior agência publicitária do país), o Montepio da Família Aeronáutica Brasileira (Montab) e outros acionistas — entre os quais Antônio Paim —, a Escala, nesses sete anos, passou por grandes transformações e enfrentou pelo menos uma crise financeira séria, em 78, até consolidar-se na empresa estável que é hoje.

Segundo Paim, as negociações para a compra da Escala começaram em meados do ano passado, após uma ligeira divergência entre a Lema (40% do capital), Paim, Fernando Westphalen (ex-sócio que agora continua como diretor contratado), e outros acionistas minoritários, sobre a destinação dos lucros e sobras do exercício. Paim defendia o reinvestimento das sobras na própria agência, enquanto os demais desejavam distribuí-las entre os acionistas. Diante do impasse, Paim,



Paim, Celso e César: um trabalho que tenta fugir do papel tradicional

Celso e Cesar juntaram suas economias e compraram a agência.

Com 65 funcionários, entre os quais duas psicólogas, a Escala sempre manteve características peculiares e atitudes inovadoras no mercado publicitário gaúcho. É a única agência a possuir uma Central de Informações — onde estão armazenados dados sobre política, economia, esporte, cultura, religião, etc. —, a primeira a dedicar um funcionário exclusivamente à pesquisa de mídia, e a que paga os melhores salários da praça para seus funcionários.

Foi a Escala ainda quem teve a idéia de contratar psicólogas para ajudar no trabalho de descoberta das tendências que estão por trás dos hábitos de consumo. Em reuniões periódicas realizadas com consumidores recrutados ao acaso e que desconhecem os objetivos finais, são discutidos os motivos que levam alguém a comprar um carro, a adquirir um imóvel, preferir determinada marca. As psicólogas atuam ainda internamente, amenizando conflitos e desajustes entre

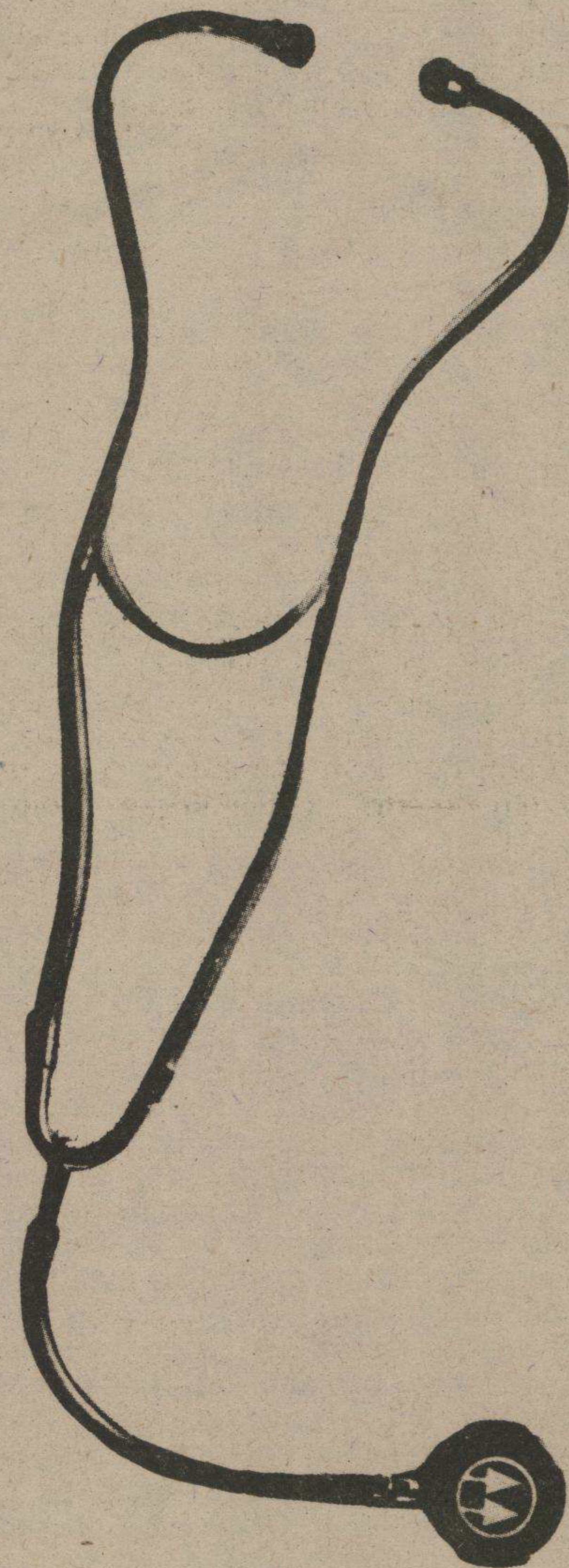
os funcionários — pois o clima interno da agência não possui hierarquia e todos são chamados ao trabalho de equipe.

— Nosso trabalho procura fugir do papel tradicional desempenhado pelas agências no Brasil. Aqui, nós não estamos preocupados em ser meros intermediários de mídia, em veicular grandes campanhas, em fazer o cliente gastar. Pelo contrário, quando as informações da pesquisa e as evidências do mercado assim o indicam, várias vezes aconselhamos um cliente a não anunciar —, conta Paim.

Este, segundo ele, é um dos motivos do alto "índice de fidelidade" dos clientes: num mercado onde a rotatividade é reconhecidamente alta, a Escala não perde uma conta há quatro anos. Nos dois casos de clientes que deixaram de trabalhar com a agência — a Secretaria de Turismo do Estado e a Companhia União de Seguros Gerais — a iniciativa partiu da própria Escala.

MANOEL CANABARRO

UMA COOPERATIVA DE MÉDICOS



A segurança de um atendimento com cobertura em todo o território nacional.

A qualidade do *Sistema Unimed* com atendimento no próprio consultório particular do médico escolhido.

O custo mais baixo, conseqüências de um sistema sem intermediários.

Estes são os fatores que fazem

do *Sistema Unimed* o melhor

para a Assistência Médico-Hospitalar da sua empresa ou família.

UNIMED

Porto Alegre — RS
Rua Santa Terezinha, 345
Fones: 31-1162 e 31-1677

VITON DE ARAÚJO

ADVOGADC

OAB 4546 CPF 004493770/91
Borges de Medeiros, 308/135
Porto Alegre fone: 25-4745

OAB/RS 939 CPF 001783570/49
fones: 24-2796 e 25-6305

Helio Carlomagno

ADVOGADO

Luiz Goulart Filho
OAB 7182 CIC 183730030/53
Hélio Goulart
OAB 12.600 CIC 220083570/15

Advogados

Horário: Das 10,30 às 11,30 e
Das 17,00 às 19,00 hs
Demétrio Ribeiro, 1078 cj. "B"
fones: 25-8393 33-6476

O DIA QUE A EXPL



A primeira vítima não tem nome, pesa quatro quilos, e nasceu numa crise de vômitos. Espumava, corriam lágrimas de sangue de seus olhos. Levou três palmadas do médico, mas não chorou. O bebê viveu cinco minutos, respirando como um adulto de 40 anos. Depois morreu calmamente, num aparente estado de paz. O helicóptero da Força Aérea Brasileira sobrevoava o hospital quando o técnico nuclear Antenor Savier e Silva soube da morte de seu filho. A FAB trazia outras vítimas, que já são mais de mil. Dali ainda se ouvia o ruído das sirenes que anunciam, há 36 horas a maior catástrofe atômica brasileira: a explosão silenciosa do reator da Angra I da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, no Rio de Janeiro.

O acidente aconteceu exatamente 40 segundos depois das 17h de sexta-feira, dia 10. Começou com uma explosão no edifício do reator de Angra I, localizado 13 quilômetros a Oeste da cidade de Angra dos Reis. Seguiu-se uma série de violentas sacudidas, no prédio do Turbogenerador, também sentido nas outras duas unidades da Central Nuclear, que estão em fase de construção. Os 35 técnicos da sala de controle viram quando o painel eletrônico começou a acusar emissões incontroláveis de radiação. Mas como centenas de alarmes soaram simultaneamente houve pânico entre eles. Depois de três horas de discussões e análises dos dados do computador, descobriram que era impossível saber o que estava acontecendo. Seis deles fugiram gritando socorro e não foram mais vistos. Durante a madrugada, porém, um engenheiro eletrônico localizou uma pane no sistema de refrigeração.

Na versão do engenheiro, tudo começou quando várias bombas de água pararam de funcionar. Com o reator superaquecido, houve uma rachadura ainda não bem dimensionada. É certo, no entanto, que o primeiro vazamento radiativo foi para o mar, através da canalização que conduz a água para a refrigeração do reator. O encanamento tem cinco quilômetros de extensão, da usina até o mar por dentro de um túnel de três metros de diâmetro. Por ali está havendo uma emissão aproximada de 100 mil litros cúbicos por hora de líquido radioativo nas águas da Baía de Ilha Grande, Oceano Atlântico.

Na hipótese do vazamento persistir por mais uma semana, o reator perderá 10% do seu combustível. Isso pode significar uma tragédia equivalente à explosão de duas bombas de Hiroshima! Como a Central Nuclear está muito próxima de grandes centros urbanos (a 130 quilômetros dos seis milhões de cariocas da cidade do Rio de Janeiro e 200 quilômetros da Grande São Paulo, 14 milhões de habitantes), o acidente pode ocasionar 50 mil mortes imediatas, 400 mil feridos graves, centenas de milhares de cancerosos nos próximos cinco anos e 50 mil casos de nascimentos de crianças com defeitos físicos. Angra dos Reis, por exemplo, pode transformar-se numa cidade de 300 mil mongolóides.

Aliás, passado um dia e meio do início do acidente, as mulheres grávidas e as crianças de até sete anos — os mais sensíveis à contaminação radiativa — já deveriam ter sido evacuados de Angra dos Reis. Principalmente os que vivem dentro da área de cinco quilômetros de raio da usina. Mas para evitar o pânico da população, as autoridades evitam falar dos perigos da radiação. Incrível, até o início da noite de ontem nenhum jornal, rádio ou televisão havia noticiado o que está acontecendo aqui.

Até a madrugada de hoje, domingo 12, o presidente João Figueiredo não quis confirmar o acidente. Mas ele está em linha direta telefônica permanente com os enviados do Ministério da Defesa. É possível que faça uma declaração pela tevê nas próximas horas. Impossível continuar escondendo. Um diretor da firma Westinhouse americana, construtora da usina acidentada, vazou a informação para um jornalista do poderoso *New York Times*, circulação diária de um milhão de exemplares, que deu a notícia — "Acidente Atômico no Brasil" — em manchete de primeira página, da edição de ontem. Por isso, muitos repórteres brasileiros chegaram aqui depois dos correspondentes e enviados especiais estrangeiros. Com a chegada dos jornalistas, aliás, o prefeito de Praia Brava, cinco quilômetros ao Norte da Central Nuclear, transformou o Clube 2.000 na

sede do maior boom da história da imprensa brasileira.

Apesar da fama de cidade atômica, nenhum serviço básico da pequena Praia Brava — uma vila moram 500 famílias de trabalhadores da usina — está funcionando com regularidade. Invasa por uma multidão de policiais, soldados e jornalistas, a vila quase parou. Não há água nas tornerias, há cortes constantes de energia elétrica e nunca se conseguiu uma ligação telefônica antes de uma hora de espera. Aqui, às 2h de hoje, no entanto, o engenheiro chefe de Angra I, José Luis Frota, deu a primeira entrevista coletiva do acidente. Mais de mil jornalistas o ouviram negar a existência de uma tragédia. Houve vaias, brigas por causa dos fios enlilhados das câmaras de tevê, e dezenas de repórteres aplaudiram Frota quando ele disse:

— É um acidente de rotina.

Quando um jornalista holandês perguntou se o acidente aconteceu porque a usina é obsoleta, Frota se contradisse, mas respondeu com otimismo.

— Somos um povo de sorte. Essa usina tem uma potência de 626 megawatts. Imaginem se essa desgraça tivesse acontecido em Angra II ou III, que têm o dobro de potencialidade...

A coletiva terminaria num incidente. Irritado com a pergunta de um repórter da imprensa independente — "É verdade que a radiação já chegou em Copacabana?" — o engenheiro Frota esqueceu que havia mais de 200 microfones na sua frente e disse um palavrão.

— Só um fdp podia fazer uma pergunta dessa!

Acabada a coletiva, voltei para minha base: um banco no saguão do hospital de Praia Brava. Ali comecei a rever anotações, e rabiscar outras coisas que havia observado durante as minhas primeiras 24 horas aqui. Pensando em escrever um depoimento, enumerei os fatos que considerei mais relevantes.

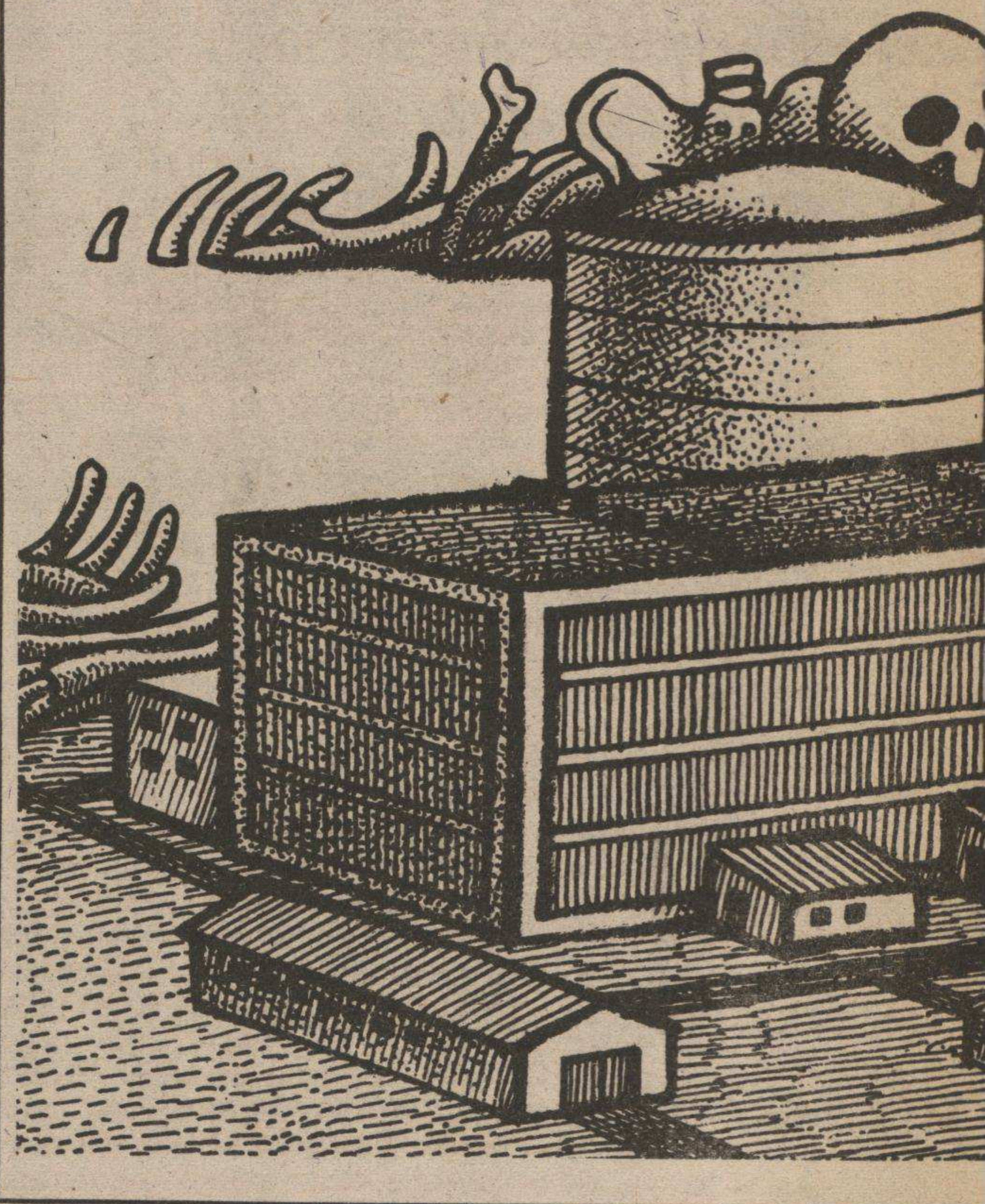


I ACIDENTE INVISÍVEL

Cheguei na usina às 5h de ontem, quando os moradores das cidades mais próximas do acidente não tinham se dado conta da tragédia. Afinal, o acidente é invisível. Radiação não se vê, não se sente, nem cheira... Eu próprio, que já vivera a experiência de um acidente atômico (em Three Mile Island, nos Estados Unidos), custei a perceber as suas reais proporções e conseqüências. Mesmo depois de saber da contaminação do mar, eu continuava com resistência a admitir que a radiação atingiria as praias de Copacabana, Ipanema, Leblon e todo o litoral carioca. Absurdo aceitar que, de repente, a sorte da multidão das areias da Zona Sul depende apenas do vento e das correntezas do oceano. Mas isso é inevitável, até se o problema do vazamento for corrigido já. "É uma questão de dias", como me disse o engenheiro, "e a radiação chega lá". Se é dezembro, começo de verão, como então milhões de banhistas serão evacuados da praia? E o isolamento do litoral será definitivo? Imaginar uma cerca de arame farpado em volta da Baía da Guanabara? Não, isso não pode ser verdade...

Preocupado com o drama carioca, o governador eleito, Miro Teixeira chegou aqui às 9h. Veio para participar da elaboração de um plano de emergência para as praias do Rio. Imediatamente foi conduzido para a única sala com proteção anti-radioativa de Praia Brava: o porão da prefeitura atômica. O lugar foi dimensionado para um máximo de 20 pessoas sentadas. Mas ali, além de Miro Teixeira, estão os técnicos do Ministério da Defesa, amigos íntimos e familiares do prefeito Severino Seabra. São 40 privilegiados ali dentro, todos permanentemente de pé. Não tem espaço para mais ninguém, e há mais de 200 pessoas esperando uma oportunidade na fila.

Exatamente às 10h15min Miro Teixeira desmaiou. Nervoso desde a chegada, não teria resistido a uma notícia alarmante — "um vapor radiativo está vindo do mar" — que surgiu aqui nesta manhã. Quem deu o alarme, foram dois soldados tripulantes de um helicóptero com aparelho detector de radiação. Eles descobriram os elementos Iodine-131 (causador de câncer na tireóide humana) e o Strôntio-90 (também cancerígeno, vida média de 20 mil anos) numa análise da atmosfera, 30 metros acima da Baía de Ilha Grande. Uma hora depois um informe confidencial circulava entre os militares fardados. O prefeito Seabra esquecera de manter abastecidos os armários de gêneros alimentícios do porão anti-radiativo, dizia o informe. A razão dos 40 foi providenciada várias horas depois do começo do acidente. E às 11h15min deram um ultimato grave aos que pensavam estar imunes ali dentro. "Cuidado,



essa comida veio da cantina da usina e pode conter substâncias cancerosas". Era tarde. Todos, inclusive Miro Teixeira, acabam de comer o picadinho de batatas com arroz.



II "FINALMENTE" MINHA VEZ"

Miro Teixeira, do Partido Popular, não foi o único político que chegou aqui nesta manhã. Na verdade, todos os partidos enviaram seus representantes. Um secretário do PMDB, por exemplo, trouxe consigo uma proposta para imediata aplicação no litoral paulista: a convocação de milícia populares. As tais milícias seriam incumbidas de três tarefas fundamentais: o isolamento de áreas críticas através de corrente de mãos; proibir que os carros de Angra dos Reis levem radiação para os grandes centros urbanos; e a divulgação dos perigos da contaminação do mar.

(*) CACO BARCELOS, 30 anos, natural de Porto Alegre, é hoje repórter da revista Istoé. Em 1978, quando trabalhava na revista Repórter Três, fez uma reportagem sobre a Central Nuclear de Angra, onde entrou como operário, burlando a rigorosa vigilância da usina. Em 2 de abril de 1979 estava em Nova York, quando houve o acidente com a usina nuclear de Three Mile Island. 36 horas depois do acidente, quando a situação ainda era confusa, Caco Barcelos estava no local, na cidade de Harrisburg, na Pensilvânia, de onde fez a reportagem O Dia 2, publicada no Coojournal de maio daquele ano.

A EM ANGRA LODIU



Ficção de CACO BARCELLOS*

motorista de ônibus e de carretas no Rio de Janeiro, Valdeci Magalhães Pinto, de 33 anos. Casado, com cinco filhos, há quatro meses não visita a família que mora na capital. Candidatou-se como voluntário, porque sonha tornar-se herói nacional.

"Finalmente chegou minha vez, chefe", disse Magalhães no momento em que se apresentava ao engenheiro chefe José Luis.



III E A INFLAÇÃO CRESCE

Com uma capa de plástico anti-radiativo sobre o terno e gravata, botas de borracha amarela longas até o joelho, e capacetes e máscaras especiais, o ministro Delfim Neto, do Planejamento, chegou às 15h para uma inspeção na usina. Veio de Brasília e desceu de helicóptero no pátio da Central Nuclear. Imediatamente reuniu-se durante duas horas com a comissão do Ministério da Defesa, na sala de controle do reator. Ouviu alguém lhe contar todo o histórico do acidente e depois concluiu:

— De fato, a situação é crítica.

Logo depois de encerrada a reunião, o ministro faria uma declaração bombástica, mas em *off*, a um jornalista de uma rede de televisão americana:

— Nosso prejuízo imediato é de 17 bilhões de dólares. Por quê? Porque infelizmente consertar uma usina é três vezes mais caro que construí-la. Claro, isso vai afetar a inflação. Mas eu já tenho um plano para evitar um futuro abalo na economia. Bolei o seguinte: a partir do mês que vem as tarifas de energia elétrica terão um *pequeno* acréscimo de 70%. Um reajuste irrisório, pois é um percentual três vezes menor que a nossa taxa atual inflacionária.



IV O GRINGO DA BABCOX

Tão logo descoberto o acidente o governo brasileiro convocou técnicos nucleares e cientistas estrangeiros, numa tentativa de evitar uma tragédia maior.

Atendendo a *convocação geral* do governo brasileiro, o primeiro cientista estrangeiro a visitar a Central Nuclear é o físico norte-americano, George Anderson, da construtora de reatores Babcox e Mixtck, fabricante da maioria das 123 usinas norte-americanas, inclusive a de Three Mile Island. No final da tarde, Anderson falou com um grupo de dezenas de repórteres. E disse coisas alarmantes, relacionadas à segurança dos operários unidades 2 e 3.

— Esses 15 mil homens estão condenados à leucemia.

— Uma vez operando Angra I, não poderia haver uma obra tão próxima dessa usina. Mais da metade do operariado, acumulou 2 rem** de radiação.

— Cinco minutos depois do alarme do acidente, os operários deveriam ser levados para fora da área (um raio de 12 quilômetros) de contaminação atmosférica imediata.

— O acidente tem características semelhantes ao que aconteceu há quase 4 anos em TMI. Provavelmente nos próximos 20 anos ainda estaremos sentindo os efeitos da tragédia.

V FORA ESPÍO

Acusado de ser espião da CIA, e contra-informante da KGB, com objetivos de *melar* o acordo nuclear do Brasil com a Alemanha, o físico Anderson seria *aconselhado* logo depois da entrevista a voltar para os Estados Unidos.

VI MAMBUCABA AFLITA

Delirando, com os rostos inchados e vermelhos, seis pescadores de Mambucaba foram encontrados caídos dentro de um pequeno barco atracado na praia. Eram 16h quando cheguei nesse vilarejo de dois mil habitantes, o único existente dentro da área (de 12 quilômetros quadrados) de segurança nacional. Eu já conhecia esse lugar. Durante a fase de construção de Angra I houve várias tentativas oficiais de desapropriação do vilarejo, mas seus moradores não queriam sair e resistiram. Venceram, pois Mambucaba foi tombada pelo Patrimônio Histórico. Agora, porém, parece condenada ao desaparecimento. Nesta tarde, algumas pessoas desesperadas estavam nas ruas e abanavam para o helicóptero da FAB socorrer suas vítimas.

Um velhinho tinha um bezerro morto nos braços. Uma mulher chorava porque a junta de bois, presa por uma corda amarrada na árvore da Praça Pública, agonizava deitada no chão. Os cachorros corriam de um lado para outro, com o rabo entre as pernas, latindo sem parar.

Os helicópteros da FAB levavam os casos mais graves para o HPB — Hospital Praia Brava. Às 17h eu estava ali no corredor principal desse hospital de 44 leitos. De repente a porta do hall abriu-se e surgiram os soldados empurrando apressadamente a maca e gritando aos médicos.

— Acudam, é o capitão Biriba, por amor de Deus.

Me aproximei para ver o corpo. Mas alguém o cobriu com um plástico vermelho. Na primeira curva do corredor, puxei o avental de um milico enfermeiro e pedi explicação. Ele reagiu numa atitude de ingênua idiotice. Tirou o capacete e a máscara anti-radioativa do rosto (tinha a cara suada, o cabelo também molhado, escorrido) e quis discutir comigo.

— Que radiação nada. Quem matou o coronel foram os subnutridos!

Os subnutridos são os operários das obras da Unidade 2. Meia hora depois de soar o alarme de evacuação da área, eles começaram a saquear a cantina. Munido de um medidor de radiação, o piloto da FAB Zezinho de Moraes voava sobre o pavilhão do refeitório da Central Nuclear e viu quando começaram a voar bandejas de comida pelas janelas. Era a chegada da Brigada de Choque da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que em sua primeira *Missão Atômica* caiu de cacete nos saqueadores.

A confusão dos saques teve um saldo de um morto, dezenas de feridos e 200 presos que chegaram chorando na Central de Socorros de Emergência. Algemados, com forte ardência nos olhos, alguns tossindo sem parar, os operários detidos pela PM ficaram sob suspeitas de contaminação. Segundo uma analista de computadores, voluntária de uma das brigadas de salvamento da CSE, o grupo precisa de isolamento total numa cela blindada. Mas como ali não existe tal tipo de cela, a única autoridade presente na CSE, o comandante da PM, coronel Aguiar Henrique Cardoso, negou o pedido da analista, com veemência.

— Você está maluca. Essa choradeira é apenas o efeito do gás lacrimogênio que jogamos neles. E você fica aí, pedindo esses absurdos.

À Tardinha acompanhei o *trabalho de propaganda* de uma brigada da Central de Socorros. Num carro de bombeiros, equipado com alto-falantes, percorremos 80 quilômetros pelas ruas de Angra dos Reis. Iamos numa velocidade inferior a 20 quilômetros por hora e a todo instante o operador dava conselhos às pessoas.

— Tudo está sob controle. Mas não saiam de casa, tranquem, portas e janelas e não desliguem as tevê!

Como ninguém sabia o que estava acontecendo, muitas pessoas saíram às ruas e até faziam *festas* em volta do nosso carro. Às 20h a brigada começou a retornar a Praia Brava. No caminho de volta, ouvi no aparelho de rádio do carro um comunicado de *última ordem* que me levaria a tomar uma decisão radical. Era o Ministério da Defesa anunciando um plano de evacuação total da área de segurança da usina. Deverão ser evacuados até os *caixas* que moram escondidos nas montanhas existentes em volta da Central Nuclear.

"Só ficará na zona conflagrada", dizia o comunicado, uma dupla de profissionais de cada atividade considerada de utilidade pública. Esses voluntários deverão assumir a tarefa de evacuadores e de testemunhas oculares possível catástrofe. Se conseguirem sobreviver serão os últimos a fugir."

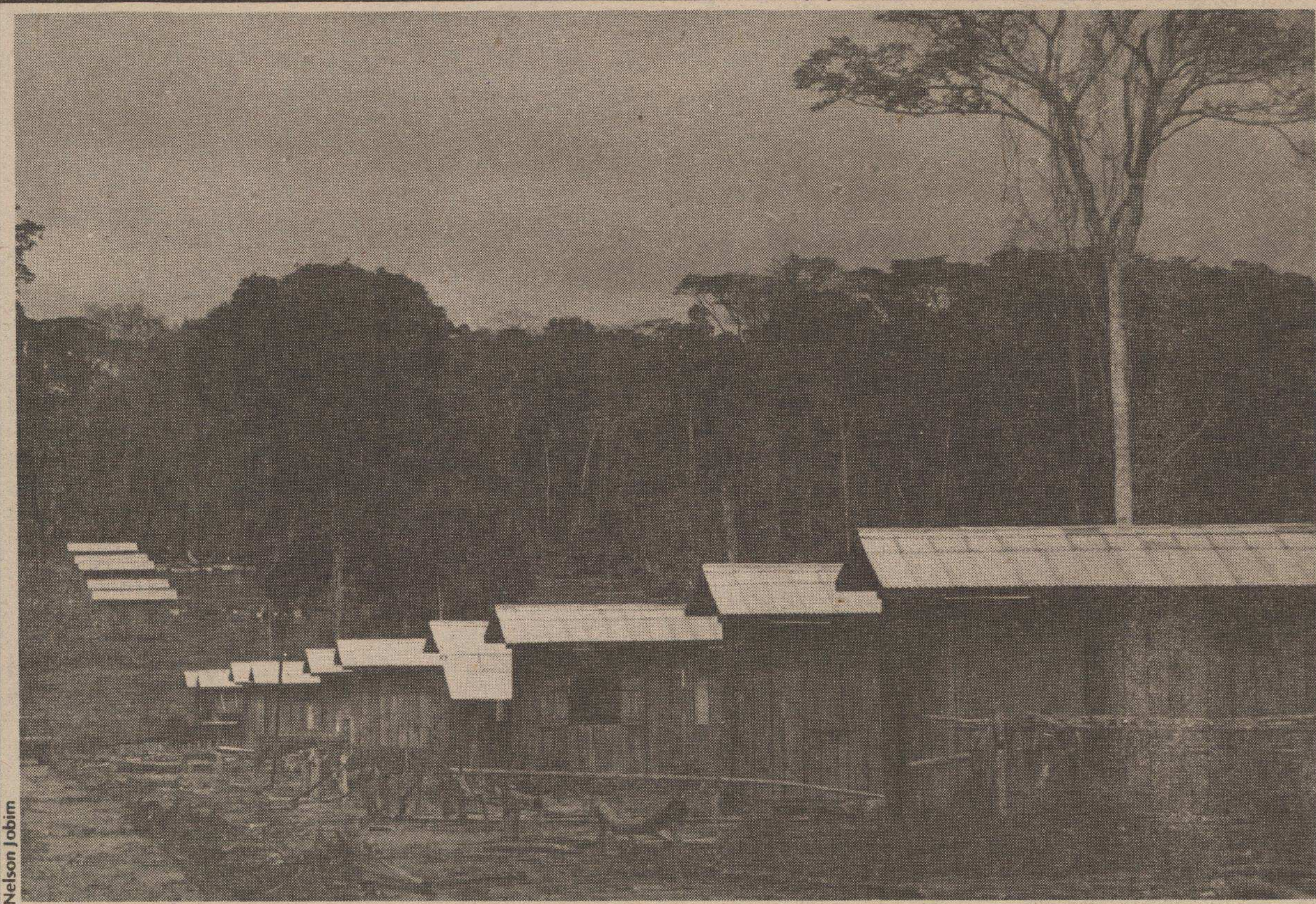
Pouco antes da meia-noite, tentei falar com minha mulher e meu filho. Queria conversar com eles, consultá-los. Me sentia nervoso, inseguro, e até desconfiava de minha sanidade mental. Mas era impossível, não havia linha telefônica. Às 24h, fui me apresentar como voluntário a *evacuador* na Central de Socorro. Antes de ter a ficha de inscrição em minhas mãos comecei a tremer. Pensava que era o único candidato no item *dupla de reportagem*. Me engara. Havia mais de 300 nomes de repórteres ali naquela lista. Só então consegui me tranquilizar. E assinar meu nome embaixo.

REM é a unidade que determina o poder ionizador da radiação, embora não exista um nível absoluto de radiação tolerável pelo homem, os padrões internacionais determinam que o índice de segurança é de cinco milirem (décima parte do rem) por ano, para um organismo normal. A partir de cinco milirem por ano, o sangue começa a sofrer alterações.



Francisco Ribeiro

Joaquim saiu do Rio Grande, passou pelo Paraná e agora está no MT

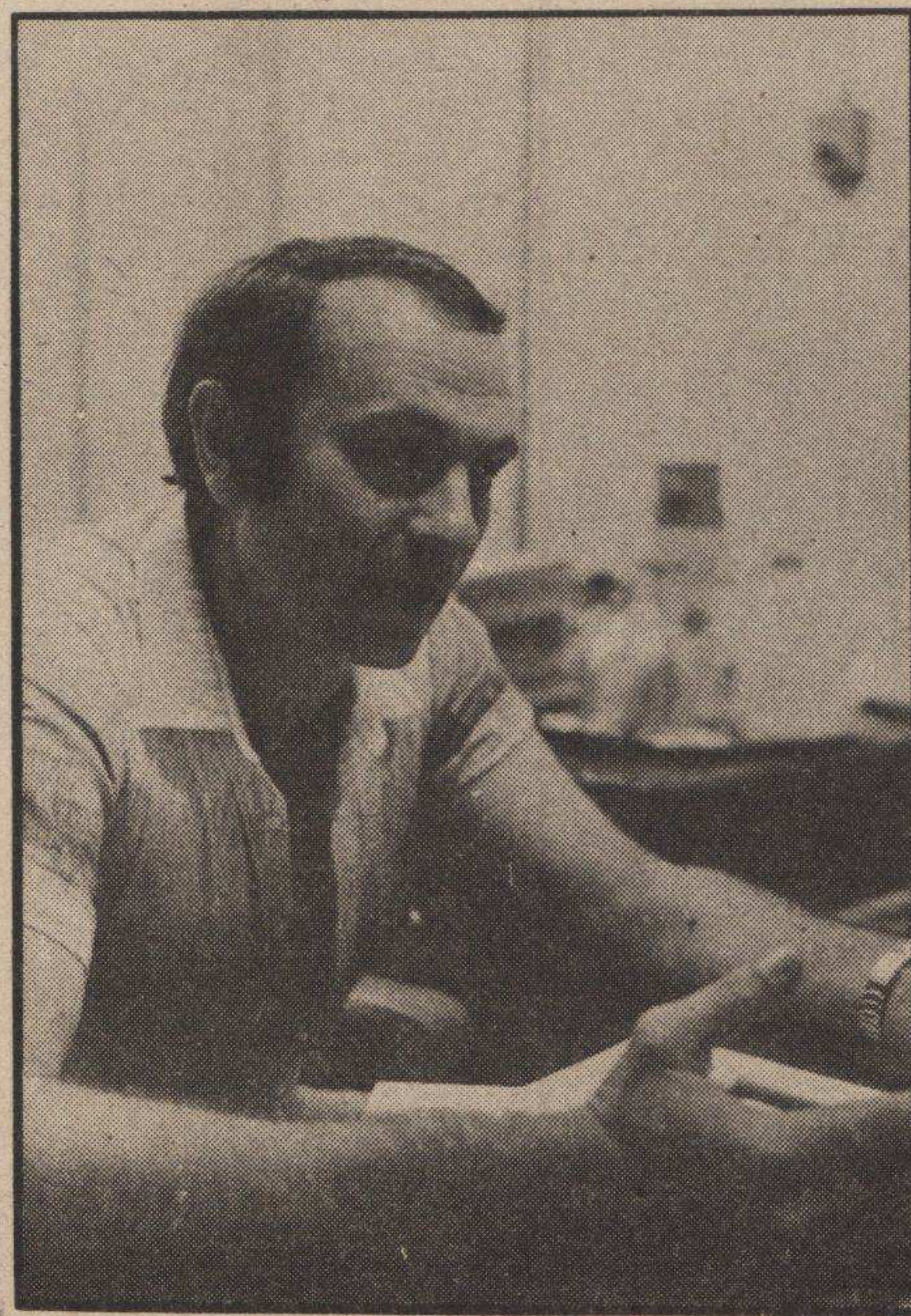


Nelson Jobim

Uma agrovila na Terra Nova: casebres toscos em meio ao mato queimado

PERDIDOS NO MATO

As 970 famílias de agricultores gaúchos transferidas para o Mato Grosso passam fome, não têm assistência técnica, não se adaptam à região. A colonização é um fracasso e muitos começam a voltar, sem terras



Roewer: "Eles não são agricultores"

A floresta de terras altas, com suas árvores enormes, deixa apenas uma estreita faixa de terra poeirenta para a estrada. Por ali o ônibus vai sacudindo os passageiros suados e sujos pelo calor e pelo pó, as roupas encardidas, os olhares resignados. É novembro. Apesar da formação de nuvens anunciar chuva próxima, um sol de meio-dia castiga os homens que se aventuram na região, a Amazônia.

As nove agrovilas da Terra Nova começou a aparecer depois que se entra na estrada AJ-1, saindo da BR-163, Cuiabá-Santarém. São casebres toscos de madeira, enfileirados em meio a restos de mato queimado. E os gaúchos, muitos com pele e cabelos claros, contrastam com a gente morena do Norte.

Enquanto a maioria dos homens está nas lavouras, Reginaldo Goulart deixa a mulher, Julieta, em casa e segue com seu fusca amarelo para as obras do posto de gasolina. Ele também é agricultor, mas está abandonando a terra.

Reginaldo é personagem de uma história que começou há mais de 40 anos, quando os primeiros colonos invadiram a reserva indígena de Cacique Nonoi, uma área de 14 mil hectares no norte do Rio Grande do Sul. Em maio de 78 os Caingangues decidiram expulsar os brancos, com suas velhas armas — bordunas, arcos e flechas — e algumas armas de fogo. Incendiaram sete escolas e deram prazo de 24 horas para as 1.500 famílias de agricultores que ocupavam a área se retirarem.

Praticamente não houve reação. Os trabalhadores foram recolhendo as poucas coisas que podiam levar e acamparam ao longo das estradas. Destacamentos do Exército e Brigada Militar foram para a área, quebrando a rotina dos moradores, desacostumados a ouvirem sirenes e verem jipes carregando metralhadoras para todo o lado.

O conflito tinha suas contradições. A mais grave, o fato da Fundação Nacional do Índio (Funai) atrair madeira e arrendar perativas já existentes e localizadas em

Por FRANCISCO RIBEIRO E NELSON JOBIM

terras a colonos — o arrendamento não foi mais cobrado desde 74 — sem nenhum proveito para os índios.

Enquanto não encontrava uma solução, o Governo do Estado alojou 200 famílias de colonos no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, onde se realiza a maior feira de gado do País. O inverno se aproximava, fazia bastante frio. Além das condições insalubres, 18 pessoas chegaram a ficar num quarto medindo três metros por dois e meio. "Um chiqueiro". Sebastião Cavalheiro disse isso aos repórteres e quase foi expulso do parque.

O problema requeria uma solução urgente. O Governo gaúcho, responsável direto pela situação, não quis tocar nos 800 mil hectares de terras ociosas existentes no Estado, dos quais 100 mil lhe pertencem.

Dia 24 de maio de 80, os Ministros da Agricultura e Interior se reuniram com os presidentes do Inca e da Funai. Participou como "convidado especial", o presidente da Coopercana, Norberto Schwantes, ex-pastor protestante conhecido por seus negócios de colonização. Na Transamazônica, fundou a Cooperativa 31 de Março, depois substituída pela Coopercol e esta pela Canarana. Dirige também a Conagro S.A., uma colonizadora particular.

Schwantes se prontificou a reassentar os agricultores desde que o Governo desse os recursos necessários. Em seis dias apresentou um projeto. A fim de dispensar a licitação, as autoridades invocaram o Artigo 126 do Decreto-Lei 200/67, por se tratar de "programa de emergência, estando caracterizada a urgência na solução de situação que pode ocasionar comoção social". Só que a mesma exposição de motivos revela que o conflito era previsto há mais de um ano e o Inca só não adotou antes a solução (transferência para o Mato Grosso) porque o projeto era "oneroso".

Para credenciar a Coopercana foram usadas normas da Instrução Especial nº 13-do-Inca, que "transfere para coo-

regiões minifundiárias, com o objetivo de promover a reaglutinação de qualquer gleba e transferência de excedentes para áreas vizinhas". Mas a sede da Canarana, Barra do Garças, não é uma das regiões minifundiárias do País.

Já o Artigo 171 da Constituição estabelece que, "salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares". Diz a exposição de motivos: "Por se tratar de um plano de reforma agrária (assentamento de agricultores sem terra em parcelas de dimensão da propriedade familiar) torna-se dispensável a aprovação do Senado Federal".

O presidente Geisel aprovou o projeto no mesmo dia, autorizando o Banco do Brasil a liberar um empréstimo de emergência à cooperativa no valor de Cr\$ 30 milhões para despesas iniciais. No dia 1º de julho as 81 primeiras famílias partiram para o município de Chapada dos Guimarães, no Mato Grosso, a 670 km de Cuiabá. Ironicamente, para a terra dos índios Crenhacarores, que foram expulsos com a construção da estrada Cuiabá-Santarém, no início dos anos 70.

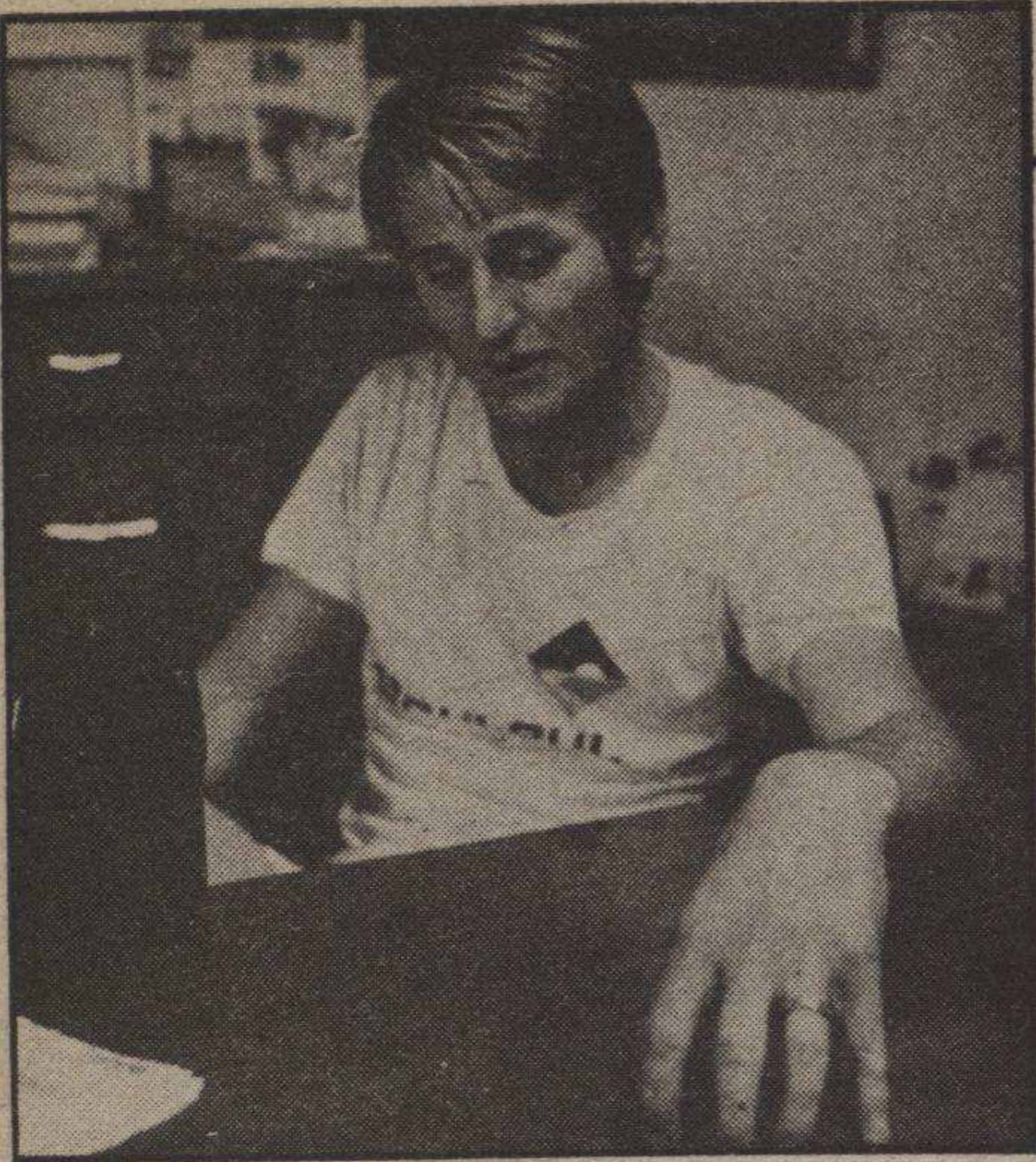
Agora Reginaldo estava ali, na Terra Nova. Tinha esperado dois anos pelo reassentamento no Mato Grosso. Bastaram três meses para que ele e a mulher acordassem do sonho da terra própria para plantar e educar os 11 filhos. Filho e neto de agricultores, ele gostaria de ficar onde estão suas raízes. Mas está trocando o campo pela cidade porque lhe faltam meios de produzir na terra.

Assim como outros, ele vai para a cidade. E nisso leva uma vantagem: além de lavrador, é pedreiro e electricista. Com estas profissões pretende sobreviver em Cuiabá, para onde está indo. Mudança rápida para quem chegou em agosto último, cheio de fantasias e ilusões sobre a floresta, cobras e onças. Percorreu três mil quilômetros e agora trabalha 12 horas por dia juntando algum dinheiro para os primeiros tempos em Cuiabá. Ele sabe que há poucos empregos na capital mas não vê alternativa melhor.

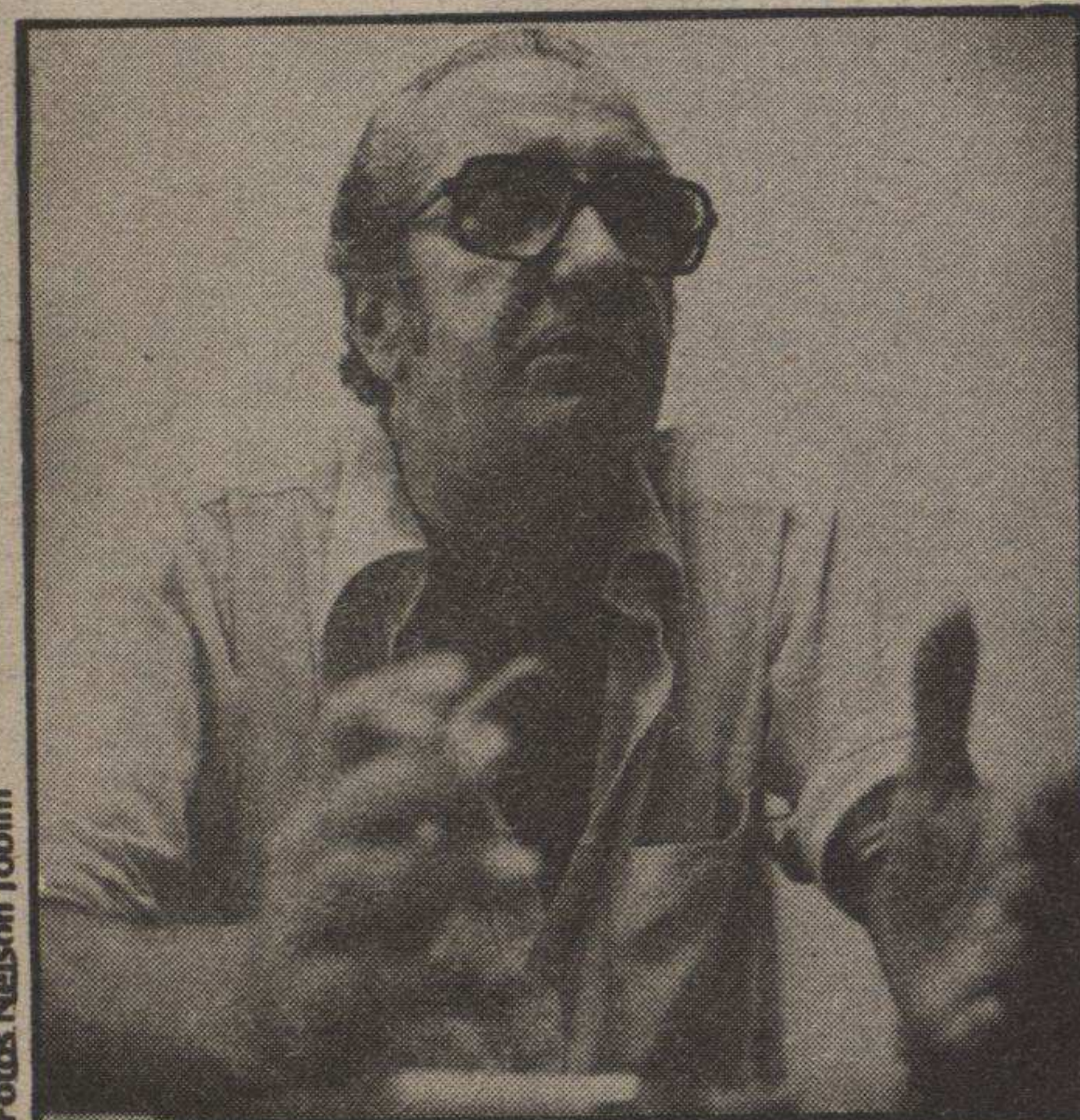
Seu caso não é isolado.

Das 1.500 famílias expulsas da reserva indígena, 970 aceitaram a solução proposta pelo Governo Federal e foram para o Mato Grosso. 128 já abandonaram a terra. De julho de 78 a julho de 79 foram assentadas 637 famílias em lotes de 200 hectares nas seis agrovilas do Projeto Terra Nova 1. Em agosto de 79 começava o Projeto Terra Nova 2, com 434 lotes de 100 hectares em três agrovilas, onde já estão 336 famílias gaúchas. A área foi reduzida por determinação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), que diminuiu o módulo rural para a Amazônia. E ainda restam 1.161 lotes para uma terceira fase do programa.

Quando a primeira turma de 81 famílias chegou à Terra Nova, em julho de



Vanzin acusa Schwantes pelo fracasso



Bertoni reclama do Governo

78, ficou impressionada com aquelas árvores de até 40 metros. Na sua simplicidade, eles imaginaram que o que plantassem cresceria na mesma proporção. Engano. O solo do norte do Mato Grosso, na Amazônia Legal, não é uniforme. Possui algumas manchas férteis, onde dá para plantar até café. Noutras partes é mais fraco e arenoso, não permite boas colheitas.

Na Agrovila 8, do Projeto Terra Nova 2, onde estão Reginaldo e mais 134 famílias, a terra é arenosa. Ele já perdeu dois plantios de milho. Só agora, no terceiro, com a chuva, nasceram alguns brotos. Habitados a outro tipo de solo e clima, os gaúchos sentem-se perdidos na Amazônia. Não sabem o que plantar nem como plantar. Todos reclamam da falta de assistência de um agrônomo.

Em outras regiões do país a falta de infra-estrutura não permite aos pequenos agricultores ganhar dinheiro, mas pelo menos a posse da terra lhes garante alimentação. Na Terra Nova isto não acontece. No primeiro ano, 92% não produziram o suficiente para comer, o que a própria Coopercana confirma. Após dois anos, são poucos os agricultores que possuem uma horta, uma pequena criação ou estoque regular de cereais. A maioria fica dependente dos comerciantes.

A BR-163 e a AJ-1, estradas que dão acesso às nove agrovilas, são de chão batido. Na época das chuvas, de dezembro a março, ficam em péssimo estado, às vezes intransitáveis. Os preços sobem e os poucos caminhoneiros que conseguem escapar dos atoleiros tiram até 500% de lucro.

A existência de dois garimpos próximos, no Rio Peixoto de Azevedo e na cidade de Alta Floresta, também influi no aumento de preços. O acesso às lavras é difícil e os garimpeiros compram alimentos a peso de ouro. Mesmo para o colono com algum dinheiro, o fornecimento de gêneros não está garantido. Nos meses de janeiro e fevereiro de 80, quando havia

comida, a farinha de trigo custava Cr\$ 60,00 o quilo; açúcar, Cr\$ 100,00; sal, Cr\$ 50,00; e a lata de azeite, Cr\$ 130,00. O litro da gasolina foi a Cr\$ 200,00.

Em junho de 80, um mês antes da visita do governador gaúcho Amaral de Souza, os armazéns da cooperativa nas agrovilas foram fechados. Agora os agricultores compram na Companhia Brasileira de Alimentos (Coba). Seu armazém fica na sede e só vende a vista. O dinheiro é pouco e há agrovilas distantes 90 quilômetros dali. Quem lucra são os bodegueiros, que vendem caro mas fiado.

Amaral voltou a Porto Alegre dizendo que nenhum colono sairia do Rio Grande do Sul enquanto a situação não melhorasse. Uma semana depois recebeu relatório de Brasília e mudou de idéia. Em agosto viajaram 60 famílias de Planalto. Começava a segunda fase do Projeto Terra Nova 2. Em outubro seguiram mais 72 famílias, de Tenente Portela. Hoje, estão na Agrovila 9, a 90 quilômetros da sede, com fome e ilhadas pela chuva.

Ficou uma promessa do Governador: cada família ganharia Cr\$ 3.500,00 por mês de ajuda para alimentação durante o primeiro ano. Também não foi cumprida. Até novembro de 80 o dinheiro só saiu uma vez. Depois de agosto, com as chuvas, não dá mais para derrubar mato e fazer roça. Quem chega nesse período trabalha como peão, a Cr\$ 200,00 por dia.

E os colonos já ouviram falar em muitas coisas que nunca apareceram. No casebre de duas peças cheio de frestas nas paredes, onde vive com o marido e quatro filhos, Maria Caumo ainda se lembra da casa prometida em maio de 78 no Parque de Esteio pelo presidente da Canarana, Norberto Schwantes. "Uma casa de capricho". Custaria 40 mil.

— Ele tinha que vim fazer tudo que tinha prometido pra nós: charete, buro, água encanada, luz... Aqui tem arroz pra botá fora, até pras galinha, na chuparada se pagava Cr\$ 15,00 pra cooperativa. Deram trilhadeira e não deram os boi pra puxá. Muita gente puxou trilhadeira, foi para a roça faze de boi...

Maria Caumo foi com o primeiro grupo, de 81 famílias, para a Agrovila 1, Esteio. Como os demais colonos do Projeto Terra Nova 1, para pagar Cr\$ 20 mil por 200 hectares, em financiamento direto ao Incra. Outros Cr\$ 178.180,00 foram contratados junto ao Banco do Brasil, através da cooperativa, para obras de infra-estrutura. No Projeto Terra Nova 2, esse valor subiu para Cr\$ 416.630,00. A Coopercana recebe o dinheiro, os colonos vão ter de pagar.

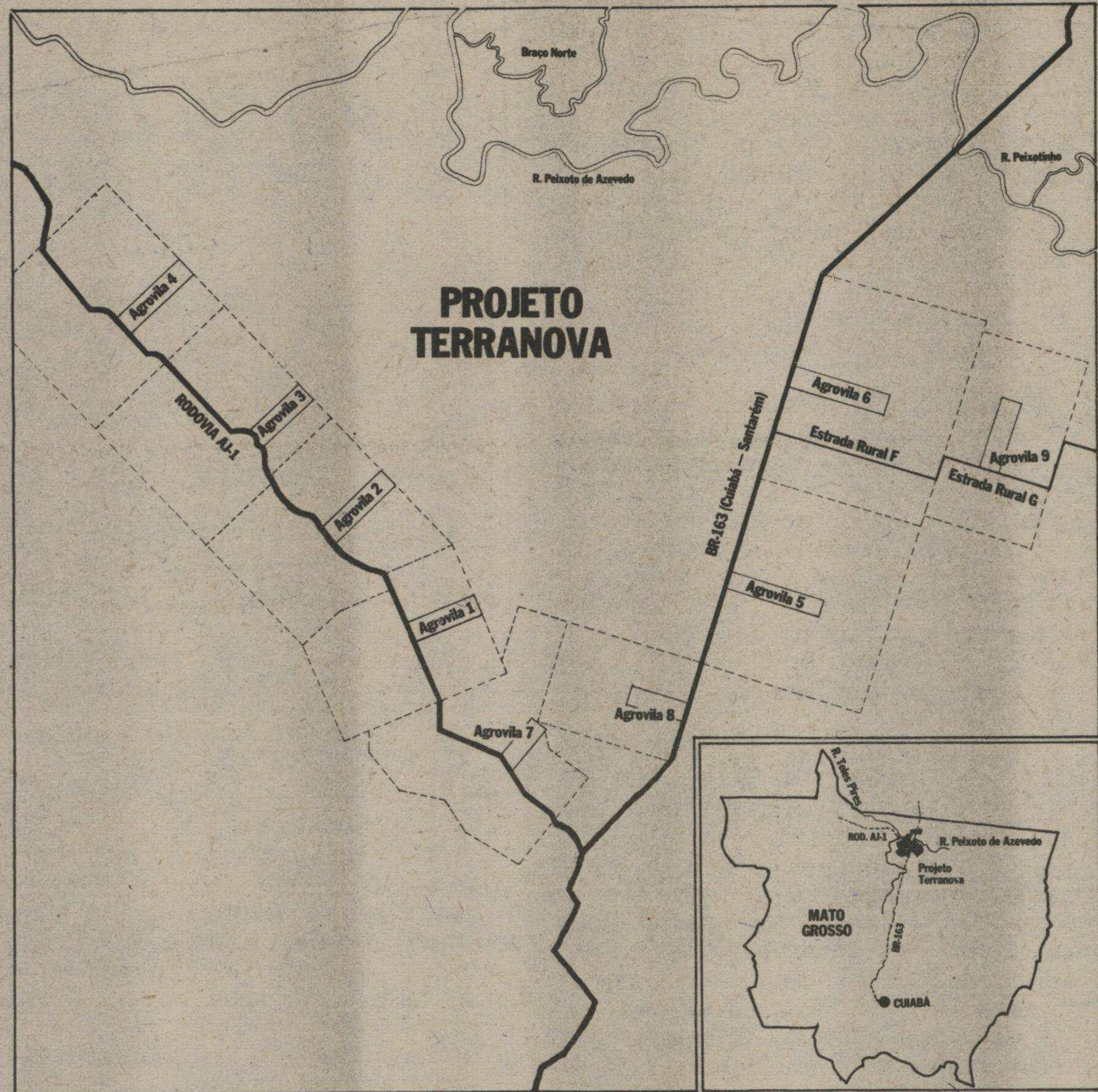
As obras não apareceram. Na Agrovila 8, as aulas eram debaixo das árvores e quando chovia eram suspensas. Agora foram transferidas para um barracão abandonado. E a cooperativa nem ao menos mediu e demarcou os lotes.

O diretor técnico da Canarana e coordenador do Programa Terra Nova, advogado Sérgio Bertoni, atribui o atraso na liberação desses recursos à contenção de despesas do Governo Federal:

— Eles foram assentados em 78, alguns em 79, e só começamos a receber o dinheiro em julho e agosto de 79. Ainda falta liberar os recursos relativos a 302 lotes nas duas etapas do programa.

A dívida dos colonos cresce com o financiamento para custeio. Na condição de intermediária, a Canarana recebe o dinheiro do banco e depois retém a produção. Pedro Filisbino Weber vem entregando desde que chegou toda a produção de milho, arroz e mais 500 metros cúbicos de madeira. Fica tudo pela dívida:

— Nunca recebi um tostão. Tá tudo



sempre na contabilidade em Cuiabá. Nós tamo muito mal. Não temo custeio prá tocá o serviço e a escasseza aqui e de bóia.

Apenas 51 colonos pagaram a dívida

Teve gente que vendeu a produção direto para os "marreteiros". Ganhou pouco e ainda foi desligada da cooperativa, perdendo o direito à assistência médico-hospitalar. Na safra 79/80 apenas 51 dos 538 agricultores que tiraram empréstimo no Banco do Brasil conseguiram pagar. Os outros ficaram sem dinheiro e sem crédito. Até novembro passado não havia saído verba de custeio para novo plantio. Com a chegada da chuva muitos não querem mais. Temem ficar mais endividados e não obter boa colheita.

A organização dos agricultores numa entidade independente lhes daria condições de enfrentar a máquina burocrática da Coopercana. Mas a criação do sindicato foge à realidade do lugar. Para organizá-lo, o deputado estadual Osvaldo Sobrinho, do Partido Popular, partiu do conceito de empresa rural do Estatuto da Terra, que é hoje no mínimo de 100 hectares. Com isto quer um sindicato de produtores e não de trabalhadores rurais, que certamente estaria mais próximo dos interesses dos colonos.

Há outras contradições. Em meio à miséria, quem tem capital consegue enriquecer na Terra Nova. Com um mínimo de recursos, os camponeses poderiam pagar as dívidas e ainda ganhar dinheiro somente com extração de madeira. O custo de produção do metro cúbico é de Cr\$ 100,00 e o preço em Cuiabá atinge Cr\$ 8.000,00.

Já está vindo outro tipo de gente. Pequenos agricultores que venderam suas

terras no Sul compram lotes nas agrovilas. Assumem as dívidas e pagam até Cr\$ 400 mil por fora. Muitos venderam só pela passagem de volta.

O gaúcho Joaquim Azevedo vendeu 15 hectares que tinha há 18 anos no Paraná para adquirir 100 hectares na Agrovila 7. Pagou Cr\$ 400 mil e ficou com Cr\$ 385 mil de dívida do antigo dono. Sem depender de financiamento para custeio agrícola, pois ainda lhe sobrou algum dinheiro, já está com uma boa plantação de milho e arroz.

A Comissão Pastoral da Terra, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), estima que 60% dos agricultores perderão seus lotes por não conseguirem pagá-los. O atual presidente da Cooperativa Canarana, agrônomo Orlando Roewer, atribui o insucesso do programa ao homem. Alega que não houve a seleção necessária, porque se procurava uma solução política de emergência para as 1.500 famílias expulsas da área indígena:

— Quando há candidatos que não têm vocação agrícola, tradição agrícola, os problemas se decuplicam. Não precisa ter recursos próprios, dinheiro nada. Basta ter capacidade empresarial. Veio muita gente sem condições. Por isso sabemos que o índice de fracasso seria elevado, entre 35 e 40%. É a lei da natureza. Há colonos que chegam na cooperativa pedindo emprego, não sabem o que fazer com a terra. Esses não são agricultores.

Sérgio Bertoni acrescenta que a cooperativa "está fazendo o possível para facilitar as transferências de lote, porque não participa dos orçamentos estadual e federal, não tem recursos a fundo perdido para recuperar esse homem". Mas para a agricultora Aládia Brito Rodrigues faltaram condições de trabalho:

— Quando um coitado aqui bota fora e se arranca, é vagabundo. Quando eu tava em Planalto esperando eu achava que fosse. Agora eu vi que não é. Vontade de trabalhá a gente tem, mas tem que tê alimento e assistência.

Na opinião de Arlindo Vanzin, "nunca

Continua

Tarso Fernando Genro OAB 5627
Luis Ulysses de Pauli OAB 7819

Advocacia Trabalhista de Empregados

Vig. José Inácio, 368 cj. 503
De segunda a quinta das 17:00 às 19:00 horas.
fone: 25-5996

Geraldo Nogueira
da Gama

Advogado

OAB 5951 CPF 059035050/15
Rua Uruguai, 155 cj. 1306
fone: 25-0154
Porto Alegre RS

Nereu Lima

CPF-MF 082058760-53
Advocacia Criminal
Borges de Medeiros, 410
salas: 509/510
tel: 24-6049 Porto Alegre

foi intenção da cooperativa resolver o problema desses colonos". Ex-gerente em Terra Nova no primeiro ano, ele permaneceu na sede da colônia e conhece bem a história da Coopercana.

A Canarana nasceu no cerrado, em Barra do Garças. A primeira fase foi excelente. Depois veio o declínio e o esvaziamento do quadro social. Não recebia mais a produção. E a cooperativa se mantém com o que desconta da produção entregue pelos associados. É sua renda básica. Começou a ter dificuldades:

— Então o presidente, Norberto Schwantes, marinheiro de muitas viagens — ele esteve até na Transamazônica — tentou a salvação com o Projeto Terra Nova. Abraçaria o pepino do reassentamento dos colonos e receberia do Governo Federal essa área toda aqui, 530 mil hectares de terras da União. Instalaria as famílias expulsas da área indígena, e colonizaria o resto da gleba nos moldes das empresas particulares, com lucros fabulosos.

Mas o SNI alterou os planos. Tendo em vista o passado de Schwantes, deu parecer no sentido de que a área fosse entregue diretamente ao Incra:

— E aí o Norberto ficou com a bananosa. Não resolveu a situação da cooperativa, ao contrário, agravou ainda mais porque fez um festival de oba-oba aqui, uma baita mordomia, com aviões, imprensa, festas... Agora não tem crédito, não tem comida. O projeto não previu nem a compra de uma vaca de leite, um casal de porcos, uma junta de bois. É uma situação de escravidão mesmo: tem de puxar carroça, trilhadeira, pagar de 80 a 100 cruzeiros por um litro de gasolina em tempos normais. É uma situação revoltante.

A título de preservação da Amazônia, metade dos lotes deve ser mantida como reserva florestal. É determinação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A cooperativa reuniu essas áreas em condomínio. Outra irregularidade, afirma Vanzin, porque os colonos não sabem onde ficam suas partes. Não têm o menor controle.

Que influência podem ter nas tomadas de decisão da cooperativa? Praticamente nenhuma. As assembléias gerais são realizadas em Barra do Garças, a mais de 1.200 quilômetros da Terra Nova, Bertoni explica que "nessa fase de assentamento, a cooperativa não teve condições de organizar a participação dos colonos. Este ano foi eleita nova diretoria e poucos compareceram. Muita gente se representou por procuração, aqueles que o desejarem, é claro". Na Terra Nova, sabe-se que as procurações foram vendidas por pequenas quantias em dinheiro para matar a fome.

As terras chegam a ter três andares

A atuação da Coopercana é semelhante a das outras 47 colonizadoras particulares que existem no Mato Grosso, um estado em que a soma das áreas descritas nos títulos de propriedade é maior que a sua superfície. Ouve-se falar em terras de primeiro andar, segundo andar, terceiro andar — terras com até três escrituras.

Há sete anos coordenando os trabalhos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, na Amazônia, o pastor Arteno Spellmayer faz visitas constantes às zonas de colonização, numa atividade



A sede do projeto Terra Nova, distante das agrovilas e sem recursos

conjunta com a Comissão Pastoral da Terra. Ele critica o Incra:

— O Incra um órgão dispendioso criado pelo Governo com o objetivo de colonizar e fazer reforma agrária, tem se mostrado incapaz. Entrega sua tarefa a empresas. Ao todo são 72 colonizadoras particulares no Brasil. Como estas visam lucro, não têm condições de fazer uma colonização social. E as cooperativas de colonização são empresas camufladas, também são incapazes. Seus associados não participam, não têm condições de verificar o que está acontecendo em cooperativas grandes e burocratizadas como a Coopercana.

Na sua opinião, a idéia da Canarana era ocupar toda aquela região e criar um poderio assim como o da Cotrijuí:

— Mas no meio do caminho foram abandonados pelo próprio Governo. A cooperativa não conseguiu criar uma alternativa para os colonos. Foi só um instrumento, por sinal bastante dócil, para o Governo se desincumbir de uma tarefa bastante espinhosa. Assumi todo um projeto paternalista e assistencialista.

Está se repetindo na Amazônia o ocorrido em estados mais desenvolvidos como São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. No início há uma divisão das terras. Quando a região tiver infra-estrutura começa a concentração. Arteno observa que dentro das colonizadoras e terras distribuídas pelo Incra este processo é simples: chega alguém com mais dinheiro e oferece ao colono empobrecido. Sem recursos ou perspectiva de fazer a terra produzir, ele acaba vendendo seu lote. Assim, o colono que hoje está migrando para o norte do Mato Grosso ou Rondônia daqui há cinco anos estará mais para a frente.

Para o sociólogo Eudson de Castro Ferreira, que realiza um trabalho de pós-graduação sobre posseiros para a Universidade de Campinas, é o próprio sistema capitalista que fomenta a concentração da terra:

— Eu vejo as coisas nos termos daquela colonização primitiva do Brasil: a grande fazenda e ao lado uma tremenda mão-de-obra disponível para sua expansão. Até determinado momento é mais interessante ter o colono na sua terra própria, derrubando mato, produzindo a sua subsistência e um excedente. Quem abocanha a produção do colono é o grande capital, que dita as normas de preço e condições de venda. No momento em que estiver criada infra-estrutura, estradas, quem toma conta de tudo? É o grande capital.

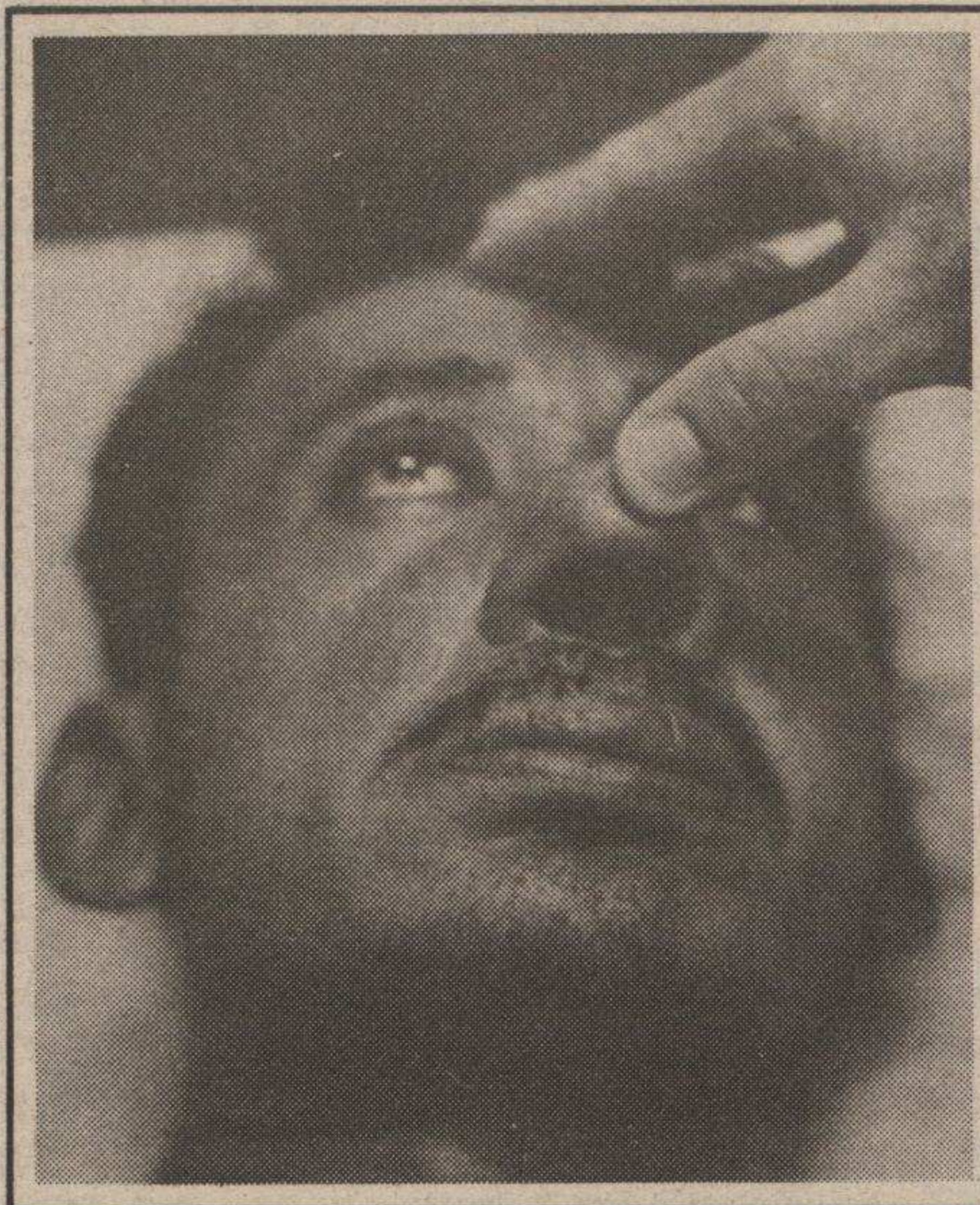
Fotos Nelson Jobim



Julietta Goulart: abandonando a terra

A leishmaniose, quando não tratada, destrói os tecidos

A malária, uma novidade para os gaúchos



O amanhecer e o pôr-do-sol são lindos na Amazônia. Mas também perigosos. É justamente nessas horas que os mosquitos saem à procura de animais de sangue quente para se alimentarem. Não encontrando os grandes roedores, afugentados pelas frentes pioneiras, picam o homem, transmitindo-lhe malária.

A picada do anofelino é igual a de qualquer mosquito. Não se nota nada demais. Uma semana depois aparecem os sintomas: febre e fortes dores no corpo e na cabeça, delírios de frio em pleno clima equatorial. Como a febre vai e vem, no começo os doentes a confundem com coisa passageira. Mas ela volta todos os dias, geralmente no mesmo horário, quando o plasmódio se multiplica, parasitando as células vermelhas do sangue.

Para os garimpeiros acostumados a viverem nas margens dos rios, com vários focos de mosquitos, a malária é como uma gripe. Não chega a impedir as atividades normais. Mas quem nunca pegou sofre um bocado, conta Maria Luísa Pereira, que contraiu a doença ao mesmo tempo que o marido e os dois filhos.

Na Terra Nova, estima-se que 60% dos gaúchos tiveram malária. O número de mortes é discutido. Alguns falam em 100, outros afirmam que foram 300. O certo é que a colônia já tem três cemitérios, um deles na Agrovila 6, onde a incidência da moléstia é maior devido à proximidade do garimpo ao Rio Peixoto de Azevedo.

No hospital da Canarana é inútil buscar qualquer informação. Os dois jovens

médicos paranaenses não gostam de jornalistas. Sômulo Simioni dá o seguinte recado para a imprensa: "Vocês têm que trazer é dinheiro. Esse povo precisa de dinheiro e comida, condições de vida".

A prevenção e tratamento da malária cabem à Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), órgão do Ministério da Saúde. Mas os métodos não evoluíram nos últimos 10 anos: limitam-se a borrifar as casas com DDT e curar os casos de infecção. E a Organização Mundial de Saúde inclui a Amazônia entre as áreas altamente endêmicas porque a resistência do inseto transmissor, o anofelino, e do protozoário causador, o plasmódio, às drogas conhecidas vem aumentando.

Quando tratada em tempo, até uma semana depois dos primeiros sintomas, a malária não causa maiores problemas. Na Terra Nova, porém, embora o remédio seja distribuído de graça, são inúmeros os casos mal curados, em que a doença volta a se manifestar depois de algum tempo. E houve muitas mortes.

Outro problema sério, só que menos freqüente, é a leishmaniose. Uma pequena ferida de picada de mosquito que vai se alastrando até destruir totalmente os tecidos que afeta. Pode levar até dois anos para se manifestar. Mal informados, os colonos gaúchos costumam encarar-la como uma ferida qualquer feita no mato. Com isto ela se expande. O mais grave, no entanto, é que são necessárias 50 injeções para curá-la. E este remédio não existe na Terra Nova.

Adalberto Preis

OAB 4636 CPF 017883450-53
Advogado
Borges de Medeiros,
430 7º andar
fone: 33.5777

Luiz Carlos Calachi Moraes

Advocacia Trabalhista
P/Empregados

Andrade Neves, 159 sala: 64
fone: 33-5445
Edifício Amazonas

Rovílio Antonio Breda

OAB/RS 2583

Abade P. Bulhões

OAB/RS 2835

AVENIDA BORGES DE MEDEIROS, 453
CONJ. 81 FONE: 24.69.23

ADVOGADOS

ADVOCACIA TRABALHISTA DE EMPREGADOS

Décio F. Guimarães Neto
OAB 8825
Lidia Woida
OAB 9195
Gisa Nara Coccaro
OAB 7675

RUA ANDRADE NEVES, 155
CONJ. 115 FONE: 33.43.21

"Amanhã posso ser governo"

Ele vem do velho PSD, de onde trouxe duas características básicas: ouvir muito e retardar ao máximo qualquer decisão interna que implique em definição mais clara de linha política. Mesmo com esta mineirice, ele é um dos políticos mais respeitados neste país, respeito que cresceu a partir de 73, quando foi o antecandidato à Presidência da República.

Ulysses Silveira Guimarães, o doutor Ulysses, paulista de 64 anos de idade, está em seu oitavo mandato parlamentar — são 30 anos de vivência na Câmara dos Deputados. Mas foi só a partir da anticandidatura que adotou um discurso mais forte e acre quando se trata de analisar o regime militar, numa violência de linguagem que, além de muitas vezes assustar até mesmo setores mais conservadores da oposição, colocou-o no rol dos principais inimigos do Palácio do Planalto na frente parlamentar.

Verdade é que, ao equilibrar-se entre os setores conservadores e mais à esquerda do PMDB, o doutor Ulysses conseguiu organizar o maior partido da oposição brasileira. Isto depois de comandar a resistência política no país, nos piores momentos, o que lhe valeu dois títulos: o de "Presidente das oposições brasileiras" e o de "Presidente moral do País", títulos dos quais se orgulha, sem dúvida.

Nesta entrevista aos repórteres Luis Recena Grassi e Ariosto Teixeira, do **Coojornal**, Ulysses Guimarães rememora seu passado político, os tempos duros do começo do MDB, a anticandidatura e suas conseqüências, e reafirma a necessidade de uma Assembléia Nacional Constituinte — na sua opinião, a única forma de o Brasil sair do impasse econômico e social em que está atualmente.

— Vindo do conservador PSD, o senhor transformou-se no maior nome da oposição parlamentar brasileira. Houve uma mudança qualitativa no seu procedimento político ou foram as injunções da história do Brasil que o levaram a isto?

— Bem, em primeiro lugar, eu gostaria de assinalar que se fosse feito um balanço na minha vida política, veríamos que em dois terços dela eu estive na oposição. O que marcou sempre a minha trajetória foi a oposição. Por exemplo, em 1932, eu fui convidado para ser o orador da turma que se formava na Escola Normal de São Paulo. Preparei então um discurso contra a ditadura, era o ano da revolução constitucionalista de São Paulo. Mas, antes, o discurso tinha que passar pelo delegado. Quando leu, ele pediu para mudar o discurso. Eu disse que não mudava, que a turma então mudasse de orador. A turma não aceitou. E então a formatura da primeira turma da Escola Normal de São Paulo transcorreu sem orador e sem discurso.

Depois disso, entrei na Faculdade de Direito de São Paulo e no terceiro ano fui escolhido orador oficial do Centro Acadêmico XI de Agosto. E como orador oficial do XI de Agosto eu era um assíduo freqüentador do Dops, pois estávamos em pleno Estado Novo. Já tinha até tudo pronto numa malinha: escova de dentes, roupas, etc.

Posteriormente, ainda em São Paulo, quase sempre nós fomos oposição. Fiz oposição ao governo do Jânio Quadros, ao Adhemar, etc. Depois, já no plano federal, com o PSD no governo, então eu fui governo. Fui presidente da Câmara, fui líder da maioria, fui ministro da Indústria e Comércio na fase parlamentarista.

O homem público deve ter dignidade

— Aí veio 64...

— Depois dos acontecimentos de 64 eu não hesitei, desde o primeiro momento vi que teria de ficar na oposição. E passei então a fazer parte da direção do MDB, primeiro como vice-presidente e depois como presidente do partido. Quer dizer, quando eu fui para a oposição, em



O que pensa e o que quer o líder do maior partido de oposição

Luis Humberto

64, eu não era um neófito, já tinha experiência desde os tempos de estudante. E nós, até quando éramos governo no plano federal, éramos oposição em São Paulo, contra o Adhemar de Barros, contra o Jânio, porque nós não elegemos governador em São Paulo.

Relembrei tudo isso para dizer que essa notícia que às vezes a gente ouve, de que há uma certa incompatibilidade entre um homem que foi do PSD e que hoje está na oposição, acho que é uma apreciação simplista demais do fenômeno. Amanhã eu posso até estar no governo, ser governo, e não se pode dizer que há contradição. Um homem público, em qualquer país do mundo, pode ser governo e pode ser oposição. O problema é ser com dignidade, com honestidade, com convicção e responsabilidade.

— Ao que o sr. atribui, então, esse tipo de raciocínio, essa tese da incompatibilidade entre o seu passado e o seu presente político?

— Acho que é devido à origem, à forma como nasceu o MDB. No MDB, desde o início, nós tivemos desafios muito grandes, éramos um grupo reduzido, um punhado. Eu costumava dizer que éramos uma ilha de resistência, cercada por ameaças, cassações, perigos por todos os lados. Ao lado disso, nós tínhamos no regime um inimigo muito feroz. No começo era muito difícil andar pelo país, encontrar as pessoas. E o outro grande inimigo que tivemos foi a falta de credibilidade, não acreditavam que nós fôssemos fazer oposição. Os estudantes, os trabalhadores, inclusive, faziam constantemente apelos para a autodissolução do partido. Essa era uma grande barreira, outra a dos votos em branco. Esse, o partido dos votos em branco, era o partido majoritário no país, até praticamente 1970.

— Em 70, o que derrotou o senador Brossard no Rio Grande do Sul foram os votos em branco.

— Pois é, é o voto daqueles que não acreditavam, achando que, no fundo, o MDB até contestava a situação do regime, que tudo isso era uma farsa, etc. Nós dizíamos que era preciso usar as armas disponíveis, que eram aquelas as armas que tínhamos, que devíamos usá-las com desassombro, e foi o que aconteceu.

Aí se insere o episódio da disputa da

presidência da República, quando da indicação do general Geisel. O levantamento que nós fizemos da situação, na época, era de que basicamente precisávamos vencer o medo. O medo era a nossa grande dificuldade, obstruía a nossa luta pelo crescimento do partido. As pessoas tinham medo de serem candidatas, candidato a vereador, candidato a prefeito, tinham medo de filiar-se no partido, ir às nossas reuniões, por todas as razões que hoje são conhecidas.

Achamos, então, que a cobra se matava pela cabeça, isto é, nós tínhamos que enfrentar o arbítrio na sua cidadela, no seu reduto, enfrentar o sistema dentro do sistema, que era o governo, a presidência da República. Era um gesto de audácia, de ousadia, e muitas pessoas, dentro e fora do partido, desaconselhavam, achavam que era provocação, que poderia determinar o fechamento do Congresso, que a casa ia desabar sobre a nossa cabeça. Do lado do governo, nós também ouvíamos isso. Eles diziam: "Não, vocês estão certos, nós somos democratas e tal, mas, cuidado, eu vim agora do Palácio, conversei com o general fulano". Aliás, esse argumento é usado sempre até hoje: na reforma do Judiciário, na prorrogação dos mandatos, na questão das prerrogativas, eles sempre vêm com isso.

O medo do ridículo na anticandidatura

— Na ocasião da anticandidatura o senhor também chegou a ser ameaçado?

— Várias vezes, as pessoas vinham me dizer que eu ia ser cassado. Mas o fato é que a anticandidatura era um desafio frontal, um gesto de audácia. Mas sempre entendi que a política é o risco, a política é um risco permanente. E há momentos na vida de um político em que ele tem que tomar atitudes que podem ser salvadoras ou que podem redundar num fracasso, mas você não pode ser um amanuense da política, só fazer as coisas com certeza matemática, isso não existe.

Eu sabia que era uma atitude de risco, porque não sabíamos qual seria a reação

do governo, mas a anticandidatura era uma afirmação que iria gerar — como eu sei que gerou — o seguinte tipo de pensamento: "Se tem um cidadão no Brasil que se candidata à presidência da República, por que eu não posso me candidatar a vereador, a prefeito, a deputado?". Então, a anticandidatura era também para contaminar os mais diversos setores do partido, era o exemplo que a liderança deve dar.

Foi também uma decisão penosa e difícil, porque eu punha-me a pensar: disputar um cargo que já está preenchido e percorrer o país para falar a eleitores que não iam votar, confesso que eu ficava com receio de cair no ridículo. Mas o que aconteceu foi o contrário, felizmente. Foi aquela explosão, milhares de pessoas acompanharam nossos comícios pelo país inteiro.

— Além do fortalecimento do partido e a mobilização da Nação para as questões que o senhor levantava, que outras conseqüências, a seu ver, foram trazidas pela anticandidatura?

— Eu acho que a anticandidatura foi um marco, indiscutivelmente, neste ciclo que nós sofremos. Porque, depois dela, nós tivemos aquela tromba d'água que foram as eleições de 74, uma verdadeira enchente, fazendo com que eles então passassem a engendrar esse arsenal de casuismo que todos nós conhecemos, desde a sublegenda até o biônico e todos os outros artifícios criados no sentido de conter a sociedade, procurando conter aquele que era então o único instrumento que a sociedade dispunha para manifestar sua discordância e inconformidade, o MDB.

— Mas a anticandidatura trouxe também um despertar, vamos dizer assim, do regime para o crescimento da oposição. Hoje, passados seis anos, como o senhor analisa este relacionamento entre governo e oposição?

— Este relacionamento foi caracterizado por não haver relação. Isso, aliás, é peculiar aos regimes de arbítrio. O arbítrio não quer relacionamento, o arbítrio impõe. Então, o que aconteceu durante toda a atuação da oposição, inclusive depois de 74, foi que nós, na verdade, nunca fomos procurados — procurados que eu digo no sentido de debater, de ser reconhecido como protagonista. O

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

**RADIO
UNIVERSAL
FM STEREO**

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".

diálogo político não é só o encontro físico, é preciso ter uma pauta. É preciso que quem vai dialogar leve propostas e ouça propostas. Mas qual é a do governo? Fez a anistia, mas isso era uma exigência da sociedade. E, agora, as eleições diretas para governador, em 82. Acontece, porém que tudo isso é muito tímido para que nós possamos recuperar a voz, a sociedade ainda não tem voz.

Por exemplo: quando da votação da emenda das eleições diretas, colegas seus da imprensa me procuraram para perguntar se eu não achava um bom sinal o fato de todos terem votado, de a emenda ter sido aprovada por unanimidade. E eu disse: isso demonstra que quando há proposições concretas e objetivas, apesar de tímidas, nós votamos. Não podemos ser chamados de opositoristas sistemáticos. Quando o governo faz propostas patrióticas, ajustadas àquilo que a sociedade quer, há esse entendimento que houve. Agora, não pode haver entendimento quando as propostas são retrógradas, imobilistas, que tem sido um parto difícil junto aos próprios parlamentares do governo. Eles se dizem violentados com estas propostas e acabam apelando para o escapismo, para a emenda da preguiça remunerada, que é o decurso de prazo. Nesses casos, não pode haver entendimento ou diálogo.



Só uma Constituinte resolve nossa crise

— Discute-se muito, atualmente, a tese de que a grave crise que o país atravessa está a exigir um novo pacto social no Brasil. Até onde o PMDB — que tem sido acusado de intransigência — pode negociar e fazer propostas buscando este novo pacto social?

— Antes de tudo, é preciso dizer o óbvio. O país vive uma crise muito grave, que pode levar-nos a turbulências sociais. Agora, eu pergunto: a oposição é culpada disso? Não, é claro que não. A oposição vem alertando sobre isso, vem denunciando essa situação há 16 anos. A oposição disse que enquanto esta Nação estivesse nas mãos de poucos, enquanto as decisões fossem tomadas pelo clube fechado dos tecnocratas, isso iria levar o país para a ladeira perigosa dos impasses que estão aí hoje: impasse social, impasse institucional, falta de credibilidade interna e externa, a inflação.

É como diz aquela música do Chico Buarque: quem inventou o pecado faça o favor agora de desinventar.

Você fala em pacto social. Para haver um pacto social é preciso ouvir a voz da sociedade. E hoje a sociedade brasileira é constituída em sua maioria pelos destituídos, pela favela, pelo povão. Hoje, 70% deles estão nos grandes centros urbanos e isso gera uma consciência nova, gera a reivindicação, coisa que antigamente não acontecia. Então, quando se fala em pacto social é preciso entender que a sociedade não são só as elites, a cúpula de Brasília, mas sim todo esse povão.

Nós também queremos um pacto social, mas isso pressupõe a presença da sociedade, pressupõe ouvi-la, liberá-la. E isso só é possível hoje no Brasil através de uma Assembleia Nacional Constituinte. Ela é uma fatalidade. Primeiro, por uma questão de direito público, porque eu desafio alguém a resolver a situação do Brasil atual a não ser através de uma constituinte; Segundo, pela nossa própria experiência, nós sempre saímos de nossas crises através da constituinte; e, terceiro, porque é uma reivindicação popular.

Na batalha por uma democracia de fato

Djalma Marinho tenta a eleição para presidente da Câmara

Por JORGE SÁ DE MIRANDA

— A maioria da Nação busca a democracia. Não é otimismo, é realismo. Mais ainda, este é o sentimento da Nação.

É o deputado Djalma Marinho, do PDS do Rio Grande do Norte, exercitando sua pregação democrática no Congresso Nacional em casa, nas ruas, em todo lugar. Sua fé é que o Brasil chega à democracia, sem adjetivos. É sua convicção é que ele ajudará a florescer esta democracia a partir de março, na Câmara dos Deputados, na qual é candidato à presidência, "para ganhar".

Conta com o apoio das oposições e dos dissidentes do PDS, a maioria destes, na verdade, dissidentes da forma de agir do líder do Governo na Câmara, Nelson Marchezan, o adversário de Djalma Marinho na disputa pela presidência. Numa eleição que será secreta — "na cabine, sozinho, cada um é senhor de sua vontade", diz um deputado do PDS que não se comprometeu publicamente com a candidatura Marinho.

É o candidato dos partidos de oposição e dos dissidentes do partido governista sabe o peso do voto secreto. Afinal, são 72 anos de vida, a maioria deles dedicada à política, que começou a praticar em 34, no Rio Grande do Norte, quando se elegeu deputado estadual.

— É preciso construir no País um clima de generosidade que permita o grande diálogo que a Nação está a exigir. Somos todos responsáveis — sobretudo nós, representantes legítimos do povo brasileiro. Está na hora do grande gesto da concórdia para a reconstrução institucional, que passa pelo reconhecimento da legitimidade do conflito e da controvérsia.

Marinho disse isso da tribuna da Câmara, na semana que antecedeu o recesso do Congresso Nacional. Foi aplaudido pelo plenário, então com cerca de 200 parlamentares. Era o discurso em que se anunciava candidato à presidência. Aplaudido várias vezes, emocionou-se mas não perdeu o tom de voz seguro.

Nestes momentos, ou quando levanta a voz para falar de suas convicções democráticas, tem-se a impressão de que quem fala é um homem alto e forte. Não

é. É um nordestino franzino, baixo, magro, que uma vez ousou gritar:

— Ao meu rei tudo, menos a minha honra.

Era dezembro de 1968, vésperas do dia 13, data da edição do Ato Institucional nº 5 que, entre outras consequências, fechou o Congresso. Djalma acabara de recusar-se a votar pela licença pedida pelo governo Costa e Silva para processar o então deputado Márcio Moreira Alves. Naquela época renunciou à presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, por não concordar com a intromissão do Governo no Legislativo. No livro *Desde as Missões — saudades, lutas e esperanças*, o ex-senador Daniel Krieger classifica o discurso de Djalma naquela dezembro de 68 como "uma das mais expressivas páginas da história do Parlamento brasileiro".

Este episódio marcou sua trajetória e solifica sua fé na democracia. Hoje, ao pregar o Estado democrático, ele lembra as palavras do presidente Figueiredo, que jurou fazer deste País uma democracia. Quando alguém levanta a dúvida de que o general-presidente poderá quebrar a jura que fez — afinal, tantos outros generais-presidentes já prometeram a democracia aos brasileiros — Djalma Marinho contesta, repetindo praticamente um dos trechos do discurso que pronunciou quando se lançou candidato.

— Destaco a ação do presidente Figueiredo, e o faço pelo seu esforço desconhecível de promover a abertura política. Se seu projeto não existisse, a minha candidatura não teria sentido. Seria, apenas, um desafio e um confronto. A minha postulação só é viável por força da política de distensão.

Ao mesmo tempo, no entanto, não pode esquecer que a candidatura do gaúcho Nelson Marchezan tem o apoio do Palácio do Planalto, nascida de uma

idéia do secretário particular do presidente da República, Heitor Aquino Ferreira, um *zoilo* (crítico injusto, invejoso; detratador de Homero, como ensina o *Aurélio*), na definição de Djalma Marinho. Mas aí relembra a jura presidencial e a necessidade de o Governo respeitar uma das preliminares do Parlamento, seu direito de autogovernar-se.

— Nós é que devemos escolher. O Marchezan foi escolhido pelo Aquino. O Marchezan era nosso líder, mas sua candidatura veio da antecâmara para a Câmara. Nada tenho contra a pessoa do Marchezan, que foi a primeira pessoa a quem comuniquei oficialmente minha candidatura. Mas tenho tudo contra o processo pelo qual nasceu a sua candidatura.

Quando discorre sobre a intromissão do Poder Executivo, este nordestino mirrado fica possesso. Porque democracia, diz ele, não admite intromissões como a do secretário particular do Presidente da República no Poder Legislativo.

— A Nação quer a democracia, um regime de direito.

— De direita, deputado?

— De direito, ouviu? Não diga de direita. Não faça isto comigo que você me mata. Vamos arrumar nossa casa. Vamos restaurar as prerrogativas. Vamos erradicar os dispositivos que nos aviltam como poder de Estado. A anistia deve chegar ao Legislativo. O Legislativo tem de ser um parceiro real do chefe do Executivo no processo de se restabelecer a democracia no Brasil.

E lembra absurdos que acontecem hoje no Parlamento. Por exemplo: emendas à Constituição e projetos de parlamentares são *rejeitados* por decurso de prazo, quando esgotam seu prazo de tramitação sem serem votados. Mas quando é o Governo que apresenta

emendas à Constituição e projetos, e o Congresso não os vota, são *aprovados* por decurso de prazo.

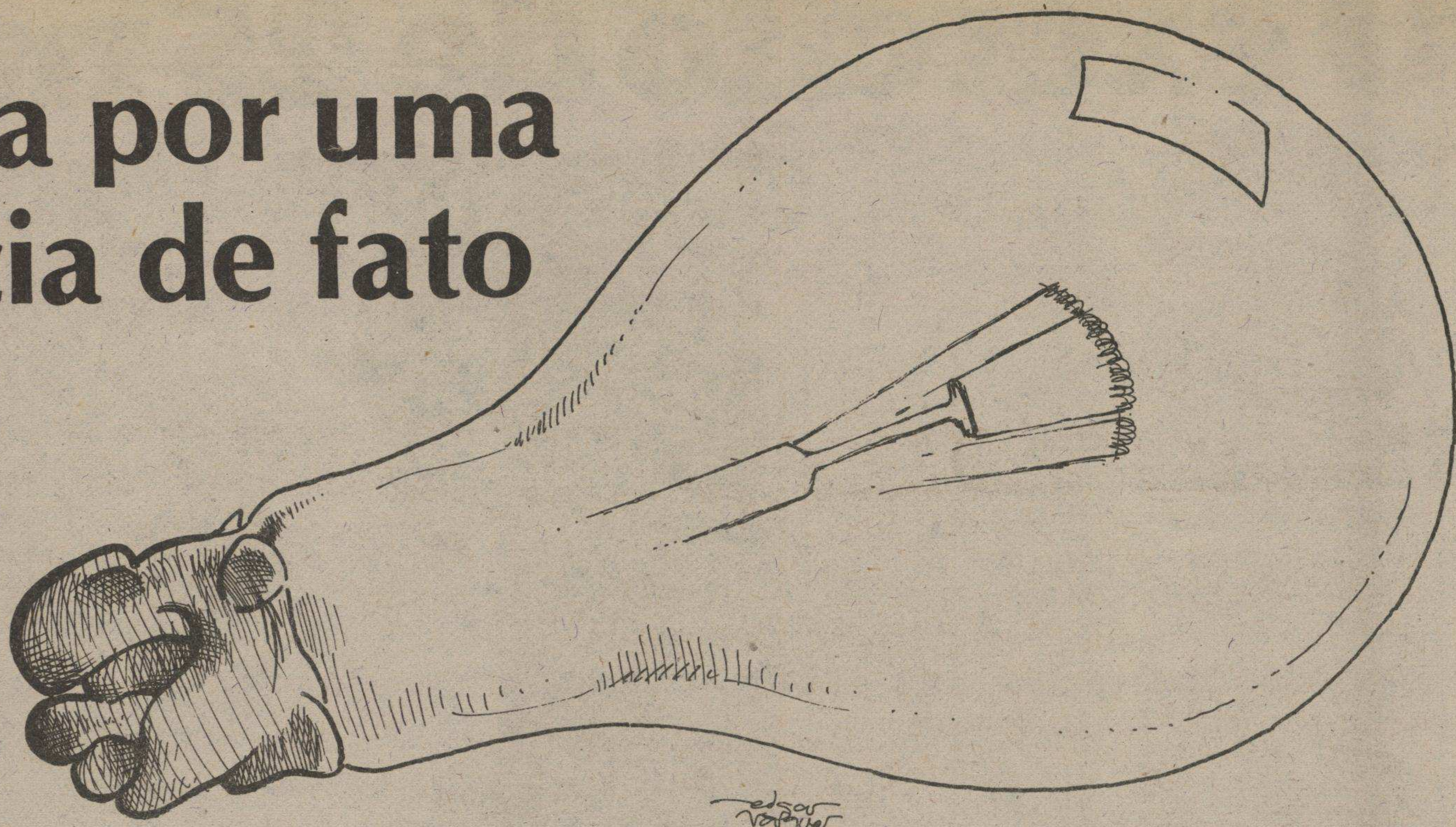
Com vaidade até, diz que isso mudará quando ele for presidente da Câmara. Garante que voltará a apresentar sua emenda das prerrogativas do Congresso. E apresentará como presidente da Câmara, eleição em que não admite derrota. E com isto se despedirá da política: "Retorno à advocacia no Rio Grande do Norte. É o meu último mandato porque tenho autocritica. Vou dar lugar aos mais jovens. Vim nesta, porque perdi na outra".

A outra que perdeu foi em 1974, quando se candidatou ao Senado. Foi derrotado por Agenor Maria, então do MDB, hoje no PMDB. Não guarda mágoa desta derrota, nem da de 1960, quando perdeu a eleição para governador do Rio Grande do Norte para Aluizio Alves, seu adversário político no estado até hoje.

Assim se encerrará a carreira deste ex-udenista, que cumpre agora seu sexto mandato na Câmara Federal — três pela UDN, dois pela Arena e agora no PDS. Mas antes precisa vencer o 26 de fevereiro de 1981, quando a Câmara elegerá seu novo presidente. Que, repete ele, se chamará Djalma Marinho.

Tem a vitória como certa, antes do jogo, e não mostra preocupação por isto. Confia nos que estão lhe dando apoio. Um apoio ostensivamente demonstrado a partir do momento em que terminou o discurso de lançamento de sua candidatura, quando foi cumprimentado por boa parte dos 200 parlamentares que antes tinham aplaudido. Apenas seis deles não se levantaram de suas cadeiras para cumprimentar o candidato. Os seis são do PDS. E Djalma Marinho não se preocupa:

— O voto secreto é uma grande arma.



BG VIGIA E SERVIÇOS ESPECIAIS

- Vigia Feminina
- Vigia Particular
- Segurança em serviços especiais

- Porteiros
- Limpeza e conservação



Av. Alberto Bins, 986 —
Fones: 24-7000 25-8758 21-0655

O exército de 25 milhões

A situação do menor brasileiro é uma espécie de vergonha nacional. Da força de trabalho total do País, 25% são compostos por menores entre 10 e 14 anos de idade. Na lavoura, na indústria e no setor de serviços das grandes cidades, eles são explorados, mal pagos e obrigados a trabalhar tão dura e arriscadamente como qualquer adulto. Mas a maioria sequer consegue trabalho: são os trombadinhas e as meninas que a partir dos 10 anos de idade vivem nos prostíbulos do Brasil inteiro, de Manaus a Porto Alegre.

No ano dois mil, o Brasil terá 70 milhões de crianças carentes, incapazes de reivindicar qualquer coisa. Hoje, o País tem 25 milhões de menores em total estado de carência e miséria. As verbas destinadas aos programas de assistência direta à criança somam Cr\$ 5 bilhões, ou seja, o Estado brasileiro destina apenas Cr\$ 200,00 por ano para cada criança.

Durante oito anos, o jornalista capixaba Carlos Alberto Luppi, de 30 anos, há 10 radicado em São Paulo, pesquisou e coletou dados sobre a situação do menor no Brasil, entrevistou trombadinhas, autoridades e pais de família. Ele reuniu este material no livro *Agora na Hora de Nossa Morte*, a ser lançado na segunda quinzena de janeiro (Ed. Brasil Debates, São Paulo). Ilustrado com fotos, Luppi publica também 27 relatos reais:

— São menores presos atrás das grades, amarrados em correntes, no interior, enquanto os pais trabalham; a tortura, a fome e o suicídio de crianças por desespero; há relatos de pais que colocam éter no ânus das crianças para pararem de chorar. Conto casos de meninas de 13, 14 anos, que estão na Boca do Lixo de São Paulo e são obrigadas a engravidar para não sair da área de influência da cafetina — conta o jornalista.

Luppi, que é membro do Conselho do Movimento em Defesa do Menor de São Paulo, mostra também a violência policial contra o menor. Relata a história de seis menores assassinados em São Paulo através do depoimento de seus familiares, relaciona o nome de 120 garotos desaparecidos depois de caírem nas mãos da polícia paulista, e analisa o caso de Zé Branquinho e João Conde, um dos que mais aterrorizaram São Paulo: em 73, os dois menores seqüestraram um ônibus, puseram fogo no veículo e estupraram e assassinaram uma passageira.

Mistura de reportagem e ficção, *Agora na Hora de Nossa Morte*, além de trazer mais de 200 palavras da gíria do menor das grandes cidades brasileiras, utiliza dados da realidade para projetar o final: a tomada do Palácio dos Bandeirantes por dois mil garotos armados.

A seguir, alguns trechos do livro.

Mal alimentado, subnutrido, sem acesso à escola ou simplesmente abandonando-a desde cedo pela necessidade de sobreviver ou então ajudar sua família, o menor vem sendo explorado, escravizado e usado como mão-de-obra nas piores condições possíveis. A tal ponto que o trabalho infantil é hoje uma espécie de vergonha nacional.

Crianças vêm sendo exploradas sistematicamente não só nos países subdesenvolvidos como também nos países industrializados. A Organização Internacional do Trabalho afirma existirem 53 milhões de crianças em idade inferior a 15 anos trabalhando em regime de tempo integral em todo o mundo. Estas crianças estão empenhadas em trabalhos árduos e arriscados como se fossem adultos.

Um exemplo é sintomático: nos Estados Unidos, a indústria da pornografia infantil usa anualmente mais de 500 mil crianças. Nesse mesmo país, no ano passado, o Departamento de Trabalho descobriu menores de idade trabalhando ilegalmente no desempenho de



Mair Benedicto/F-4

tarefas das mais perigosas, como a condução de tratores agrícolas, manipulação ou fabricação de substâncias explosivas ou operando serras industriais. Isto levou o presidente da Odissey House de Nova York, Judien Densen Gerber, a afirmar numa entrevista a Margareth Loke, do *The New York Times Magazine*, que "as crianças são os últimos escravos ainda explorados em nosso planeta, em nosso século".

O especialista está sendo no mínimo condescendente. Nos países em desenvolvimento, o trabalho infantil não só é uma espécie de trabalho escravo, como vem sendo um verdadeiro sintoma de desumanidade e desonestidade. Os autênticos abusos que se verificam com relação ao trabalho infantil demonstram com clareza absoluta até onde o capitalismo está sendo selvagem: "O processo de industrialização nas nações em desenvolvimento estabelece condições de trabalho e de vida para as crianças que muito se assemelham as das terríveis condições de trabalho infantil nas minas, fábricas e cortiços da Europa e da América do Norte nos idos do século XIX", observa um pesquisador americano.

Mas é ainda muito pior.

A Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela ONU, deixa claro que nenhuma criança deve ser "admitida no emprego antes de completar uma idade mínima adequada". A formulação, sem dúvida, é bastante vaga e alguns afirmam que tal princípio é quase uma espécie de aval branco aos abusos que se cometem em todo o mundo.

O Bureau Internacional do Trabalho revela que no mundo há 52 milhões de crianças com menos de 14 anos trabalhando e que "muitas são maltratadas e a maioria é explorada". A Organização Internacional do Trabalho afirma que 42 milhões destas crianças não têm salários ou submetem-se a horários desumanos, principalmente nos trabalhos agrícolas. Isso, além da prostituição em larga escala e do tráfico de crianças.

Atualmente o Bureau Internacional do Trabalho esforça-se para que os países adotem o princípio de que uma criança só possa vir a trabalhar com a idade mínima de 15 anos, o que é uma recomendação da 58ª Conferência Internacional do Trabalho. Mas o cumprimento disso é extremamente difícil, de tal forma que hoje em dia o trabalho infantil é literalmente sinônimo de exploração e de abuso.

Vejam o caso brasileiro: além dos milhares de menores carentes que perambulam pelas ruas das principais cidades e estradas brasileiras, sem chance de qualquer trabalho e mesmo de biscates, 25% da força de trabalho total do país compõem-se de menores de idade, entre 10 e 14 anos. São quase 9,5 milhões de crianças.

A presença da mão-de-obra infantil — crianças com menos de 14 anos — é crescente na lavoura brasileira. Em 1975, nada menos que 4,5 milhões de menores pararam seus estudos para trabalhar na lavoura, para reforçar o orçamento familiar.

— A criança de 11 a 13 anos que sai para o trabalho às 5 horas da manhã, na condução dos trabalhadores volantes, e que retorna às 18 horas para casa, sem condições de estudar, consegue hoje trazer de 20 a 50 cruzeiros por dia para casa. Quando chegar à idade adulta, todavia, por mal ter podido estudar,

não será tão fácil conseguir remuneração substancialmente maior do que quando criança, como trabalhador na agricultura. Então, possivelmente procurará melhor sorte na cidade, onde iniciará sua luta em enorme desvantagem — assinala o deputado estadual Eduardo Matarazzo Suplicy, de São Paulo.

Na realidade, centenas de milhares de crianças no Brasil são hoje autênticos *bóias-frias*, a tentar ganhar alguns cruzeiros diários nas lavouras para aumentar os ganhos de suas famílias. Em muitas regiões há até mesmo preferência pelo trabalho do menor, que é mais barato e produz mais, segundo o empresariado. No interior da Amazônia e do Nordeste este problema é muito grave. É muito conhecido o trabalho dos gatos (elementos que contratam o trabalhador adulto para as agropecuárias a salários baixos), que não tem poupado até mesmo menores de idade.

— Verifica-se atualmente em Mato Grosso um grave problema: colonizadoras e cooperativas-fantasma, sem qualquer registro no Incra, continuam grilando terras devolutas do Estado e da União, principalmente no Vale do Rio Roosevelt. Uma delas levou vários menores de bairros pobres de Cuiabá prometendo toda a assistência e um trabalho de derrubada de matas. Lá, três dos menores desapareceram sem que os responsáveis dessem qualquer satisfação às famílias. E ainda: trabalhando para a Agripuanan, menores do Bairro Cruzinha, em Cuiabá, foram iludidos. Não receberam o prometido e ainda apanharam forte malária — informa o jornalista Montezuma Cruz.

Este é apenas um aspecto do problema do trabalho infantil no Brasil. Uma organização internacional, a Oxfan, da Inglaterra, revelou recentemente que chegava a 50 mil o número de meninas menores de 17 anos e maiores de 10, recrutadas para prostituição no Nordeste brasileiro.

Recorrer à prostituição como forma de ganhar alguma coisa e não morrer de fome é comum entre meninas já a partir de 12 anos em várias regiões do país. Os prostíbulos de Manaus, Cuiabá, Rio Branco, Porto Velho estão repletos de meninas menores de idade. As casas noturnas da Boca do Lixo, em São Paulo, têm a seu serviço mais de cinco menores de idade, em franca prostituição. No Rio, a mesma coisa. Em Belo Horizonte, meninas são agenciadas já nas estações rodoviárias e de trem.

Os abusos são diversos. "Há mais de 20 mil menores trabalhando nessas condições de explorados, principalmente em supermercados de São Paulo. Organizações particulares, a pretexto de ajudarem o menor, aliciam-no e empregam-no, recebendo das empresas por eles. O menor, por sua vez, recebe das organizações, ficando desta forma sem vínculo empregatício com as empresas para as quais trabalha", diz o juiz de Menores de São Paulo, Nilton Silveira.

No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho proíbe o trabalho do menor até os 12 anos. Dos 12 aos 14 anos ele pode trabalhar, se autorizado pelo juiz de Menores. Dos 14 aos 18 anos ele pode trabalhar sem esta autorização, se o ofício for interno. Para serviço externo, precisa de autorização. Isto é a lei que, entretanto, vem sendo descaradamente descumprida.

O médico Antônio Fernando Barros de Azevedo

realizou uma pesquisa sobre trabalho do menor em São Paulo e pôde verificar que o maior número de acidentes ocorre nos escritórios. Em 1978, o médico atendeu 727 casos de menores com dores de cabeça ou desvios na coluna, problema causado pela anatomia das cadeiras ou pelo longo tempo em que o menor permanece sentado no escritório.

O médico realizou outra pesquisa em empresa de São Paulo, com menos de 100 funcionários, envolvendo menores entre 14 e 16 anos, e concluiu: 1) os problemas apresentados no organismo dos menores (deficiências crônicas nos aparelhos cárdio-respiratórios, infecções na boca ou nariz, existência de parasitas, etc.) têm estreita relação com o serviço em ambientes insalubres; e 2) estes problemas agravam-se ainda mais porque o organismo dos menores está debilitado pela desnutrição crônica.

Um outro problema grave é a existência de mais de um milhão e meio de menores entre 17 e 18 anos que não conseguem emprego porque estão para fazer o serviço militar. As empresas nacionais e multinacionais estão discriminando os menores nesta idade. Os empresários alegam, basicamente, que empregador algum quer contratar um menor que ainda não tenha sua situação militar regularizada, porque será depois obrigado a guardar o lugar do rapaz durante o tempo em que o Serviço Militar estiver sendo cumprido. Neste período, as empresas são obrigadas a pagar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e manter o vínculo empregatício, além de ter que contratar outra pessoa para o trabalho efetivo no lugar do “empregado ausente”.

Numa pesquisa realizada em São Paulo, 70% dos empresários afirmaram que não dariam emprego ao menor antes do Serviço Militar. A mesma pesquisa revelou que o número de trabalhadores menores nas indústrias aumentou de 103 mil em 1969 para quase 300 mil em 1980. Mas, tratam-se de menores, de 14 a 16 anos, dos quais 58,53% do sexo masculino e 41,47% do sexo feminino. A pesquisa revelava ainda que 80% dos menores ao completar os 18 anos não tinham qualificação profissional capaz de garantir-lhes um salário superior ao mínimo. No Brasil todo é assim.

Especialistas paulistas reunidos durante a XI Semana de Estudos sobre o Problema dos Menores analisaram desta forma o emprego de menores em São Paulo:

— Os fatos são gritantes. Quando não se lhes usam os pulmões como foles nas fábricas de vidros, são eles, esses pariazinhas sociais, empregados em trabalhos manuais de nenhuma significação profissional, de puro automatismo. Ao final de algum tempo, gastos, depauperados, sem perspectivas de um trabalho qualificado, ingressam aos 18 anos na grande legião das massas amorfas. E, como não tiveram infância, não terão adolescência e, da idade madura em diante, que espécie de homens serão eles: vencidos ou revoltados? Mais revoltados que vencidos. Mal alfabetizados na escola primária, quando a têm, após três ou quatro anos de trabalho unicamente manual voltam à estaca zero. Dos rudimentares conhecimentos nada mais resta. Na realidade, assinam o nome, apenas. Quando muito, com esse treinamento gráfico, dá para ser um eleitor. Mas que mão-de-obra qualificada poderá sair dali?

Não se fala aqui dos menores explorados a níveis absurdos por maiores em serviços de biscates de todos os tipos. Usa-se o menor até mesmo para o tráfico de entorpecentes. Nas regiões metropolitanas, pelo menos 30% dos menores e suas famílias têm uma renda de até 1,5 salário-mínimo regional. Nestas condições, os menores são presa fácil de adultos interessados em lucros, não importam os meios.

Um menor explorado no mercado de trabalho normal é uma presa fácil a ser usado e abusado em atividades marginais. Para isso lhe é oferecido muito mais dinheiro por um adulto inescrupuloso. O menor aceita. Sai da exploração e da quase escravização no setor industrial para ser explorado em atividades ilegais.

Ele não tem saída numa sociedade organizada como a nossa com base na injustiça, onde até sua própria família acaba praticamente desintegrada no brutal processo de sobrevivência. Tanto assim que 40% de cada 100 menores que trabalham em São Paulo nas indústrias ou não sabem quem é o pai ou não sabem quem é sua mãe. Necessitado de um ponto de referência, é comum o menor ser usado por quem se apresenta para lhe dizer: “Seremos grandes amigos, nada vai-lhe faltar, mas você vai ter que fazer um servicinho para mim”.

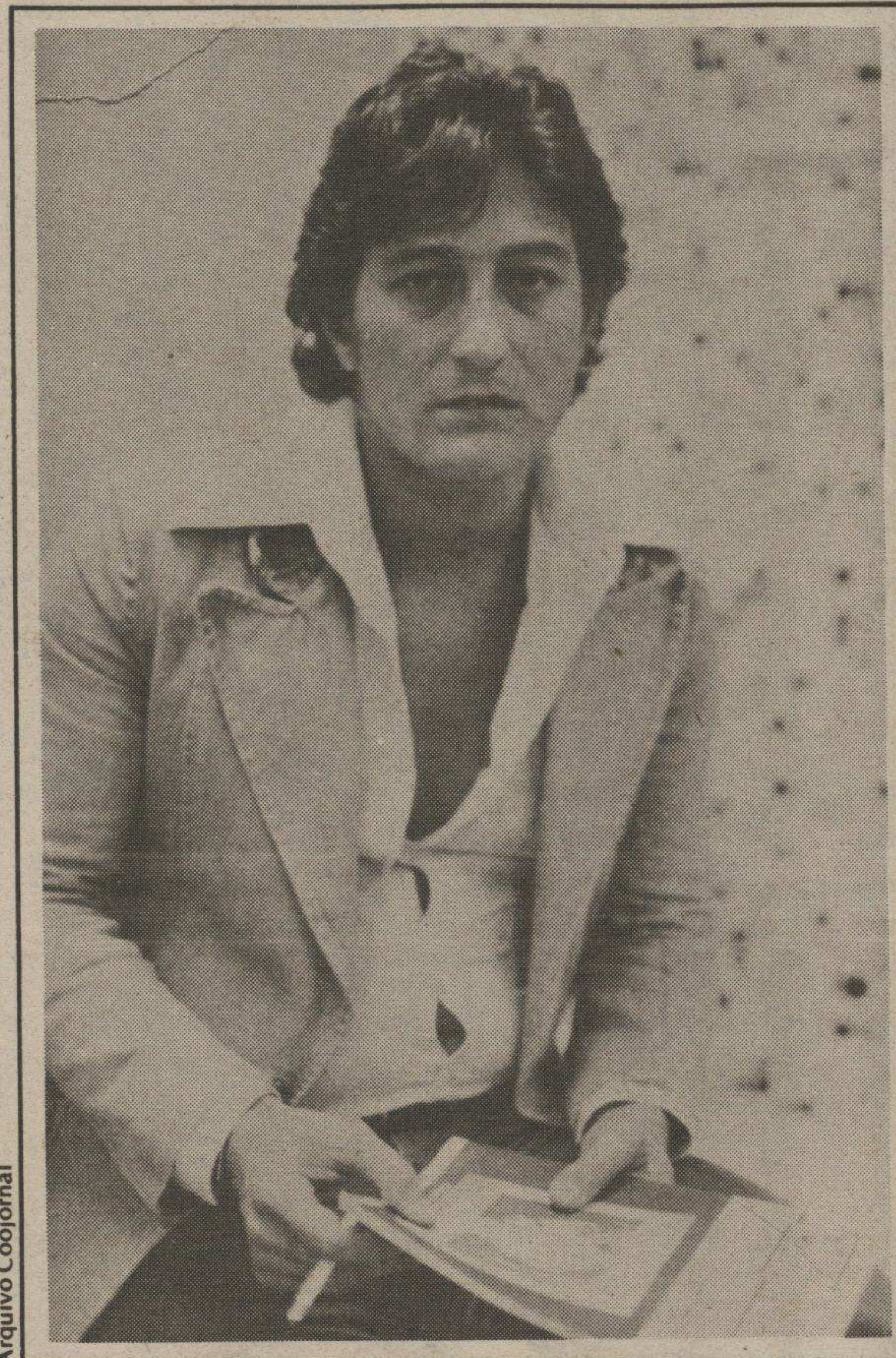
25 de dezembro de 1990

Os garotos arrancam os canos que circundam a piscina, começam a destruir os pátios do Palácio, invadem os gabinetes, rasgam os carpetes, quebram os abajures, estouram as luzes. Máquinas, papéis, quadros, decretos, estudos, móveis. Tudo rola escada abaixo, aos gritos de “liberdade, liberdade”. Portinari, Picasso, Paul Klee, Miró. As valiosas coleções do governador são cacos irrecuperáveis. O fogo começa. Atinge as cortinas, colchões, tapetes, os retratos oficiais (...)

No saguão do Palácio, sob as cinzas da véspera, o garoto Lito se acomoda na grande cadeira antes ocupada pelo governador. Tem 16 anos. A seu lado, a menina Rosa, de 15. À sua frente, em fila dupla, a proteger os líderes, dois mil garotos armados se postam. Sérios e reverentes.

Vai ter início o primeiro acerto de contas.

As portas e portões se abrem. Um a um, 16 cidadãos escolhidos a dedo, de acordo com seu grau de



Arquivo Coojornal

Luppi: oito anos de pesquisa

importância no governo destruído, são levados à presença de Lito e Rosa. Todos estão algemados, roupas ragadas, sujos de pó e cinzas.

Alguns choram. Outros, perplexos, tremem, juram inocência, pedem perdão. Há os que se auto-isentam de culpa delatando colegas.

Lito, o líder dos vencedores, fala:

— Djangos e pixotes, a 11 de agosto de 1978, era noite quando o cavalo louco Wilsinho Galiléia era sujeitado pelos gambés de São Paulo, sem poder se defender. Em sua vida sempre teve isso. Desde que era xiréu até aquele dia em que os penicos deram metranca nele, sempre trataram ele como lixo. Sempre foi tungado e banhado de oportunidades desde que era baculé na barriga de sua mãe até o buraco aberto na terra onde seu corpo arreiou. Passou fome, sede, frio, não teve sereba, nem mina, nem ninguém para lhe passar a mão sobre a cabeça quando estava de ruinzera e lixado. Passou biaba, foi marcado, tido como boca pesada, nenhum de seus direitos mais pequenos foi garantido. Foi rifado sempre. Não gozou nada de proteção. Não teve garapas e ninguém lhe deu o mais pequeno jeito de ser limpeza com sol e dignidade (...)

Desde pivete foi logo arrancado da mãe. E seu pai, que gostava dele, foi espetado pelas costas. Seu choro ninguém ouviu. E Wilsinho não recebeu das autoridades, dos homens da alta e da sociedade, qualquer cuidado especial, que a lei que está no papel manda ser dado aos baculés sem família e aos taruebas que não têm jeito nem de separar nem de sobreviver. Por onde passou, lá na Febem nos corrós, que sempre falaram que eram pra ajudar os pivetes, Wilsinho foi tungado, forçado a fantas, botou pedras pra cabeça, levou biaba, foi enrustido nos corrós dos ratos, virou peru pra tortura, lixado e maltratado com cabo da manta em cima, esmurrado na cara e piruetou. Da sociedade levou tecos, mosqueta e desgosto (...)

Todos nós, os 40 milhões de crianças carentes do Brasil de hoje somos sobreviventes de um verdadeiro inferno, com metranca e turbina na cara, o cuspe dos bacanas nos olhos, o corró, a falta de xepa e de trampo legal, tratados às queimas. Nos últimos anos este grau de sofrimento que atingiu nós foi tão grande que, lentamente, quase sem querer, formamos um exército de pivetes, pixotes e cavalos loucos. A sociedade e os homens da alta que nunca atenderam os nossos pedidos, têm agora sua resposta. Eles que nunca viram nem ouviram nossos pequenos gritos de socorro diante das violências dos postes, das zuretas, da omissão e da brutalidade, têm agora a dura resposta de toda uma nação de oprimidos, de pivetes lixados, banhados, machucados e massacrados.

O Estado Imperial de Wilsinho Galiléia está implantado.

Não haverá caguetas e nem caguetas contra pixotes, pivetes e o povo. Não haverá uns obrigando outros a pagar pau nem a desgraça de muitos por causa do interesse de poucos em nota alta com garapa. Todos vão poder estudar e tramar, ter um mocó justo, roupa legal e xepa na mesa. Aqui vai se respeitar o direito de qualquer homem, de qualquer tarueba, e a lei que vai valer não é a lei da metranca, da brutalidade, da humilhação, do lixo e da galeta. Essas coisas não vão ter vez nem voz (...).

Zureta, xiréu, corró

Em seu livro, Lupp apresenta mais de 200 palavras da gíria utilizada pelos menores das grandes cidades brasileiras. A seguir, alguns exemplos:

Django — valente
Freguesa — mulher em vias de ser assaltada
Turbinas — revólveres
Garapa — facilidade
Zureta — violência
Lixado — abandonado
Tocar a sineta — masturbação
Tungar — passar para trás
Mina — menina, garota
Zero Quilômetro — garoto não estuproado, menina virgem
Pedra pra cabeça — muita maconha na cabeça, ficar muito louco
Espetar — matar ou ferir
Peru — vítima fácil

Rifar — matar, marginalizar
Piruetar — ficar deprimido
Xiréu — aprendiz
Baculéu — coisa pequena
Metra ou metranca — metralhadora
Mica — amor
Sol — liberdade
Mercadoria — carteira
Biaba — surra
Trampo — trabalho
Gambé — polícia
Fanta — picada de droga
Galeta — nota de cem cruzeiros
Sereba — velho, velha
Tarueba — neném
Corró — cadeira
Telhado — cabelo
Penico — policiais militares

Cupom de assinatura
Coojornal

Nome: _____

End: _____ Nº: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

Profissão: _____

ASSINE O COOJORNAL

Cada assinatura anual custa apenas Cr\$ 550,00 cooJORNAL®

Rua Comendador Coruja, 372 — CEP 90.000 — Porto Alegre — RS

“Quem precisa de um Beatle?”

As últimas
declarações
de John Lennon
antes da morte

Algumas semanas antes de ser assassinado, na madrugada do dia 9 de dezembro, em frente ao edifício em que morava, em Nova York, o ex-beatle John Lennon — juntamente com sua mulher, a

japonesa Yoko Ono — finalmente cedeu aos inúmeros telefonemas, bilhetes e investidas do repórter norte-americano David Sheff, e concordou em recebê-lo para uma longa conversa. A entrevista,

a última que Lennon concedeu antes de morrer, durou uma semana e foi publicada na edição americana de *Playboy* do mês de dezembro. No Brasil, a íntegra da última

entrevista de John Lennon circulou até agora somente no Rio de Janeiro e em São Paulo, encartada na edição de dezembro da *Playboy* brasileira. A seguir, alguns trechos da entrevista:

— Por que você se tornou um homem caseiro?

Lennon — Dos 22 aos 30 anos, passei minha vida envolvido em contratos e compromissos. Eu não era um homem livre. Meus contratos eram uma manifestação física de minha prisão. Passou a ser mais importante para mim me encarar e encarar a realidade do que prosseguir no mundo do rock'n'roll — e ficar oscilando de acordo com os caprichos de meu próprio desempenho ou da opinião pública. O rock já não tinha graça para mim. Decidi não seguir os caminhos habituais de quem lida com o negócio — ir para Las Vegas e cantar seus sucessos, se você está feliz; ou ir para o inferno, que é para onde foi Elvis Presley.

— Muita gente teria continuado a trabalhar, ainda assim. É porque não consegue achar uma saída?

Lennon — Muita gente não vive com Yoko Ono.

— Quer dizer...

Lennon — Muita gente não tem uma companhia que lhe diga a verdade e se recuse a viver com um artista de merda, que é o que eu sei muito bem ser.

— Yoko, como você se sentiu ao ver John se tornando um homem caseiro?

Yoko — Quando John e eu saíamos, as pessoas se aproximavam e perguntavam: “John, o que você anda fazendo?” Mas nunca perguntavam a mim, pois, como sou mulher, nunca se espera que eu faça alguma coisa.

Lennon — Enquanto eu limpava a sujeira do gato ou alimentava Sean, Yoko se sentava à mesa, em salões enfumacados, com executivos de terno e colete que mal conseguiam abotoar, de tão gordos.

Yoko — Eu me encarregava dos negócios — a *Apple*, a *Maclen* (respectivamente, a gravadora e a editora dos Beatles) — e dos novos investimentos.

— Você tinha alguma experiência de negócios?

Yoko — Eu aprendi. De início, meu próprio contador e meu advogado não conseguiam encarar o fato de eu lhes dizer o que fazer.

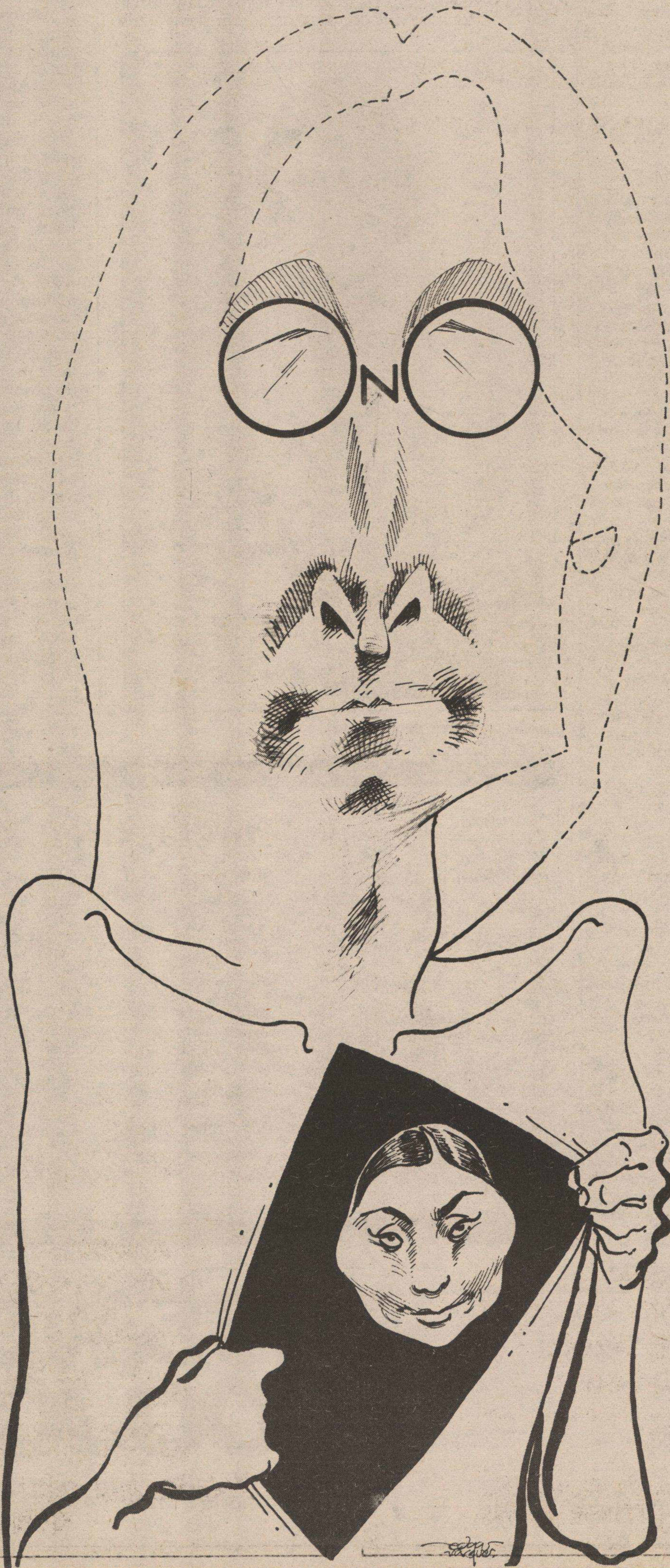
Lennon — Mais ou menos a atitude de quem diz: “Esta é a mulher de John, mas ela não pode estar realmente representando-o”.

Yoko — Você ficaria muito assustado se soubesse como fui insultada por eles.

Lennon — Eles não agüentavam. Mas têm de agüentar, pois é ela quem nos representa (sorri). Eles são machos, você sabe: imensos e gordos, bebedores de vodca, fanfarrões, iguais a cães amestrados — treinados para atacar, todo o tempo. Recentemente, Yoko fez o possível para fechar um negócio que nos daria um monte de dinheiro, inclusive a eles, mas eles lutaram e lutaram para que ela não o fizesse, porque a idéia era dela e ela é uma mulher. Mas ela acabou fazendo, e um dos rapazes lhe disse: “Bravo! John Lennon ataca outra vez”. Mas John Lennon não tinha nada a ver com aquilo.

“Ninguém me controla, sou incontrolável”

— Como vocês reagiram aos comentários negativos dirigidos, anos a fio, à mulher-dragão, como diz você?



Lennon — Nós dois somos pessoas sensíveis e ficamos muito magoados. Não podíamos compreender. Quando você está apaixonado e vem alguém e diz: “Como você pode estar com aquela mulher?”, você só tem a responder: “O que você quer dizer? Estou com a deusa do amor, a plenitude de toda a minha vida. Por que você quer atirar uma pedra nela ou me punir por estar amando-a?”

— Mas o que dizer da acusação de que John Lennon está sob o feitiço de Yoko, sob seu controle?

Lennon — Isso é baboseira. Ninguém me controla. Sou incontrolável. Sou o único a me controlar, mesmo assim...

— Muita gente acredita nisso.

Yoko — Não....

Lennon — Olhe, se alguém tiver que me impressionar, seja um Maharishi ou uma Yoko Ono, chega a hora em que o imperador fica nu. Há um ponto em que passo a perceber. Portanto, vocês aí que pensam que estou de olhos vendados, isto é um insulto a mim. Não que vocês estejam menosprezando Yoko, pois isso é um problema de vocês. O que conta é o que eu penso dela. Pois fodam-se! Vocês não sabem o que está acontecendo.

Yoko — Naturalmente, é um insulto total a mim...

Lennon — Ela não precisa de mim. Não precisa de um Beatle. Quem precisa de um Beatle?

— Por que, então, dizem isso?

Lennon — As pessoas querem se apegar a alguma coisa, a alguém. Mas quem diz ter algum interesse em mim, como um artista individual ou mesmo como um dos Beatles, e não consegue entender por que eu estou com Yoko, então é porque não entendeu nada de mim. Essa gente só quer tietar — não importa com quem seja. Mick Jaegger ou outro qualquer. Vão tietar o Mick Jaegger, então. Eu não preciso disso. Vão perseguir os *Wings*. Me esqueçam. Se é isso que vocês querem, vão atrás de Paul ou Mick. Não estou aqui para isso.

“Estou cagando para o que fazem Paul, George e Ringo”

— Você...

Lennon — Espere um minuto; às vezes, não consigo me desvencilhar desse assunto (*fica de pé*).

Ninguém nunca insinuou que Paul me dominasse ou que eu dominasse Paul! Nunca alguém achou que isso fosse anormal, dois rapazes juntos, quatro rapazes juntos! Ninguém nunca se perguntou: “Poxa, mas como esses rapazes não se separam? O que se passa nos bastidores? Qual é a de John e de Paul?” Nós passamos mais tempo juntos, naqueles dias, do que eu já passei com Yoko: nós quatro dormindo no mesmo quarto, praticamente na mesma cama, no mesmo carro, vivendo lado a lado, dia e noite, cagando e mijando juntos! Ninguém disse uma palavra sobre domínio ou controle.

Veja, estão cumprimentando os Stones por estarem juntos há 12 anos. Viiiivaaa! Na década de 80, a pergunta é: “Por que esses caras ainda estão juntos? Não podem se virar sozinhos? Por que têm de ficar em bando?” Olha-se para os Beatles e para os Stones e toda essa

rapaziada começa a parecer relíquia. Os dias em que havia essas bandas masculinas serão coisa de documentário. Haverá filmes mostrando aquele rapaz de batom remexendo a bunda e quatro carinhas com maquiagem negro-pavor nos olhos, tentando parecer repelentes. Será uma piada, no futuro — não um casal cantando junto, ou vivendo e trabalhando junto.

Quando você tem 16 anos, está certo de ter companhias e ídolos masculinos. É a coisa da tribo, do grupo, tudo bem. Mas, quando você ainda faz isso aos 40, significa que, na cabeça, você ainda não passou dos 16.

— **Muita gente quer saber se o Quarteto Fantástico é composto por inimigos mortais ou pelos melhores amigos.**

Lennon — Nem uma coisa nem outra. Não vejo *nenhum* dos Beatles há não sei quanto tempo. Alguém me perguntou o que eu achava do disco de Paul e eu disse que parecia deprimido e triste. Aí percebi que não tinha ouvido toda a coisa. Ouvi uma faixa, *Coming Up*, que acho um bom trabalho, e mais alguma coisa que me deu esta impressão. Mas não acompanho o trabalho dele. Não sei dos Wings. Estou cagando para o que os Wings estão fazendo, assim como George, Ringo, Elton John ou Bob Dylan. Não é dor-de-cotovelo; é que ando muito ocupado com minha própria vida.

“Yoko é o mestre, eu o aluno”

— **Você não falou muito de George nesta entrevista.**

Lennon — Fiquei magoado com o livro de George, *I, Me, Mine*. Portanto, este é um recado para ele. Ele publicou um livro sobre sua vida e, graças a omissões propositais, diz que minha influência na sua vida foi absolutamente zero.

— **Por quê?**

Lennon — Porque a relação de George comigo era a de um jovem discípulo com um cara mais velho. Ele tem três ou quatro anos a menos do que eu. É uma relação de amor e ódio e eu acho que George ainda acumula ressentimento contra mim, pois fui o pai que deixou a casa. Não quero ser egocêntrico, mas ele era quase um discípulo meu, quando começamos. Eu já estudava arte quando Paul e George ainda estavam no ginásio. Há uma grande diferença então.

Eu me lembro do dia em que ele me chamou para pedir uma ajuda em *Taxman*. Dei uns toques, já que ele havia pedido. Ele veio a mim porque não podia ir a Paul, pois Paul não o teria ajudado. Eu não queria fazer. Pensei: “Oh, não. Não me diga que vou ter de dar uma mão no trabalho de George. Basta o meu e o de Paul”. Mas, como eu gostava dele e não queria feri-lo, quando ele me chamou eu disse: “Está certo”.

George ainda não tinha se firmado como compositor. Como cantor, a gente permitia a ele uma faixa em cada LP. Se você escuta os primeiros LPs dos Beatles, na edição inglesa, verá que ele ganhava sempre uma faixa. As músicas que ele e Ringo cantavam, a princípio, eram músicas que costumavam ser as mais fáceis de cantar. Portanto, eu me magoei um pouco com o livro de George. Mas não se enganem. Eu ainda amo esses caras. Os Beatles acabaram, mas John, Paul, George e Ringo continuam.

Depois de uma conversa sobre a fortuna da família Lennon (que segundo o jornal *New York Post* está em torno de 150 milhões de dólares), o repórter pergunta como é a relação entre John e Yoko:

Lennon — É uma relação professor-aluno. As pessoas não entendem. Ela é o mestre e eu, o aluno. Eu sou o famoso, aquele que supõe saber tudo, mas ela é minha professora. Ela já estava lá quando eu não estava em lugar algum, quando eu não passava de um zé-ninguém. Ela é meu Don Juan (o mestre índio *yaqui de Carlos Catañeda*). É o que as pessoas não querem entender. Sou casado com a porra do Don Juan, o que é a dificuldade. Don Juan não tem de rir, não tem de ser charmoso; Don Juan só é. E o que se passa em volta de Don Juan é irrelevante para Don Juan.

Yoko: “Quando John era um beatle, eu era invisível”

— **Como ele te ensinou?**

Lennon — Quando Don Juan disse... quando Don Yoko disse: “Saia! Você não está pegando a coisa!”, foi como ser enviado para o deserto. É a razão pela qual não deixava que eu voltasse era que eu não estava preparado para voltar. Eu tinha de experimentar as coisas dentro de mim mesmo. Quando eu estava preparado, ela me deixou voltar.

— **Você está se referindo à sua separação?**

Lennon — Sim. Nós estivemos separados no início dos anos 70. Ela me deu um pé na bunda. De repente, eu estava numa jangada, sozinho no meio do universo.

— **O que aconteceu?**

Lennon — Bem a princípio, pensei: hip-hurra! Você sabe: vida de solteiro. Viva! Então, acordei um dia e pensei: “Que é isso? Quero ir para casa!” Mas ela não me deixou voltar. Foi por isso que foram 18 meses de separação, em vez de seis. Falávamos todo o tempo por telefone e eu dizia: “Não estou gostando disso, é uma enrascada. Gostaria de voltar para casa, por favor”. E ela dizia: “Você não está preparado”. O que dizer? Está bem — e mais um trago.

— **O que ela queria dizer com “não está preparado”?**

Lennon — Ela tem os métodos dela. Sejam místicos ou práticos. Quando ela disse que eu não estava preparado, eu não estava preparado.

— **E aí mais um trago?**

Lennon — Na bebida, eu tentava esconder o que sentia. Estava simplesmente maluco. Foi um fim de semana perdido que durou 18 meses. Nunca bebi tanto na vida.

— **Por que você deu um pé em John, Yoko?**

Yoko — Muitas coisas. Sou do tipo de mulher que vai embora; há uma música no nosso novo álbum que diz isso. Em vez de lidar com os problemas de uma relação, prefiro ir embora. É por isso que sou das poucas mulheres que sobrevivem. As mulheres tendem a ir mais fundo, mas eu não... Achei que devia mudar porque estava sofrendo estando com John.

— **Por quê?**

Yoko — A pressão do público, pois fui eu quem levou os Beatles à ruptura e quem impediu que eles estivessem juntos de novo. Meu trabalho artístico também

ficou prejudicado. Pensei em deixar de ser a senhora Lennon e achei que seria uma boa idéia ele ir para Los Angeles e me deixar sozinha um pouco. Eu tinha agüentado a barra por muito tempo.

Mesmo antes, quando John era um Beatle, nós dois num quarto, na cama, porta fechada e tudo mais, se alguém esquecesse de fechar a porta, um dos assistentes dos Beatles era capaz de entrar e falar com ele, como se eu não estivesse lá. Eu era invisível. As pessoas em torno de John me viam como uma terrível ameaça. Ouvi dizer que havia planos para me matar. Não os Beatles, mas o pessoal em volta deles.

— **Como vocês se reencontraram?**

Yoko — Lentamente, comecei a perceber que John não era lá um problema. John é uma ótima pessoa. Era a sociedade que tinha se tornado insuportável. Acharmos graça disso hoje, mas começamos a namorar de novo. Queria estar segura. Estou agradecida à inteligência de John...

— **Reparem essa palavra.**

Yoko — Ele foi inteligente para saber que esse era o único caminho pelo qual poderíamos salvar o nosso casamento, não porque não nos amássemos, mas porque estava ficando pesado demais para mim. Nada teria mudado se eu tivesse voltado a ser a senhora Lennon.

— **Mas o que mudou?**

Yoko — Foi bom entrar nos negócios e recuperar meu orgulho de fazer alguma coisa. E foi bom saber que John precisava exatamente do oposto do que parecia bom para ele, naquela época.

Lennon — E aprendemos que é melhor para a família se ambos trabalharmos para ela, Yoko tratando dos negócios e eu servindo de mãe e esposa. Reordenamos nossas prioridades. A prioridade número um é Yoko e a família. O resto gira em torno.

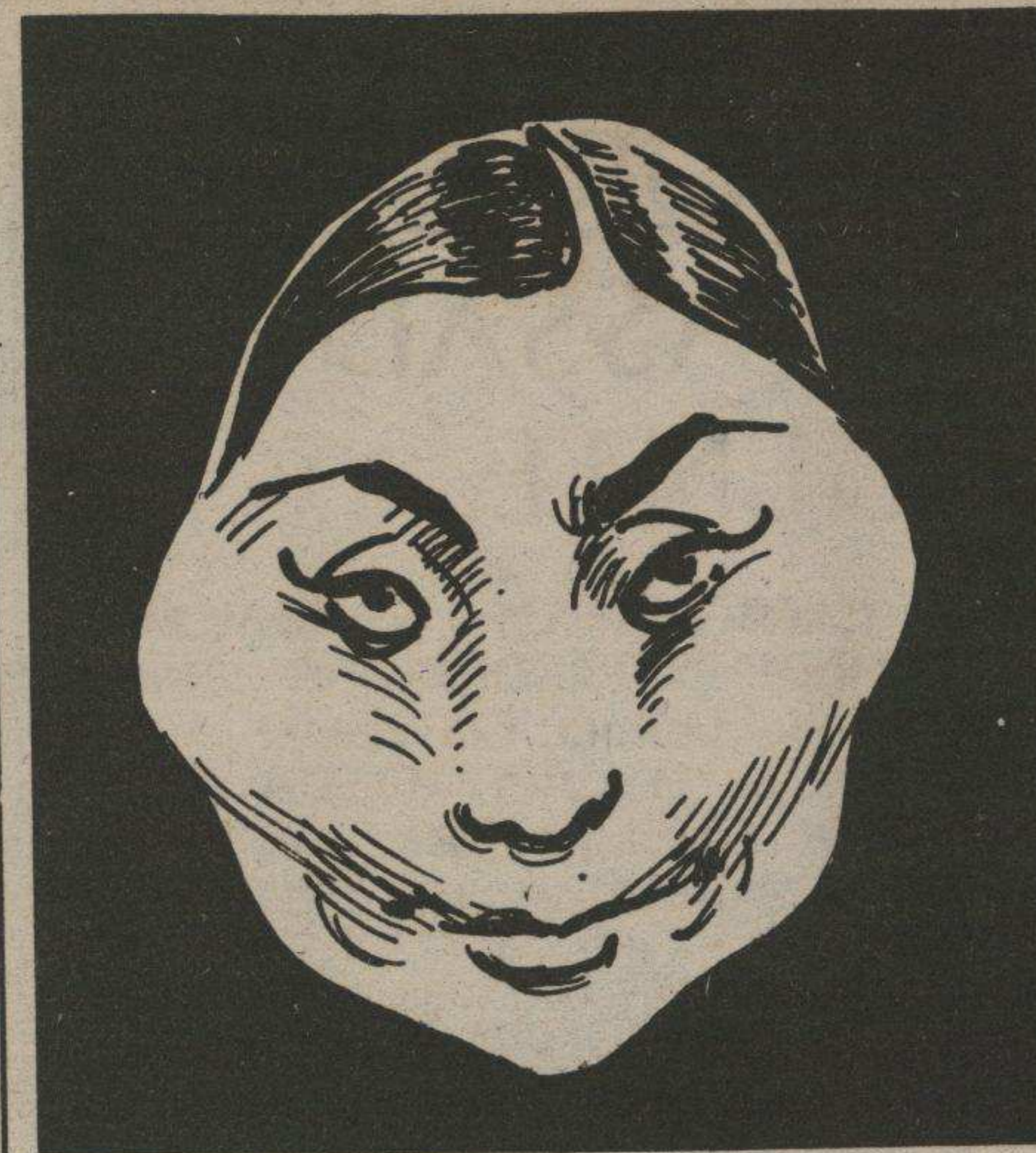
Yoko — É um trabalho duro. A sociedade, hoje em dia, prefere gente só. Os apelos são para o divórcio ou para a separação, para o homossexualismo ou para a solidão. As empresas querem gente só — que trabalhe mais, já que não tem vínculos de família. Essa gente não precisa se inquietar se está à noite em casa, ou nos fins de semana. Não há muito espaço para emoções familiares ou relações pessoais.

“Nos anos 80, você faz o seu próprio sonho”

— **Yoko, o compacto que você e John retiraram do novo álbum parece estar voltado para o futuro, não?**

Yoko — Sim, *Starting Over* é uma canção que me faz sentir vontade de chorar. Os anos 60 nos deram o sabor de liberdade — sexual e tudo o mais. Aí, após esse grande encontro que nós tivemos, homens e mulheres de certa forma perderam a pista uns dos outros e muitas famílias e muitas relações se romperam. Eu penso realmente que o que ocorreu nos anos 70 pode ser comparado com o que aconteceu com as famílias judias sob o nazismo. Só que a força que determinou a ruptura, agora, veio de dentro, não de fora. Tentamos racionalizar a coisa como o preço que estamos pagando pela nossa liberdade.

John diz, em sua música: certo, nós tínhamos energia, nos anos 60; nos anos 70 nos separamos, mas começamos tudo



de novo, nos 80. Ele está reencontrando a mim, a mulher. E o reencontro, após tudo o que aconteceu, sobre o campo de batalha de famílias dizimadas, é muito mais difícil, desta vez.

Do outro lado do disco há uma música minha, *Kiss, Kiss, Kiss*, que é o outro lado da mesma questão. Há o ruído de uma mulher que chega ao orgasmo, e ela grita para ser possuída, para ser tocada. É controversa, pois as pessoas ainda acham que é menos natural ouvir os ruídos de uma mulher que faz amor do que, digamos, o barulho de um Concorde, matando a atmosfera e poluindo a natureza. No todo, os dois lados do disco são uma prece para mudar os anos 80.

— **Qual é o sonho dos anos 80 para você, John?**

Lennon — Bem, você faz o seu próprio sonho. É a história dos Beatles, não é? É a história de Yoko. É o que eu digo agora. Faça seu próprio sonho. Se você quer salvar o Peru, vá salvar o Peru. É bem possível fazer alguma coisa, mas não dotá-lo de líderes ou parquímetros. Não espere que Jimmy Carter ou Ronald Reagan ou John Lennon ou Yoko Ono ou Bob Dylan ou Jesus Cristo venha e o faça por você. Você tem de fazê-lo sozinho.

E o que os grandes mestres têm dito desde que os tempos começaram. Eles podem apontar o caminho, deixar indicações e instruções em variados livros que são chamados de sagrados e venerados por suas capas, e não por aquilo que dizem, mas as instruções estão aí para que todos vejam. Sempre estiveram e sempre estarão. Não há nada de novo sob o sol. Todos os caminhos levam a Roma. E as pessoas não podem fazê-lo por você. Eu não posso te despertar. Você pode se despertar. Eu não posso te curar. Você pode se curar.

— **O que impede as pessoas de aceitarem essa mensagem?**

Lennon — O medo do desconhecido. É o medo dele que impele todo mundo para o sonhos, as ilusões, as guerras, a paz, o amor, o ódio, tudo isso — é ilusão. É isso o desconhecido. Aceite o desconhecido e será uma viagem tranquila. Tudo é desconhecido — aí você estará à frente do jogo. É o que é. Certo?



Luiz Heron Araújo
Olga Cavalheiro Araújo
Silvio Andriotti Silveira
Sandra Albuquerque

Advogados

Questões trabalhistas: defesa de empregados
Rua Andrade Neves, 159 cj. 114 fone: 21-8188

Advocacia em Geral — Questões
de Direito das Sociedades Cooperativas

Dr. Marco Túlio de Rose
OAB 9551 — CIC 133.646.690/15

Dr. Luiz Rache Vitello Filho
OAB 11.613 — CIC 202.967.700/00

Dra. Liliansa Berry Veiga de Rose
OAB 10.987 — CIC 210.190.880/87

Rua Uruguai, 335, s/37 — Fone: 25-2687
Porto Alegre

MEMÓRIA DO PASSADO REGENTE

OS CARBONÁRIOS — MEMÓRIAS DA GUERRILHA PERDIDA, de Alfredo Sykis, Global Editora, Cr\$ 250,00.
LAMARCA, O CAPITÃO DA GUERRILHA, de Emiliano José e Oldack Miranda, Global Editora, Cr\$ 290,00.

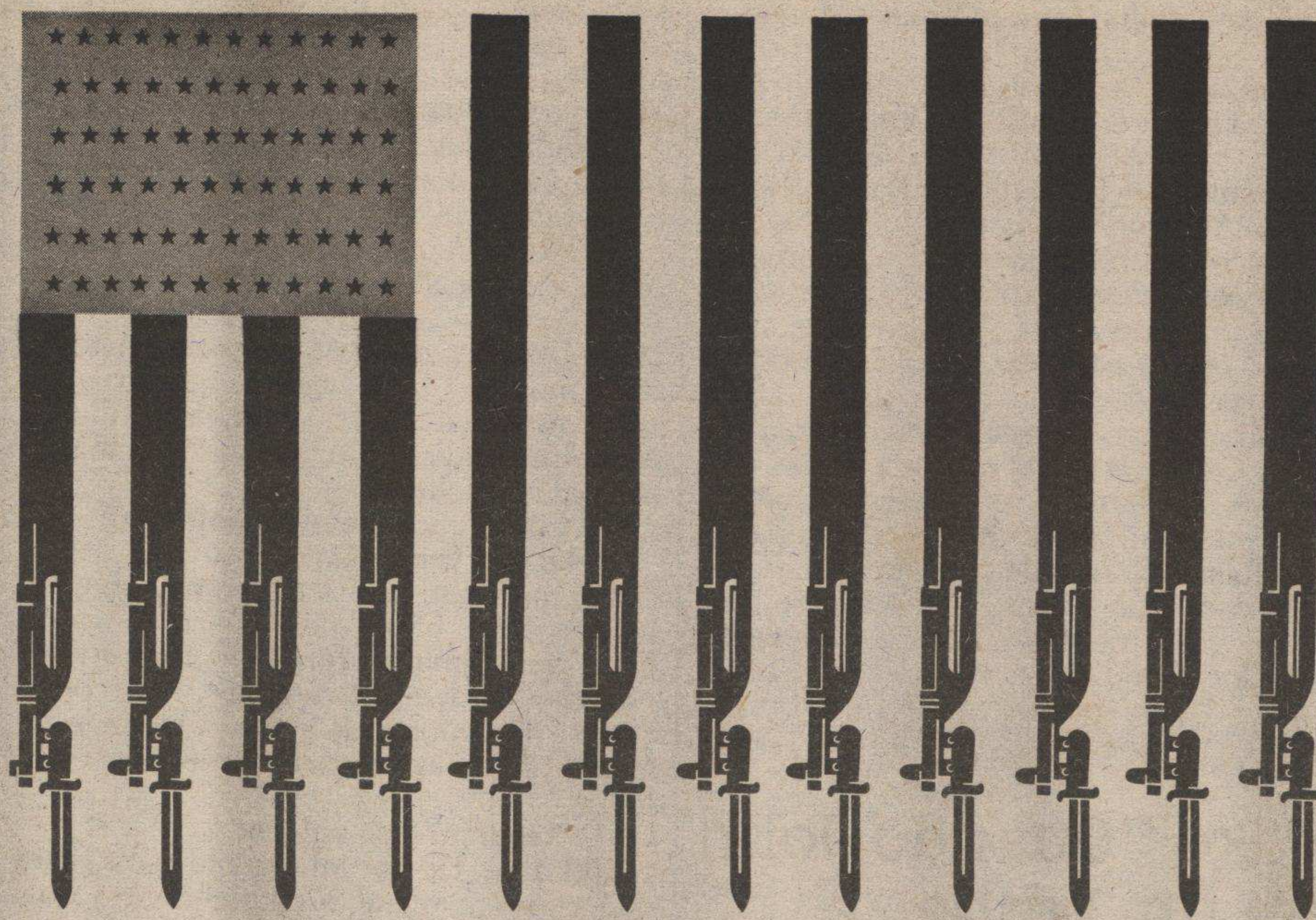
Dois livros lançados em 1980 pela mesma editora (a Global), na mesma coleção (Passado e Presente) se revestem de grande importância, não apenas pelo assunto enfocado (o golpe de 64, os longos anos de repressão e a guerrilha no Brasil), mas porque, de certa forma, ambos se completam.

Os Carbonários, é um livro de memórias que se lê como se fosse um romance, um grande romance-reportagem sobre o arbítrio e a repressão e sobre um punhado de homens e mulheres que decidem fazer frente a esse estado de coisas, jogando com suas vidas de forma ou corajosa ou ingênua ou desesperada. Na maior parte das vezes, numa atitude que conjuga essas três posturas. Mas *Os Carbonários* é, principalmente, a história de um jovem estudante secundarista que, ao tomar consciência da noite que se abate sobre o País, se torna um guerrilheiro urbano, participando de assaltos e seqüestros e convivendo e lutando ao lado de gente do porte de um Carlos Lamarca, à época, considerada a figura mais importante e perigosa dos quadros subversivos e, conseqüentemente, a mais procurada pelos detentores do Poder.

Obra escrita no exílio, a par da clareza e do estilo jornalístico, traz a força das coisas vividas. Ao contrário da maioria dos depoimentos que começam a aparecer, o autor não se mostra como um herói ou mártir, mas como um legítimo representante daqueles dias negros, com suas inseguranças e contradições, traçando com honestidade e franqueza um painel da época: as passeatas estudantis de 68, as pressões do AI-5, os seqüestros, as prisões, os movimentos internos das esquerdas, a proximidade da morte, o exílio.

Além dos fatos referidos, um aspecto importante do livro de Sykis são as referências específicas a Lamarca, escritas por alguém que conviveu com ele durante algum tempo, escondidos num aparelho, e que nos trazem dados novos sobre essa figura tão discutida do cenário político nacional.

Já o segundo livro, *Lamarca, o capitão da guerrilha*, se por um lado se detém basicamente naquele que lhe dá título, apresentando um perfil bem mais nítido de Lamarca e com mais informações sobre sua vida e, especialmente sobre os movimentos de guerrilha, por outro é uma obra mais confusa, mistu-



rando a linguagem clara e informática do jornalismo a outra mais elaborada, diríamos até mais literária. O livro, aparentemente, tem pretensões maiores do que o de Sykis. E é justamente aí que reside seu **calcanhar de Aquiles**. Não chega a atingir a riqueza de *Os Carbonários*, nem a sua dimensão de depoimento vivo. Mas nem por isso é menos importante, uma vez que faz um estudo de Carlos Lamarca, sempre mostrado pela informática do Poder como um assassino cruel e sanguinário.

Além dos conteúdos, ambas as obras vêm fartamente ilustradas por fotos e documentos, o que lhes empresta um valor ainda maior.

A Global Editora vem se destacando exatamente pela publicação constante de depoimentos e estudos sobre esse período da vida nacional que começa agora a se desnudar. Mas, se isso empresta à Global um papel importante na editoria brasileira, cumpre ressaltar-se um detalhe que compromete suas edições: a falta de cuidado na revisão. São inúmeros os erros gráficos em ambos os livros. Frases cortadas, palavras grafadas mal, às vezes, inclusive mudando radicalmente o sentido da oração. Essa, numa editora que se propõe a um trabalho de tal envergadura, qual seja, o de mostrar ao mundo a real face de um período negro da nossa história, é uma falha imperdoável.

CARLOS CARVALHO

TIROS DE GROSSO CALIBRE

LINCHA TARADO, de Dalton Trevisan, Editora Record, 116 páginas, Cr\$ 200,00.

Dalton Trevisan é o tipo do autor que consagra sua obra em busca de uma história-síntese, do puro *haikay*. Sempre reescrevendo um mesmo texto, sempre um resultado novo, sempre mais agudo, suas histórias são uma paulada nos miolos, um tiro de 38 na nossa moderada sensibilidade.

São 18 narrativas curtas, concentradas e intensificadas ao máximo, são golpes de faca afiada abrindo as víceras, fazendo brotar sangue. São sempre histórias de tempo, vida e morte, são sempre Joões e Marias fornicando, bebendo, matando e suicidando-se; são sempre paixões incontroláveis; é sempre a linguagem precisa narrando, tecendo e destecendo a vida libidinosa e instintiva vestida com trajes de cetim e seda, vida com ligas roxas, capas azuis e calcinhas vermelhas. É sempre a vida como uma torta de morangos com nata recheada com vidro moído e soda cáustica.

Lincha Tarado é um tiro nos órgãos genitais. Há nas 18 curtas histórias o quadro atávico de pessoas bebendo, fornicando, vomitando, traindo e matando como saída única para a vida.

O que espera o leitor são 18 talhos de navalha, rápidos, fundos e fulminantes; 18 pontapés em honestos traseiros. Não apenas 18 contos mas 18 tiros de grosso calibre na moderada sensibilidade de quem os lê. E qualquer um tem oportunidade de ler por 18 vezes o mais fundo e furtivo pedaço de sua alma, de rever no espelho, que é o texto de Trevisan, a poesia e a brutalidade intimamente ligadas, visceralmente unidas; o ódio e o amor de braços dados, como dois antigos e atávicos amantes. São 116 páginas de vidro moído no caldo do feijão, de soda cáustica na loção de cabelo, do pão da angústia e do vinho da amargura e, com alguma dispersa ternura, talvez, um cálice de vinho doce com broinha de fubá mimoso ou um licorzinho de ovo para reanimar o apetite sexual.

De resto, um mundo sombrio e terrível, doce e patético, habitado por homens de lenços vermelhos, por heróis com caspa na sobancelha, com galãs de dentadura dupla, com vilões que se assemelham a ratos piolhentos de esgoto,

trajando camisas de seda e gravatas azuis de bolinhas.

E finalmente: amante de ejaculação precoce, velhos tarados que buscam debaixo de blusas "dois punhados de morangos silvestres", pombinhas de cinco asas, peitinhos de 15 anos com dentinhos de ouro, broinhas de fubá mimoso.

JOÃO CARLOS TIBURSKI

ATMOSFERA DE LENDA E PESADELO

O SOL NAS PAREDES, de Carlos Herculano, Editora Independente, 100 páginas, Cr\$ 100,00.

Carlos Herculano Lopes inicia a sua carreira e começa por dar mostras de personalidade, se colocando em plano bem distinto daquele em que trabalham os pregoeiros de uma arte que, visando a comunicação a qualquer preço, assumem uma titude antiintelectualista que seria muito válida se não fosse, na maior parte dos casos, fruto de simples primarismo e má assimilação teórica.

Realizando composições extremamente curtas — uma delas não chega a meia página — o autor logra grande unidade para o volume, na medida em que insiste em um tema único: as vivências do seu passado interiorano. O quadro esboçado é o do ambiente rural, mas nos encontramos a léguas do regionalismo. Descartada a preocupação com o exotismo, o que se busca é a criação de símbolos, o levantamento de uma atmosfera que se resolve em tom de lenda, de pesadelo. E o caráter estático dos vários textos acaba por transmitir ao leitor a impressão de cenas de fundo de memória. Não há história nem ação encadeada, apenas evocação de um mundo testemunhado, síntese de uma emoção decantada que aspira pela pura poesia. A linguagem plena de metáforas completa a visão expressionista da realidade.

O tom narrativo — uma espécie de discurso ancestral — é marca do estilo:

"Tenho o canto de mil bocas em meu corpo fechado pelo homem que um dia, sem que meu pai ou capatazes soubessem, entre rezas e raízes mágicas, benzeu a minha mente e em cortes profundos uma imagem guardou o meu peito contra balas ou serpentes que em meu caminho, em forma de santos ou bandidos, atravessassem". (pág. 60)

O ritmo enumerativo é constante e às vezes chega até a dispensar os verbos principais:

"Diques abertos e reis e valetes nas mesas, Cristo e damas nas rochas, turmalinas nas águas e a riqueza nos brejos entre tropeiros e desertores. Faca na bainha com cachaça na guela e os olhos sem enxergar o sol." (pág. 33)

Certos contos, como o número 20, assumem a feição de parábolas bíblicas, de narrativas exemplares.

Ao mesmo tempo em que exprime a violência e brutalidade do ambiente primitivo das zonas rurais, Carlos Herculano Lopes parece tocado de nostalgia pelas transformações que o progresso vai impondo ao campo. O conto número 27 é interessante sob esse aspecto. Dá-se como se algo legendário estivesse acontecendo. E aquela mudança vai sendo sugerida, não como modificações superficiais, mas como algo que envolve o personagem, que o atinge na sua mais profunda percepção das coisas.

RUI MOURÃO



Estudante!

O Coojornal está selecionando representantes para vendas de assinaturas. Aproveite o tempo disponível nestas férias! Tratar na Rua Comendador Coruja, 372, ou pelo fone 33-5099

COOJORNAL

Faça seu pedido pelo reembolso postal para Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS



Lançamentos

SEM FALSIDADES, de Liv Ullmann. Este livro, de certa forma, é uma continuação de *Mutações*, pela maneira com que a autora revela aspectos de sua personalidade. Editora Nórdica, 96 páginas, Cr\$ 180,00.

MOÇAMBIQUE, COM OS MIRAGE SUL-AFRICANOS A QUATRO MINUTOS, de Licínio de Azevedo. Durante mais de um ano, o autor trabalhou em Moçambique e o livro é o resultado de suas observações. Editora Global, 12ª páginas, Cr\$ 200,00.

A AMEAÇA VERMELHA: O PLANO COHEN, de Hélio Silva. A principal fonte das pesquisas foram os depoimentos prestados pelo próprio autor do plano, o falecido general Mourão Filho. Fica, assim, desvendado um dos mais insistentes mitos da moderna historiografia brasileira. Editora L&PM, 304 páginas, Cr\$ 520,00.

IMPRENSA: UM CAMINHO PARA A LIBERDADE, de Moacir Pereira. Os capítulos do livro mostram uma dicotomia sempre presente entre liberdade de imprensa e regimes políticos, liberdade de imprensa e sistemas de comunicação, liberdade de imprensa e censura, liberdade de imprensa e direito à informação. Editora Lunardelli, 200 páginas.

ADMINISTRAÇÃO, PODER E IDEOLOGIA, de Maurício Tragtenberg. Analisa desde a ideologia administrativa das grandes corporações ao detalhamento do problema de greves e a nova posição dos empresários diante delas. Editora Moraes, 200 páginas.

DIÁLOGO OU CONFRONTO? América Latina e a Nova Ordem Econômica Internacional, organizado por Sérgio C. Buarque. Neste livro, os debates de Canela, no Rio Grande do Sul, sobre o Relatório Brandt. Editora Paz e Terra, 206 páginas.

TRANSIÇÃO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA (Chile com Allende), de Sérgio Bittar. Preso durante alguns anos na Ilha de Dawson, o autor teve a oportunidade de conversar com diversos líderes operários, políticos e intelectuais sobre as causas do colapso de uma das mais arrojadas experiências socialistas na América Latina. Editora Paz e Terra, 430 páginas, Cr\$ 640,00.

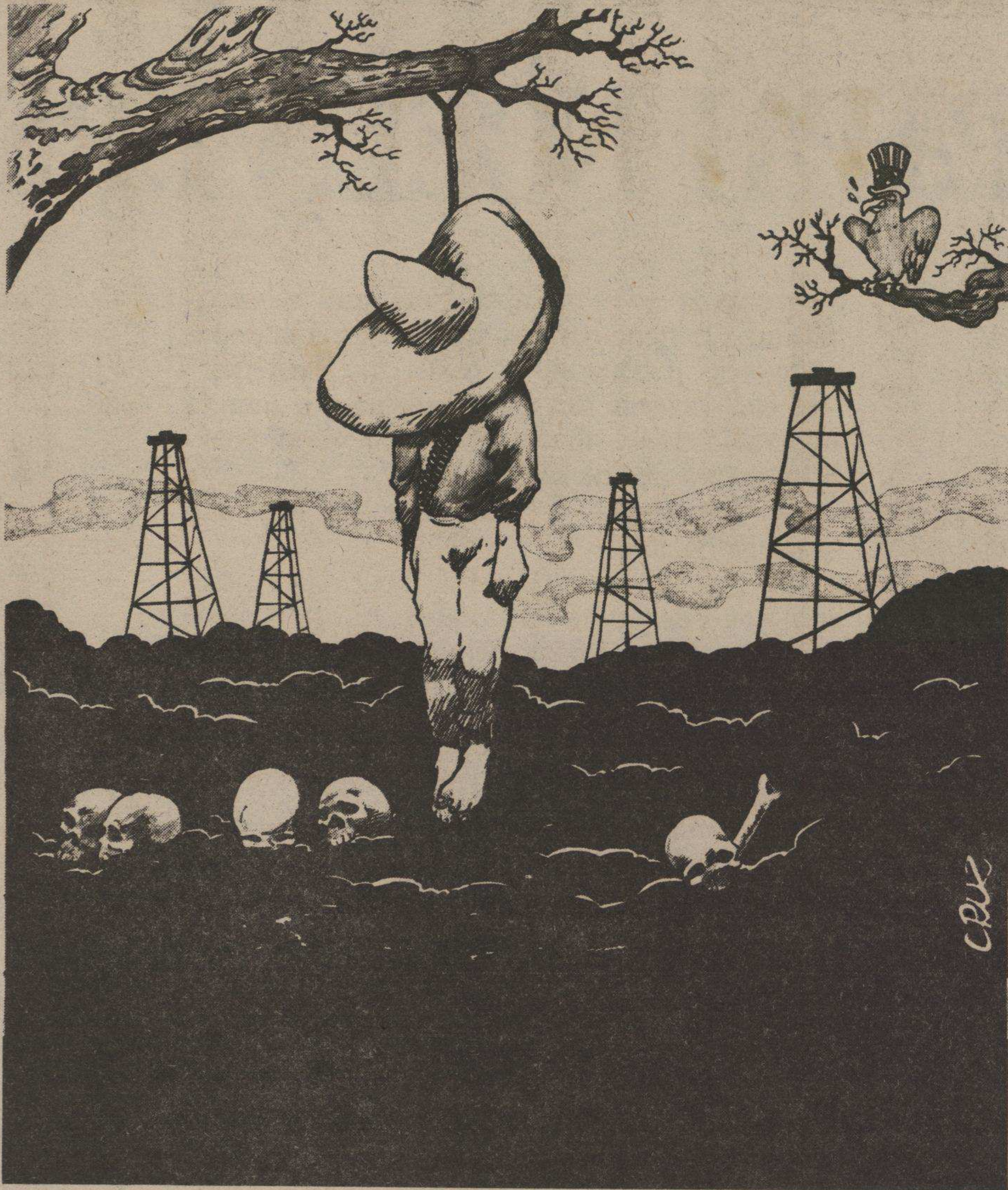
A MAIOR VIOLÊNCIA DO MUNDO — Baixada Fluminense, de Percival Souza. Repórter policial do *Jornal da Tarde*, de São Paulo, Percival é cada vez mais conhecido pelas suas reportagens sobre o mundo do crime e da violência de um Brasil recente. Editora Traço, 142 páginas, Cr\$ 280,00.

ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA n° 26, MULHER, HOJE. Este número especial traça um amplo panorama da mulher brasileira atual, com artigos sobre a antropologia da mulher, feminismo e freudismo, os marxistas e a elaboração teórica sobre a mulher, um estudo de caso do trabalho feminino no campo, entre outros. Editora Civilização Brasileira, 240 páginas, Cr\$ 200,00.

AVISO AOS NAVEGANTES ou A BALA ADORMECIDA NO BOSQUE, de Jamil Almansur Haddad. Tahar ben Jelloum, crítico literário do *Le Monde*, assim se referiu à obra desse poeta brasileiro: "Destá vez o aspecto militante da poesia não exerce ação redutora. No seu texto não há slogans nem demagogia... Sua poesia é sonho misturado à realidade, um canto nascido da história. sua voz nos chega ardente e fraterna como a de Nazim Hikmet". Livraria Editora Ciências Humanas, 350 páginas.

A TAIPA DA INJUSTIÇA (Itaipu x Agricultores Expropriados), de Juvêncio Mazzarolo. Agora, em livro, o drama dos colonos expulsos de suas terras para dar lugar a Itaipu e que até agora não tiveram uma solução para seus problemas. Editado pela Comissão Pastoral da Terra, 70 páginas.

NOSTALGIA, de Renato D'Arrigo. Uma coletânea de crônicas publicadas nos jornais *Zero Hora*, *Hoje* e *Pato Macho*, de Porto Alegre, entre 1969 e 1975, além de alguns artigos do autor no antigo *Caderno de Cultura*, de *Zero Hora*. Salamandra Editorial, 174 páginas, Cr\$ 300,00.



ANATOMIA DE UM PODER POLÍTICO

A CABEÇA DA HIDRA, de Carlos Fuentes, Editora Nova Fronteira, 278 páginas.

O BEIJO DA MULHER ARANHA, de Manuel Puig, Editora Codecri, 246 páginas.

A *Cabeça da Hidra*, do mexicano Carlos Fuentes, reafirma a capacidade narrativa do autor do *A Morte de Artêmio Cruz*. Romance aparentemente policial, lastreado na saga de um James Bond, na verdade traz para o cotidiano da burocracia mexicana a concorrência dos grandes monopólios em luta por informações sobre as jazidas de petróleo no país de Villa, Madero e Zapata. Para gozar este romance em toda a sua plenitude, para compreendê-lo como incidente sobre uma conjuntura determinada é necessário saber alguma coisa da Revolução Mexicana de 1910 e do processo político que corresponde a sua putrefação.

Quem conhece alguns contos de Juan Rulfo, como o clássico *Nos hán dado la tierra*, já tem alguns traços deste movimento que extirpou os traços mais dolorosos de um capitalismo arcaico e dos seus traços feudais, montou no poder uma exigente burocracia, estreitamente ligada a uma jovem burguesia industrial que, por seu turno, tem íntimas vinculações, hoje, com o capital monopolista internacional.

A *cabeça da Hidra* descreve uma trama infernal sobre a luta econômica e política entre judeus e árabes no solo azteca, mas seu pano de fundo é a nação mexicana, com seus burocratas bem vestidos, suas pequenas e grandes corrupções e seu sistema político autoritário, que sabemos, funda-se num poderoso *Partido Revolucionário Institucional*, que nada tem de revolucionário e tudo tem de institucional. Muito menos do que um romance policial, a estória é quase a anatomia de um sistema político decadente, cuja crise moral advém de uma revolução decomposta. Nela o consenso já vem sendo substituído, e cada vez mais, pela coerção, pela censura e tráfego de influência. Não é de graça que

muitos revolucionários brasileiros exigem muita atenção ao processo mexicano, que tem pitadas de um nacionalismo delirante, mas, na verdade, homologa uma feroz dominação de classe com seus vínculos imperiais.

Félix Maldonado, personagem principal, herói típico da burocracia que sustenta com seus bons salários esta estrutura, contraditório e amargo, tem traços da consciência que ilustra com perfeição a situação mexicana que traiu os sonhos de Madero e, especialmente, de Cárdenas: "Era o ruim de caminhar a pé pela cidade do México. Mendigos, desempregados, talvez criminosos por toda a parte. Por isso era indispensável ter um automóvel, para ir diretamente das casas particulares bem protegidas aos escritórios altos, sitiados pelos exércitos da fome".

O *Beijo da Mulher Aranha*, de Manuel Puig, vem nos revelar que os revolucionários podem ser homossexuais e os homossexuais, por seu turno, também podem se tornar revolucionários. O excelente escritor argentino, feliz em *Buenos Aires Affair*, não consegue mais do que transmitir, nesta obra, ternura e piedade em favor de uns e de outros, o que não basta para justificar um romance. Numa cela da famigerada ditadura argentina, que já teve a hitleriana capacidade de fuzilar, em Trelew, num só momento, mais de dez jovens revolucionários, estão Molina (o homossexual) e Valentin (o guerrilheiro). Da relação entre ambos, áspera no início e afetuosa a partir de determinado momento, nasce uma amizade contraditória que faz as personalidades se interpenetrarem: comunhão carnal, espiritual e política, no fim.

Em que pese a dignidade e o respeito que o escritor manifesta no tratamento do tema, ficam duas perguntas: por que um guerrilheiro com tendências homossexuais e um homossexual alienado?

Por que a importância preconceituosa dada à relação homossexual entre ambos, que pretende se apresentar como aberta, mas que, na verdade, substitui a real tragédia da tortura, do policialismo galopante e o fascismo aberto? São muitas singularidades que agridem a arte e levam o romance a apresentar uma experiência psicológica interessante apenas para os estudiosos do assunto.

Trata-se no fundo do elogio de um conceito de liberdade que reserva para a libertação mental a solução dos problemas que afligem o homem. O resul-

tado da obra é invertido: a prisão está em nós mesmos e não nas estruturas sociais que geram os Videlas que explodem homens, mulheres e crianças, para manter os privilégios de casta da burguesia argentina. A própria eleição do tema revela o conceito burguês de liberdade, que indica os conflitos singulares como sendo as muralhas que nos oprimem. Já passou a época de duvidar de que duas pessoas do mesmo sexo possam se amar. A hora é de brigar para remover a máquina de dominação ideológica (política e moral) que gera a infelicidade deste amor e, principalmente, as infelicidade de não ter pão, leite, carne, frutas, casa, e opções...

TARSO FERNANDO GENRO

COOPERAÇÃO, MOTOR DO CRESCIMENTO

COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, de Dieter W. Benecke, Editora Coojoral, 240 páginas, Cr\$ 350,00.

O que se pode esperar das formas de cooperação em geral, e das cooperativas em particular, nos países em desenvolvimento? Esta é a questão principal que o alemão Dieter W. Benecke levanta neste livro, ao analisar o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo.

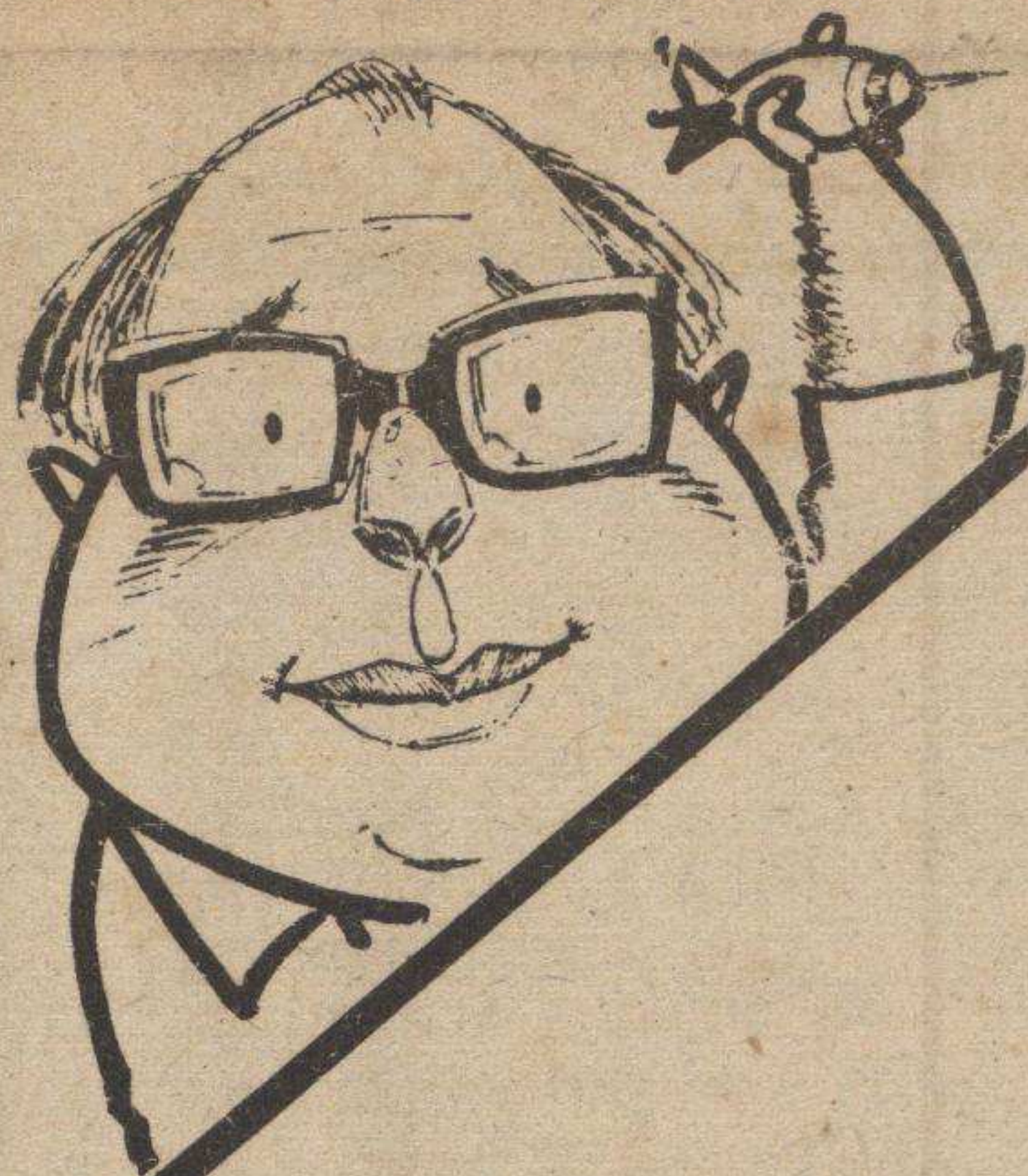
O livro passa a ser leitura indispensável para aqueles que se dedicam ao tema. O autor analisa profundamente os mecanismos de funcionamento das cooperativas e sua influência na economia de um país em desenvolvimento como o Brasil, apresentando os fatores positivos e negativos da atividade cooperativa e analisando, inclusive, a atuação do Estado como controlador do sistema.

Na busca do desenvolvimento, Benecke garante que muitos problemas podem ser evitados se os consumidores, junto com os pequenos e médios produtores de bens de consumo popular, se organizarem adequadamente e cooperarem voluntariamente. Na situação atual, diz ele, a cooperação é a única forma de intensificar a concorrência e utilizá-la como o motor para um crescimento econômico consolidado.

A defesa do cooperativismo, aqui, não é apaixonada, mas técnica. Benecke analisa a cooperativa como instrumento para dinamizar a concorrência, suas condições de êxito e sua importância na estratégia de desenvolvimento. Por isto diz: "Aos inimigos das cooperativas só posso recomendar que leiam as páginas seguintes. Talvez contenham argumentos que os levem a repensar sua posição".

JOSÉ VIEIRA DA CUNHA

Faça seu pedido pelo reembolso postal para Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS



LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

PAPAI NOEL, VERSÃO 81

Em linguagem publicitária um *brain storm* é uma reunião de mentes para uma sessão de criação coletiva. Uma tempestade cerebral. Ou, em bom português, um brein estorme. Por exemplo:

— Temos que mudar a imagem do Papai Noel.

— Acho que o Papai Noel está morto. Nada mais o trará de volta...

— Discordo. Ele só está desatualizado.

— Ainda é um *gimmick* aproveitável. Um *approach* válido. Dessa cumbuca ainda sai mel, como dizem os americanos.

— Isso. Acho que nós, num bom *brain storm*, conseguiremos achar uma nova imagem para o Papai Noel.

— Na minha opinião, temos que mudar tudo. A partir da conceituação.

— Desenvolve, Sonia.

— O que eu quero dizer é: por que não uma Mamãe Noel?

— Eu sabia...

— E eu sabia que você ia ser contra, Sérgio. Só porque...

— Calma, vocês dois. Num *brain storm* não vale censurar nada. Onde disser "tinta fresca" a gente põe o dedo. Vamos discutir todas as idéias, por mais ridículas que sejam.

— Então você também acha a idéia da Mamãe Noel ridícula. Estou cercada de machistas...

— Não, Sonia. Em princípio, nenhuma idéia é ridícula num *brain storm*. Não vamos esquecer que quando eu apresentei o slogan que hoje estamos usando para as sandálias Passo Certo — "Para os pés, use a cabeça" — todos riram.

— Só paramos de rir quando você disse que a idéia para o slogan era do dono da agência...

— Então está aí a primeira idéia. Mamãe Noel.

— Desenvolve, desenvolve,

— Conceitualizo uma senhora. Bonachona. Gorda. Tipo Dona Benta. Cabelos brancos.

— Barbas brancas...

— O quê?

— O negócio é não reprimir nada. Uma senhora de barbas daria um toque insólito. Criatividade é surpresa.

— Continue, Sonia.

— Quebraríamos com velhos padrões, mas manteríamos a imagem do bom velhinho. Neste caso, uma boa velhinha.

— A Mamãe Noel carregaria o próprio saco?

— Por quê? Só porque é mulher, precisa de ajuda?

— Calma, calma.

— Por que não uma mulher liberada? Moderna. Atuante. Chega dirigindo a sua própria kombi. Nada de trenó. E, mesmo, as renas pelo que eu sei, são todas machos.

— Eu vou embora.

— Espere, Sonia. Assim não vai dar. Continue, Sérgio. Uma Mamãe Noel liberada. Desenvolve, desenvolve.

— Não seria Mamãe Noel. Titia Noel. Es-

teve casada com o Papai Noel mas se separaram. Ele ficou com os anõezinhos. Ela pediu o divórcio porque ele escondia sua existência. Até ela declarar sua independência, o mundo não sabia da existência de uma Senhora Noel. E então ela decide se liberar.

— Me recuso a continuar participando desta palhaçada.

— Por que palhaçada? Foi você quem começou. Pense na Titia Noel. Ela não desce pela chaminé. Entra pela porta, de baggy jeans e camiseta. Sem soutien. Depois do divórcio começou a andar com rapazes e agora tem um relacionamento com um boliviano que usa argola na orelha e... Ai!

— Sonia! Agressão física não. Não num *brain storm*!

— Então diz para ele parar.

— Eu estava apenas desenvolvendo...

— Já sei. Um Papai Noel gay!

— Espere um pouquinho. Vamos tentar nos controlar.

— Você mesmo disse que era para discutir tudo que pintasse. Fez biquinho a gente beija.



— Acho a idéia sensacional. Cortaríamos o Papai. Ficaria só Noel, mas podem chamá-lo de Nô. Camisa aberta até o umbigo. Medalhão sobre o peito. Em vez de sentarem no colo dele, ele é que sentaria no colo das...

— Chega. Vamos voltar à realidade. Nosso problema é como revitalizar a imagem do Papai Noel, mas sem exageros. Alguém tem alguma sugestão razoável?

— Eu ainda acho que uma Mamãe Noel...

— Vamos esquecer a Mamãe Noel, a Titia Noel e o Nono e pensar em coisas mais sérias. Por exemplo, como abrasilizar a figura do Papai Noel?

— É verdade. O Papai Noel é uma figura muito européia.

— E aquela gordura. Dá uma má impressão. Traz más lembranças.

— Você tem razão. É muito alemão.

— Eu estava pensando no Delfim...

— Em vez de touca, ele pode usar um chapéu de palha.

— Bermudas.

— Camisa aberta ao peito.
— Quem sabe um medalhão...
— Esquece esse medalhão! Sandálias de dedo...

— E a barba?

— Não sei...

— Podia ter barba, mas preta. E bem aparada.

— Certo. Óculos escuros?

— Boa idéia.

— E o nome? Este Papai Noel não pode ser Papai de ninguém. No máximo primo.

— Não é papai nem primo. Não tem nenhum parentesco com a gente. Amigo, está aí. Amigo Noel.

— Noel... Não sei não...

— Amigo Roberto.

— Amigo Beto.

— Betinho!

— Boa. Há uma identificação imediata com as crianças. Em vez de ser uma figura prepotente, dominadora...

— As crianças escreveriam cartas. "Querido Betinho..."

— Não. Escreveriam "Ô cara..."

— Isso. "Ô cara... Neste Natal quero ganhar um daqueles jogos eletrônicos americanos..."

— E o Betinho, no Natal, em vez do jogo, daria uma lição. "Olha aqui, ó xará. Corta essa. *Alienation City*. Tá pensando o quê? Vais ganhar um bilboquê, irmão. Em prestação. Este ano o buraco, no ano que vem o cordão e no outro ano o resto..."

— Esperem um pouquinho...

— "Não tem jogo americano, ó meia gente. Tu por acaso tem sarda e toma leite todos os dias? Aqui é o Brasil com 'esse', garotão..."

— Vamos parar com isso?

— "Vais ganhar um cinto brasileiro, cara. O que só tem o último furo".

— Parem!

— Estávamos só desenvolvendo.

— Apareceu uma trança a gente puxa.

— Certo, mas vamos ser realistas. Nosso Amigo Betinho, mesmo moço e magro, tem que transmitir uma idéia de otimismo.

— Eu estava pensando...

— Lá vem a Mamãe Noel.

— Não. Estava pensando nesse tipo. Barba preta. Óculos escuros. Sandália de dedo...

— O que é que tem?

— Eu não deixaria meu filho sentar no colo dele...

— Acho que você tem razão. Pelo menos uma barba grisalha tem que ter.

— É. E um pouco mais de idade. Fica mais respeitável...

— Quem sabe um Adidas vermelho?

— Com a barriga, não fica bem.

— Mas ele teria barriga?

— Acho que fica melhor. Dá uma imagem mais jovial.

— Podiam ser as roupas polares mesmo. Ainda tem gente que põe algodão na árvore de Natal para fingir que é neve.

— Quer dizer que estamos de acordo?

— Eu ainda acho que uma Mamãe Noel...

— Desiste, Sonia. O negócio é o Papai Noel, de touca e tudo.

— Viram só? Nada como um bom *brain storm* para estimular a criatividade. O Papai Noel continua o mesmo.